

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
E DA TRANSIÇÃO DIGITAL

Direção-Geral das Atividades Económicas

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2019



REPÚBLICA
PORTUGUESA

Direção-Geral das Atividades
Económicas

Ficha técnica

Autoria:

Direção-Geral das Atividades Económicas

Coordenação: Divisão de Planeamento e Apoio

Data de edição:

15 de abril de 2020

GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS

Unidades Orgânicas da DGAE

DAP	Divisão de Avaliação de Políticas
DC	Divisão das Contrapartidas
DCAE	Divisão de Coordenação dos Assuntos Europeus
DCSR	Divisão do Comércio, Serviços e Restauração
DDS	Divisão do Desenvolvimento Sustentável
DEC	Divisão da Economia Circular
DMIS	Divisão de Mercado Interno de Serviços
DPA	Divisão de Planeamento e Apoio
DPCE	Divisão da Política Comercial Externa
DPE	Divisão da Política Empresarial
DPS	Divisão da Política Setorial
DRI	Divisão de Relações Institucionais
DRIn	Divisão das Relações Internacionais
DSAE	Direção Serviços dos Assuntos Europeus
DSCI	Direção Serviços do Comércio Internacional
DSCSR	Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração
DSPE	Direção de Serviços para a Política Empresarial
DSSE	Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial

Outras siglas e acrónimos

ACM	Alto Comissariado para as Migrações
ACT	Autoridade para as Condições do Trabalho
AdC	Autoridade da Concorrência
ADENE	Agência para a Energia
AE	Auxílios de Estado
AEP	Associação Empresarial de Portugal
AICEP	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
AIMMP	Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal
AMA, I.P.	Agência para a Modernização Administrativa
AMAL	Comunidade Intermunicipal do Algarve
ANI	Agência Nacional de Inovação
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
APCC	Associação Portuguesa de Centros Comerciais
APCOR	Associação Portuguesa de Cortiça
APD	Agenda Portugal Digital
APED	Associação Portuguesa das Empresas de Distribuição
APICCAPS	Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes, Artigos de Pele e seus Sucedâneos
APIFARMA	Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica

ASAE	Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
BdE	Balcão do Empreendedor
BIT	Tratado de Investimento Bilateral
BREXIT	Saída do Reino Unido da União Europeia
CAE	Classificação Portuguesa das Atividades Económicas
CAG	Conselho dos Assuntos Gerais
CAGER	Comissão de Acompanhamento da Gestão de Resíduos
CCCPAT	Comissão Consultiva para a Certificação de Produtos Tradicionais
CCDR	Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CCP	Confederação do Comércio e Serviços de Portugal
CE	Comissão Europeia
CELPA	Associação da Indústria Papeleira
CI	Comissão de Investimentos
CIAE	Comissão Interministerial dos Assuntos Europeus
CIC	Comissão Interministerial para a Cooperação
CICL	Camões, Instituto da Cooperação e da Língua
CIIE	Comité da Indústria, Inovação e Empreendedorismo
CIM	Comunidade Intermunicipal
CIP	Confederação Empresarial de Portugal
CIPE	Comissão Interministerial de Política Externa
COSCO	Comité do Carvão e do Aço
CM	Câmara Municipal
CNAIM	Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes
CNCDA	Comissão Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar
CNDH	Comissão Nacional dos Direitos Humanos
COMPETE	Programa Operacional Fatores de Competitividade
CPA	<i>Circular Plastics Alliance</i>
CPC	Comité de Política Comercial
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPPMAES	Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca
CSE	Classificações Económicas e Sociais
CUE	Cadastro Único Empresarial
DCIAP	Departamento Central de Investigação e Ação Penal
DGAE	Direção-Geral das Atividades Económicas
DGAE/MNE	Direção-Geral dos Assuntos Europeus
DGAEP	Direção-Geral da Administração e do Emprego Público
DGAV	Direção-Geral de Alimentação e Veterinária
DGEG	Direção-Geral de Energia e Geologia
DGERT	Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho
DIH	<i>Digital Innovation Hub</i>
DL	Decreto-Lei
DR	Diário da República
EEE	Equipamentos Elétricos e Eletrónicos

EM	Estados-Membros
ENAAAC	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas
EPG	Grupo Política Empresarial
ERAC	Comité do Espaço Europeu de Investigação e Inovação
FAQ	<i>Frequently Asked Questions</i>
FCT	Fundação para a Ciência e Tecnologia
FMC	Fundo de Modernização do Comércio
GAN	Grupo de Alto Nível
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos
GPEARI-MF	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
GPP	Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral
GSEDC	Gabinete do Secretário de Estado da Defesa do Consumidor
GT	Grupo de Trabalho
IAPMEI	Agência para a Competitividade e Inovação
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e Florestas
ICS	<i>International Court System</i>
IDC	Instrumentos de Defesa Comercial
IIE	Indústrias Intensivas em Energia
IMAC	Comité Consultivo do Mercado Interno
IMI	Sistema de Informação do Mercado Interno
IMS	<i>Information Management School</i>
IMT	Instituto da Mobilidade e dos Transportes
INCM	Imprensa Nacional Casa da Moeda
INFARMED	Autoridade Nacional dos Medicamentos e Produtos de Saúde
INIAV	Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P.
IPCEI	Projetos Importantes de Interesse Europeu Comum
IPQ	Instituto Português da Qualidade
ISCSP	Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
JurisAPP	Centro de Competências Jurídicas do Estado
LOE	Lei do Orçamento de Estado
MAAC	Comité Consultivo de Acesso ao Mercado da Comissão Europeia
ME	Ministério da Economia
Mercosul	Mercado Comum do Sul
METD	Ministério da Economia e da Transição Digital
MF	Ministério das Finanças
MFEEE	Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MODCOM	Sistema de Incentivos à Modernização do Comércio
MS	Ministério da Saúde
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OE	Objetivo Estratégico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas

OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAEC	Plano de Ação para a Economia Circular
PARCA	Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Agroalimentar
PARF	Plataforma de Acompanhamento das Relações nas Fileiras Florestais
PME	Pequenas e Médias Empresas
PNACER-DH	Plano Nacional de Ação para a Conduta Empresarial Responsável e Direitos Humanos
PNAEE	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
POSEUR	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos
PT	Portugal
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
REEE	Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos
REUE	Rótulo Ecológico da União Europeia
RJACSR	Regime Jurídico de Acesso e Exercício a Atividades de Comércio, Serviços e Restauração
RJOC	Regime Jurídico da Ourivesaria e das Contrastarias
RSE	Responsabilidade Social das Empresas
RSO	Rede Responsabilidade Social das Organizações
SAMA	Sistema de Apoio à Modernização Administrativa
SATDAP	Sistema de Apoio à Transformação Digital da Administração Pública
SBA	<i>Small Business Act</i>
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SEMA	Associação Empresarial Sever do Vouga, Estarreja, Murtosa e Albergaria-a-Velha
SGETD	Secretaria-Geral da Economia e da Transição Digital
SGRU	Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos
SHERPAS	Ponto focal
SIADAP	Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública
SIGRE	Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens
SIGREEE	Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos
SME	<i>Small and Medium sized Enterprise</i>
SME Envoy	Representante das PME
SPG	Sistema de Preferências Generalizadas
TJUE	Tribunal de Justiça da União Europeia
TTE	Transportes, Telecomunicações e Energia
UE	União Europeia
UNAC	União das Organizações de Agricultores para o Desenvolvimento da Charneca
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento
UNCITRAL	<i>The United Nations Commission on International Trade Law</i>
UNILEX	Exercício de consolidação legislativa na área da gestão de resíduos
UPM	União para o Mediterrâneo
WPSME	<i>Working Party on SMEs and Entrepreneurship</i>

ÍNDICE DE FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS

FIGURAS

QUADROS

Quadro I	Objetivos do QUAR-2019
Quadro II	Resultados dos indicadores do objetivo 1
Quadro III	Resultados dos indicadores do objetivo 2
Quadro IV	Medidas de desburocratização e de redução dos custos de contexto
Quadro V	Resultados dos indicadores do objetivo 3
Quadro VI	Resultados dos indicadores do objetivo 4
Quadro VII	Resultados do indicador do objetivo 5
Quadro VIII	Resultados dos indicadores do objetivo 6
Quadro IX	Resultados do inquérito de satisfação por parte dos destinatários dos serviços
Quadro X	Resultados dos indicadores do objetivo 7
Quadro XI	Avaliação global do serviço
Quadro XII	Recursos Humanos
Quadro XIII	Estrutura da despesa em 2019
Quadro XIV	Comparação do orçamento disponível e executado entre 2018 e 2019
Quadro XV	Atividades previstas, realizadas pela Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração (DSCSR)
Quadro XVI	Autoavaliação pela Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração (DSCSR)
Quadro XVII	Atividades previstas, realizadas pela Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial (DSSE)
Quadro XVIII	Atividades não previstas, realizadas pela Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial (DSSE)
Quadro XIX	Autoavaliação pela Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial (DSSE)
Quadro XX	Atividades previstas, realizadas pela Direção de Serviços para a Política Empresarial (DSPE)
Quadro XXI	Autoavaliação pela Direção de Serviços para a Política Empresarial (DSPE)
Quadro XXII	Atividades previstas, realizadas pela Direção de Serviços dos Assuntos Europeus (DSAE)

Quadro XXIII	Autoavaliação pela Direção de Serviços dos Assuntos Europeus (DSAE)
Quadro XXIV	Atividades previstas, realizadas pela Direção de Serviços do Comércio Internacional (DSCI)
Quadro XXV	Atividades não previstas, realizadas pela Direção de Serviços do Comércio Internacional (DSCI)
Quadro XXVI	Autoavaliação pela Direção de Serviços do Comércio Internacional (DSCI)
Quadro XXVII	Atividades previstas, realizadas pela Divisão das Contrapartidas (DC)
Quadro XXVIII	Autoavaliação pela Divisão das Contrapartidas (DC)
Quadro XXIX	Atividades previstas, realizadas no âmbito da Divisão de Planeamento e Apoio (DPA)
Quadro XXX	Autoavaliação pela Divisão de Planeamento e Apoio (DPA)
Quadro XXXI	Atividades previstas, realizadas no âmbito da Divisão de Relações Institucionais (DRI)
Quadro XXXII	Autoavaliação pela Divisão de Relações Institucionais (DRI)
Quadro XXXIII	Nível de realização das atividades previstas por Unidade Orgânica
Quadro XXXIV	Resultados do Questionário de Satisfação interno
Quadro XXXV	Avaliação do sistema de controlo interno
Quadro XXXVI	Principais indicadores do Balanço Social

GRÁFICOS

Gráfico 1	Satisfação Global por áreas por parte dos destinatários dos Serviços
Gráfico 2	Taxa de concretização dos objetivos
Gráfico 3	Taxa de concretização dos parâmetros
Gráfico 4	Evolução dos recursos humanos
Gráfico 5	Evolução do orçamento disponível e da despesa efetuada
Gráfico 6	Satisfação Global por Áreas
Gráfico 7	Percentagem de trabalhadores por escalão etário entre 2013 e 2019

INDICE

GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS	3
ÍNDICE DE FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS	7
I. INTRODUÇÃO	10
1.1. Orientações gerais e específicas prosseguidas pelo organismo	14
II. AUTOAVALIAÇÃO	18
2.1. Análise dos resultados alcançados	18
2.1.1. Resultados dos Indicadores	19
2.1.2. Resultados dos objetivos e dos parâmetros	35
2.2. Análise dos desvios relativamente aos recursos	36
2.2.1. Recursos Humanos	36
2.2.2. Recursos Financeiros	39
2.3. Atividades desenvolvidas, previstas e não previstas no Plano de Atividades	41
2.3.1. Atividades desenvolvidas pelas Unidades Orgânicas	42
2.4. Análise das causas de incumprimento de atividades ou projetos não executados	180
2.5. Avaliação dos trabalhadores e dos dirigentes intermédios.....	181
2.6. Relatório de Formação	185
2.7. Avaliação do sistema de controlo interno	190
III. BALANÇO SOCIAL.....	194
IV. AVALIAÇÃO FINAL.....	197
4.1. Apreciação qualitativa dos resultados alcançados.....	197
4.2. Conclusões prospetivas.....	198

Anexos

ANEXO I	Organograma da DGAE
ANEXO II	QUAR da DGAE – Resultados
ANEXO III	Questionário de satisfação - Trabalhadores
ANEXO IV	Questionário de satisfação - Destinatários dos serviços
ANEXO V	Balanço Social

I. INTRODUÇÃO

O Relatório de Atividades da Direção-Geral das Atividades Económicas foi elaborado de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro, e nos artigos 8.º e 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, e tem como primeiro objetivo caracterizar a atividade desenvolvida, bem como os resultados obtidos pela Direção-Geral das Atividades Económicas no período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2019.

A atividade da Direção-Geral das Atividades Económicas é orientada com base na missão, visão e valores estabelecidos no seu Plano de Atividades, tendo como objetivo cumprir as suas atribuições definidas em consonância com os objetivos estratégicos e operacionais constantes no QUAR e tendo em conta os recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. O Relatório de Atividades apresenta o desenvolvimento deste trabalho, bem como uma análise sumária sobre a execução global do Orçamento de 2019 e uma apreciação sobre os documentos de prestação de contas. Integra a demonstração qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados, incluindo o balanço social e o relatório de autoavaliação previsto na citada Lei.

Em 2019, o Brexit foi uma questão que exigiu intenso acompanhamento por parte da DGAE e afetou grande parte do seu trabalho. Para o efeito, a Direção-Geral das Atividades Económicas manteve um contacto próximo com as associações empresariais e os operadores económicos, procurando dar respostas às questões colocadas sobre o Brexit e sobre as consequências que tal decisão do Reino Unido acarretaria para as empresas em Portugal. A Direção-Geral das Atividades Económicas coorganizou e participou em inúmeras sessões informativas e criou no seu website um dossiê com informação relevante sobre o tema dirigido aos operadores económicos, trabalhando de perto com os membros do Governo da área da Economia para um Plano de Contingência nacional.

Os temas do comércio, serviços e restauração ocuparam uma importante parte do trabalho, dando continuidade à consolidação das atividades decorrentes do regime jurídico de acesso e exercício das atividades de comércio, serviços e restauração, no âmbito das quais a Direção-Geral das Atividades Económicas deu resposta a 1.584 pedidos de esclarecimento técnico por parte de operadores económicos, associações e municípios, enquanto a linha telefónica dedicada para este atendimento deu resposta a 4.912 pedidos de esclarecimento sobre este regime. A intervenção em projetos estruturantes de modernização administrativa projetou igualmente esta área, com destaque para o lançamento da Plataforma *Comércio com História* e a conclusão da primeira fase do projeto sobre o Mapa do Comércio.

A economia circular e o digital estiveram igualmente no centro, não apenas da atuação da Direção-Geral das Atividades Económicas, mas da atividade de política pública da área de governação da Economia. A entrada em funções do XXII Governo trouxe um maior compromisso da DGAE com estas matérias, sobretudo no que respeita à transição digital.

A grande prioridade que se observa ao nível europeu e internacional passa por políticas públicas focadas nas pessoas, na competitividade e na sustentabilidade, não de forma isolada, mas coordenada, conciliando-se e reforçando-se mutuamente. O que está em causa é a promoção de uma agenda de desenvolvimento económico e social, que coloca o desafio das alterações climáticas no centro das prioridades. Em Portugal, a Direção-Geral das Atividades Económicas deu início à co-coordenação dos trabalhos no âmbito do Plano de Ação para a Economia Circular. Desenvolveu também trabalho no âmbito da redução da utilização do Plástico, subscrevendo diferentes compromissos com a indústria.

No que respeita ao acompanhamento e monitorização dos setores industriais, foi aperfeiçoada a produção de 33 sínteses setoriais de indicadores económicos e 33 infografias setoriais. Paralelamente, foi densificado o conhecimento setorial traduzido em notas informativas com base em estatísticas setoriais sistematizadas. A Direção-Geral das Atividades Económicas deu continuidade à execução de medidas de desburocratização (no âmbito do programa SIMPLEX+) e de redução de custos de contexto para os agentes económicos, tendo finalizado, em 2019, o

processo de desmaterialização de diferentes procedimentos administrativos para licenciamento de atividades económicas.

Relativamente ao Digital, foi desenvolvido um extenso trabalho de intervenção em fóruns nacionais e internacionais e acompanhamento de negociações e outras iniciativas para a digitalização da indústria, com intervenção da Direção-Geral das Atividades Económicas em novos temas, tais como a Inteligência Artificial e a Cibersegurança.

A Direção-Geral das Atividades Económicas é a entidade coordenadora dos Assuntos Europeus do Ministério da Economia e da Transição Digital. Como tal, acompanhou as reuniões e negociações europeias num ano em que iniciou funções uma nova Comissão Europeia e nova composição do Parlamento Europeu. Destaca-se também com particular relevo a preparação, no contexto deste Ministério, do Conselho Competitividade e o acompanhamento da negociação do Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia para o período compreendido entre 2021 e 2027, numa altura em que Portugal assumirá novamente a Presidência do Conselho da União Europeia (primeiro semestre de 2021).

Na área dos serviços, foi desenvolvida maior cooperação com outros Estados-Membros da União Europeia, tendo-se a Direção-Geral das Atividades Económicas destacado pela participação em diferentes projetos de colaboração transnacionais de identificação de barreiras regulamentares e não regulamentares sobre a prestação de serviços transfronteiriços.

Ainda no contexto europeu e internacional, assistiu-se a um recrudescimento do tema da política comercial, com importantes reflexos na economia portuguesa e no investimento. Na vertente das relações económicas bilaterais, a Direção-Geral das Atividades Económicas preparou um vasto número de pastas de apoio, no âmbito de deslocações oficiais e encontros bilaterais (em Portugal e no exterior) dos membros do Governo.

Relativamente à atividade desenvolvida pela Divisão das Contrapartidas, o ano de 2019 foi ocupado com matéria relacionada com o acompanhamento dos contratos de contrapartidas ainda em execução.

Gostaria de deixar uma última nota sobre os recursos humanos, que na Administração Pública constituem um desafio transversal face à missão tão extensa dos Organismos públicos. Apesar dos constrangimentos a este nível, é de enaltecer uma vez mais o compromisso e forte envolvimento de toda a equipa da Direção-Geral das Atividades Económicas no cumprimento dos objetivos fixados, que uma vez mais se empenhou de forma conjunta para alcançar os melhores resultados possíveis num ano de adaptação à nova equipa governativa, diversas mobilidades internas e complexidade acrescida associada à entrada em funcionamento do novo Sistema de Gestão Documental e avaliação em sede de SIADAP. A toda a equipa e em especial aos colegas que desempenham funções transversais que nos permitem a todos funcionar bem, o meu muito obrigada.

A Diretora-Geral,
Fernanda Ferreira Dias

1.1. Orientações gerais e específicas prosseguidas pelo organismo

A DGAE é um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa, integrado no Ministério da Economia e da Transição Digital (METD).

De acordo com o Decreto Regulamentar n.º 5/2015, de 20 de julho, a DGAE tem por **missão** a promoção e o desenvolvimento de um ambiente institucional mais favorável à competitividade e à inovação empresarial, através do apoio à conceção, execução, divulgação e avaliação de políticas do comércio e dos serviços, competindo-lhe também assegurar a coordenação das relações bilaterais, europeias e internacionais, no âmbito de atuação do METD.

No âmbito da respetiva lei orgânica, a DGAE prossegue as seguintes **atribuições**:

- Contribuir para a definição, articulação e dinamização das políticas setoriais relativas ao comércio e aos serviços, acompanhando e avaliando a execução das medidas delas decorrentes;
- Monitorizar e avaliar a execução das medidas decorrentes das políticas públicas definidas e dirigidas às atividades económicas, promovendo e participando na elaboração do respetivo enquadramento legislativo e regulamentar, sem prejuízo das competências próprias de outros serviços e organismos;
- Contribuir para a definição de políticas económicas no quadro da economia circular, nomeadamente, das aplicáveis à gestão de resíduos, propondo medidas conducentes à criação de valor económico, designadamente de valorização dos resíduos, enquanto matéria-prima secundária, colaborando na conceção e elaboração dos respetivos instrumentos legais e regulamentares, sem prejuízo das competências próprias de outros serviços e organismos;

- Promover a adoção de políticas e de regulamentação que visem a simplificação administrativa e a redução ou eliminação dos custos de contexto para os agentes económicos, sem prejuízo das competências próprias de outros serviços e organismos;
- Preparar, apoiar e assegurar a intervenção nacional na adoção de medidas internacionais e da União Europeia, no domínio das políticas públicas económicas, incluindo a transposição de diretivas e a aplicação de regulamentos, sem prejuízo das competências do IAPMEI — Agência para a Competitividade e Inovação, I. P. (IAPMEI, I. P.), relativas à indústria e inovação;
- Assegurar a coordenação nacional para o acompanhamento da aplicação, enquanto instrumento de política económica, da Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno, nomeadamente, como ponto de contacto nacional para a assistência mútua e cooperação entre autoridades administrativas competentes, no quadro do Sistema de Informação do Mercado Interno;
- Acompanhar a conceção e a execução das políticas setoriais para a indústria e participar na preparação da posição nacional sobre os dossiês com relevância para a indústria a assumir nas instâncias europeias e internacionais, sem prejuízo das competências atribuídas ao IAPMEI, I. P.;
- Potenciar a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento do empreendedorismo, da competitividade, da inovação, da sustentabilidade e da internacionalização das empresas, sem prejuízo das competências próprias de outros serviços e organismos;
- Promover a articulação da política de empresa com outras políticas públicas, visando o crescimento sustentável;

- Definir, coordenar e dinamizar, no âmbito do METD, o desenvolvimento e a adoção de instrumentos e de iniciativas estratégicas, relativas à responsabilidade social e ao desenvolvimento sustentável;
- Coordenar e dinamizar a atuação do METD em matéria de auxílios de Estado;
- Contribuir para a definição e execução das políticas que enquadram o relacionamento económico externo, em articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), apoiando o METD em matéria de relações internacionais e de relações com a União Europeia (UE);
- Coordenar a participação do METD no quadro dos assuntos europeus, designadamente através do acompanhamento dos processos de transposição das diretivas e de execução dos regulamentos, bem como dos processos de pré-contencioso e de contencioso da UE;
- Coordenar, propor e desenvolver atividades no âmbito da cooperação internacional, europeia e bilateral, designadamente com os países de língua oficial portuguesa, sem prejuízo das competências próprias dos órgãos e serviços do MNE;
- Assegurar o planeamento do aprovisionamento e gestão das matérias-primas e dos recursos industriais em situação de crise e de guerra e apoiar o Governo em matéria de planeamento civil de emergência, no quadro definido pelo Decreto-Lei n.º 73/2012, de 26 de março;
- Assegurar, a nível externo, a representação nacional nos grupos de trabalho correspondentes do Comité de Planeamento Civil de Emergência da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em articulação com os serviços competentes do Ministério da Defesa Nacional.

Compete, ainda, à DGAE, durante a vigência dos contratos de contrapartidas ou de cooperação industrial celebrados entre o Estado Português e os fornecedores de material de defesa, no âmbito de programas de aquisição de equipamentos e sistemas de defesa, acompanhar a respetiva execução, em articulação com o membro do Governo responsável pela área da defesa nacional¹.

¹ Anexo I – Organograma da DGAE.

II. AUTOAVALIAÇÃO

2.1 *Análise dos resultados alcançados*

De acordo com a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, a avaliação de desempenho de cada serviço público assenta num Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) que é estruturado em objetivos estratégicos plurianuais e em objetivos operacionais, definidos anualmente e que concorrem para os objetivos estratégicos.

Os objetivos operacionais são considerados segundo três níveis de parâmetros: eficácia, eficiência e qualidade. Para o QUAR da DGAE de 2019² foram considerados três objetivos de eficácia, dois de eficiência e dois de qualidade, conforme se pode verificar no quadro I.

QUADRO I - Objetivos operacionais do QUAR-2019

OBJETIVOS OPERACIONAIS	OE
Eficácia	40%
O1. Reforçar a coordenação dos assuntos europeus e internacionais do ME e garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais e internacionais	OE1, OE2, OE3 e OE4
O2. Assegurar a implementação de medidas de simplificação e de desburocratização administrativas, incluindo as previstas no Programa SIMPLEX	OE1, OE2 e OE4
O3. Contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas	OE1, OE2, OE3 e OE4
Eficiência	40%
O4. Garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DGAE	OE1, OE2, OE3 e OE4
O5. Garantir a operacionalização atempada dos atos a que se refere o n.º 2 do art.º 16 da LOE	OE5
Qualidade	20%
O6. Melhorar as competências da DGAE e a qualidade dos serviços prestados	OE1, OE2, OE3, OE4 e OE5
O7. Adotar medidas de apoio aos/às trabalhadores/as que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal	OE5

OE - Objetivos estratégicos

² Anexo II – QUAR da DGAE - Resultados.

2.1.1. Resultados dos Indicadores

Para cada objetivo foram definidos indicadores de desempenho e estabelecidas metas para aferir em que medida os objetivos foram alcançados. Seguidamente, serão analisados, em detalhe, os resultados de cada indicador e dos respetivos objetivos³.

OBJETIVOS DE EFICÁCIA

Quadro II – Resultados dos indicadores do Objetivo 1

O1. Reforçar a coordenação dos assuntos europeus e internacionais do ME e garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais e internacionais				Peso: 30%
<i>Indicadores</i>	Meta	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 1 - Taxa de participação em reuniões planeadas	[80%;90%]	100%	86%	100%
Ind. 2 - Taxa de recomendações de atuação relevantes apresentadas	[10%;20%]	25%	15%	100%
Ind. 3 - N.º reuniões de coordenação organizadas pela DGAE no âmbito das suas competências	[34;38]	40	38	100%

Sendo a DGAE o organismo que, no âmbito da área governativa da Economia e da Transição Digital, tem competências em matéria de coordenação das relações externas, é importante que assegure em pleno essas competências, preparando os temas a debater e a decidir nas mais diversas representações externas e que participe ativamente nessas reuniões ou que apoie, incluindo presencialmente, os membros do Governo na defesa das posições nacionais nos mais diversos fóruns e reuniões. Deste modo, um dos objetivos operacionais da DGAE em 2019 foi o

³ Convém precisar uma questão metodológica: a taxa de realização de cada indicador foi calculada de acordo com o critério definido pelo GEE, nomeadamente no documento “SIADAP 1 - Orientações para a preparação do QUAR 2014”.

de reforçar a coordenação dos assuntos europeus e internacionais e de garantir a participação nas reuniões mais relevantes para a defesa dos interesses nacionais, já que não é possível assegurar, por restrições diversas (designadamente por escassez de recursos humanos e financeiros) a presença em todas as reuniões agendadas.

O resultado do **indicador 1** traduz o nível de participação dos representantes da DGAE nas reuniões externas consideradas prioritárias e que foram objeto de planeamento anual. Como das 199 previstas foi assegurada a presença em 171 reuniões, correspondendo a um nível de participação de 86%, a meta para este indicador foi atingida, já que se enquadra no intervalo que foi previamente fixado, como é possível verificar no quadro 2.

O segundo indicador deste objetivo está diretamente relacionado com o primeiro, refletindo a percentagem de recomendações de políticas consideradas relevantes que visem definir ou reforçar a atuação e a posição portuguesa nos temas em discussão e em aprovação decorrentes da participação nessas reuniões. No âmbito do **indicador 2**, foram apresentadas 25 propostas, o que equivale a uma taxa de 15%, atingindo-se a meta prevista para este indicador.

O **indicador 3** mede o número de reuniões de coordenação organizadas pela DGAE envolvendo organismos e entidades da área da economia ou ao nível interministerial e local, assim como associações e organizações representativas do tecido empresarial, com vista a alicerçar ou a concertar posições sobre temas em que a DGAE tem de intervir ou tomar posição ou em que tem de aplicar determinados projetos ou políticas. Essas reuniões são de diferente índole e sobre temas diferentes, tendo em consideração que as áreas de intervenção da DGAE são bastante diversificadas.

Durante o ano de 2019, foram realizadas 38 reuniões de coordenação, coincidindo com o limite superior do intervalo definido para a meta deste indicador. Dado o número de reuniões realizadas, seria exaustivo estar aqui a discriminá-las, sendo de referir que as mesmas estão

registadas nos quadros dos instrumentos de gestão que efetuam a monitorização dos indicadores do QUAR.⁴

Quadro III – Resultados dos indicadores do Objetivo 2

O2. Assegurar a implementação de medidas de simplificação e de desburocratização administrativas, incluindo as previstas no Programa SIMPLEX				Peso: 35%
<i>Indicadores</i>	Meta	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 4 - N.º de medidas SIMPLEX a concluir em 2019	[2;4]	5	2	100%
Ind. 5 - N.º de medidas de desburocratização e de redução dos custos de contexto a concluir em 2019	[3;5]	8	4	100%

O SIMPLEX é um programa do Governo que tem por objetivo a simplificação administrativa e legislativa e de modernização dos serviços públicos, para o qual a DGAE tem contribuído, tendo concluído em 2019 duas medidas (incluídas no **indicador 4**):

- Inventário Nacional do Comércio com História - Esta medida SIMPLEX + teve como propósito a criação, em articulação com as autarquias, de uma identificação distintiva para as lojas e entidades de interesse histórico e cultural ou social, para que sejam reconhecidas e valorizadas. Pretende-se, assim, salvaguardar e fortalecer os estabelecimentos com história, que constituem um marco relevante do património cultural e imaterial do nosso país. O inventário está disponível numa plataforma online (<https://www.comerciocomhistoria.gov.pt/>), que reúne informações em português e inglês.
- Mapa do Comércio, Serviços e Restauração – Este projeto resulta de uma medida SIMPLEX +, (medida #200), tendo como objetivo a criação de uma base de dados georreferenciada,

⁴ Poder-se-á referir alguns dos temas constantes dessas reuniões, para se ter uma ideia da diversidade de assuntos tratados: procedimentos de licenciamento, desmaterialização e fiscalização na área das atividades económicas; a concertação da posição portuguesa sobre a Diretiva que estabelece as normas de desempenho em matéria de emissões de CO₂ dos automóveis novos de passageiros e dos veículos comerciais ligeiros; a preparação do Observatório de Investimentos Portugal-Angola; os auxílios de Estado; a dinamização da Comissão do *Small Business Act* (SBA) em Portugal.

disponível *online*, com informação sobre os estabelecimentos comerciais e de serviços existentes no território nacional. Tal como previsto, em 2019, foi concluída a primeira fase desta medida, que compreendia a elaboração de um estudo de avaliação, visando identificar e relacionar todas as entidades detentoras de informação existentes na Administração Pública que possam alimentar e atualizar a referida base de dados georreferenciada, bem como o desenho da arquitetura tecnológica para o desenvolvimento e interoperabilidade das diferentes fontes de informação entre os diversos organismos envolvidos.

A meta para o indicador 4 foi atingida com a conclusão destas duas medidas.

No que respeita às medidas de simplificação administrativa ou de redução de custos de contexto, que permitam criar um ambiente mais favorável ao acesso e exercício das atividades económicas, foram concretizadas as constantes do próximo quadro, atingindo-se assim a meta prevista para o **indicador 5**.

Quadro IV – Medidas de desburocratização e de redução dos custos de contexto

Designação da Medida	Objetivo da Medida
Desmaterialização dos procedimentos relativos aos Precusores de Droga no Balcão do Empreendedor (BdE).	Diminuição dos custos de contexto e simplificação dos processos de Emissão de Licença, Registo de Operador e de prestação de Informação anual relativa à atividade dos operadores de precusores de droga.
Autorizações conjuntas - Desmaterialização no BdE dos registos pré-existentes ao abrigo do Decreto-Lei n.º 10/2015	Integração no BdE dos processos tramitados no regime em vigor anteriormente à disponibilização desta funcionalidade
Autorizações Conjuntas - Alteração de titularidade	Criação de um formulário próprio para a declaração de alteração de titularidade no BdE
Funerárias - Inclusão das IPSS/ Mutualistas	Criação de um formulário próprio para a declaração de início/alteração/cessação no BdE

Quadro V – Resultados dos indicadores do Objetivo 3

O3. Contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas				Peso: 35%
<i>Indicadores</i>	Meta	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 6 - N.º de propostas de formulação e avaliação da execução de políticas públicas apresentadas	[7;9]	12	11	119%
Ind. 7 - N.º de sessões de informação e capacitação junto de agentes económicos e de interlocutores institucionais	[16;20]	25	25	125%

No âmbito do **indicador 6**, foi prevista a apresentação de propostas de atuação sobre temas considerados prioritários no âmbito da ação governativa, incluindo propostas de formulação de políticas públicas ou visando a sua implementação e monitorização, assim como propostas de avaliação da execução dessas políticas.

Durante o ano de 2019, foram apresentadas as seguintes 11 propostas:

- Regulamento do Comércio 4.0 – Esta proposta de novo regulamento destina-se a substituir o “comércio investe”, incorporando as novas políticas públicas no que respeita à digitalização, discriminação positiva dos territórios de baixa densidade, comércio com história, entre outros;
- Alteração do Fundo de Modernização do Comércio - Proposta de alteração do Decreto-Lei n.º 178/2004 e da Portaria n.º 1297/2005;
- Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (1.º semestre de 2021) – Proposta com identificação de prioridades e eventos a enquadrar na Presidência Portuguesa;
- Escolha das cadeias de valor no âmbito do Fórum IPCEI - Proposta de hierarquização da escolha das cadeias de valor no exercício IPCEI (Fórum Estratégico de Projetos Importantes de Interesse Europeu Comum);

- Relatório Final sobre Cibersegurança - Propostas de Indicadores de Monitorização de Medidas e de Ações constantes das recomendações do Grupo de Trabalho para a Cibersegurança;
- Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações (Medida 85 da Rede de Comerciantes na Diáspora Portuguesa) - Proposta do projeto enquadrando a operacionalização da «Rede de Comerciantes na Diáspora Portuguesa»;
- Despacho com alteração das condições especiais da licença atribuída à VALORMED (Sociedade Gestora de Resíduos de Embalagens de Medicamentos, Lda,) – Proposta de despacho conjunto;
- Despacho que prorroga a licença concedida à SOGILUB (Sociedade de Gestão Integrada de Óleos Lubrificantes Usados Lda.) – Proposta de despacho conjunto;
- Alteração do âmbito de aplicação das licenças SIGRE (Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens) - Propostas de revisão das licenças SIGRE de forma a estarem alinhadas com o previsto no Decreto-Lei n.º 152-D/2017;
- Plano de ação para a implementação dos *Digital Innovation Hubs* - Proposta de ação para a operacionalização do reconhecimento Europeu dos *Digital Innovation Hubs* Nacionais no âmbito do Programa Europa Digital de 2021-2027;
- Tratado de Cessação de vigência dos intra-BIT (Acordos de Proteção de Investimento celebrados entre Estados Membros da UE) - Proposta sobre a assinatura do Tratado de Cessação de vigência dos intra-BIT.

Com estas 11 propostas, a meta para este indicador foi superada, já que se ultrapassou o número máximo de propostas que tinham sido previstas (9).

A DGAE programou a realização de 16 a 20 ações de informação junto de agentes económicos ou ações de capacitação dos interlocutores institucionais, nomeadamente das autarquias locais, sobre temas como o regime jurídico de acesso e exercício das atividades de comércio, serviços e restauração, o Inventário Nacional “Comércio com História”, a política comercial da UE, os acordos de comércio, o BREXIT e as negociações europeias.

Estas ações foram registadas no **indicador 7**, tendo sido realizadas 25, assim distribuídas pelos diversos serviços:

- 7 pela Direção de Serviços do Comércio Serviços e Restauração: 5 de divulgação do Inventário Nacional do Comércio com História na Comunidade Intermunicipal do Oeste, na AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve, na CCDR de Lisboa e Vale do Tejo, na CCDR do Norte, na CCDR do Centro; 1 workshop “Quero abrir uma empresa em Portugal. E agora?”, destinado a empresários migrantes; e 1 sessão de divulgação - primeira linha (*front-office*) – destinada aos elementos do Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM) ACM. I.P.
- 2 pela Direção de Serviços de Sustentabilidade: 2 seminários, um Lisboa e outro no Porto, destinados às empresas WEEECYCLE, sobre as obrigações legais dos produtores de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (EEE).
- 4 pela Direção de Serviços dos Assuntos Europeus: 3 sobre o tema “preparação para o Brexit - Oportunidades e desafios para as PME” e 1 sobre as potencialidades do IPCEI (Fórum Estratégico de Projetos Importantes de Interesse Europeu Comum).
- 12 pela Direção de Serviços do Comércio Internacional: 2 (uma em Lisboa e outra no Porto) sobre os benefícios e as oportunidades para as empresas portuguesas dos Acordos da UE com o Canadá, Japão e Coreia; 1 sobre os dias do Acesso ao Mercado; 9 sobre o Brexit – Oportunidades e Desafios, algumas das quais para setores específicos da economia, nomeadamente têxtil, agrícola e farmacêutico.

OBJETIVOS DE EFICIÊNCIA

Quadro VI – Resultados dos indicadores do Objetivo 4

O4. Garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DGAE				Peso: 25%
<i>Indicadores</i>	Meta	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 8 - % de pareceres relevantes emitidos dentro do prazo	[94%;98%]	100%	100%	125%
Ind. 9 - % de solicitações respondidas com carácter substantivo dentro do prazo	[94%;98%]	100%	99%	119%

Um dos aspetos importantes da atividade da DGAE prende-se com a qualidade e os tempos de resposta, muitas vezes curtos, aos pedidos de emissão de pareceres no âmbito técnico-jurídico, bem como às solicitações que são dirigidas aos serviços, obrigando a um acompanhamento e a um controlo exigente para apurar o cumprimento dos prazos de resposta aos pedidos de parecer e às solicitações externas.

No caso dos pareceres, a que corresponde o **indicador 8**, foram apurados os seguintes resultados globais, envolvendo todos os Serviços: dos 831 pareceres solicitados à DGAE, nas mais diversas áreas, todos foram respondidos no prazo estipulado. Esta informação consta do sistema de gestão documental e dos quadros de acompanhamento e avaliação criados para a monitorização permanente da emissão de pareceres.

No que diz respeito às solicitações, **indicador 9**, há a registar 2222 solicitações respondidas dentro do respetivo prazo, de um total de 2239 solicitações dirigidas à DGAE, cumprindo-se, assim, em 99% das situações os prazos que foram fixados. Estes elementos constam dos quadros de gestão que monitorizam as respostas às solicitações existentes nos diversos serviços, que contêm indicação das solicitações recebidas, prazos de resposta e datas em que as mesmas foram objeto de resposta.

Quadro VII – Resultados do indicador do Objetivo 5

O5. Garantir a operacionalização atempada dos atos a que se refere o n.º 2 do art.º 16 da LOE				Peso: 75%
<i>Indicadores</i>	Meta	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 10 - % de trabalhadores/as com avaliação de desempenho concluída até 30 de abril	90%	100%	92%	105%

A avaliação do desempenho dos trabalhadores é de carácter bienal. Em 2019, decorreu o processo de avaliação SIADAP 3 correspondente ao ciclo avaliativo de 2017-2018. Neste contexto, foi superada a meta prevista para o **indicador 10**, uma vez que, até 30 de abril de 2019, foi concluído pela DGAE o processo de avaliação de 71 trabalhadores, no universo de 77 trabalhadores que cumpriam os requisitos necessários para se proceder à sua avaliação, correspondendo a um resultado de 92.2%.

OBJETIVOS DE QUALIDADE

Quadro VIII – Resultados dos indicadores do Objetivo 6

O6. Melhorar as competências da DGAE e a qualidade dos serviços prestados				Peso: 50%
<i>Indicadores</i>	Meta	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 11 - N.º de ações realizadas pela DGAE em colaboração com a Academia e com outras entidades	[9;11]	15	10	100%
Ind. 12. - Grau de satisfação dos/as destinatários/as dos serviços	[3,0;3,6]	5	4,3	115%

Para complementar os conhecimentos dos seus trabalhadores, especialmente do seu corpo técnico, tem sido habitual a DGAE realizar ações de cooperação e seminários com a Academia e com outras entidades em que são aprofundados e debatidos temas específicos relacionados com as atribuições dos serviços.

Em 2019, foram efetivamente realizadas 10 ações ou seminários, atingindo-se assim a meta prevista para o **indicador 11**, a saber:

- Seminário subordinado ao tema "A China e os Países de Língua Portuguesa", apresentado pela Professora Cármen Amado Mendes, da Universidade de Coimbra;
- *Workshop* sobre as "Indústrias de Base Florestal – Os desafios da Economia Circular e da digitalização para um setor mais eficiente", realizado na DGAE com a participação da Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal (AIMMP), Associação Portuguesa da Cortiça (APCOR), Associação da Indústria Papeleira (CELPA) e União da Floresta Mediterrânica (UNAC);
- Seminário dedicado ao tema "Centros Comerciais: Um Mundo em Mudança", que teve como convidado e orador o Eng.º António Sampaio de Mattos, Presidente da Associação Portuguesa de Centros Comerciais;
- Sessão de apresentação da "Agenda Regional para a Economia Circular da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo", que teve como oradores o Arquiteto Nuno Ventura Bento e a Dra. Teresa Laginha Sanches;
- Dissertação sobre "O Desafio da Economia Azul na Era da Crise Climática", efetuada pelo Dr. Tiago Pitta e Cunha, Presidente Executivo da Fundação Oceano Azul;
- *Workshop* dedicado ao tema "*BID - Business Improvement Districts: Uma oportunidade para as PME*", em que foram oradores Herculano Cachinho e Pedro Guimarães, Professores e Investigadores do Centro de Estudos Geográficos, do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa;
- Seminário sobre a "Integração Europeia: Das origens aos desafios do presente", no qual foi orador o Professor Félix Ribeiro;

- Apresentação dos resultados do relatório do Grupo de Trabalho para a Cibersegurança, com intervenções do Dr. André Silva da Direção-Geral do Consumidor, Eng^o José Vale do IAPMEI e Eng^o Fernando Carvalho da Agência Nacional de Inovação;
- Seminário sobre o Relacionamento entre a União Europeia e os EUA, no atual contexto da Guerra Comercial, que foi conduzido pela Professora Carla Guapo Costa, do ISCSP;
- Sessão sobre o tema da “Inteligência artificial para a Administração Pública”, que contou como orador convidado com o Professor Pedro Simões Coelho, da Nova IMS - Universidade NOVA de Lisboa.

Nos termos previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, a DGAE inquiriu os clientes dos seus serviços, com vista a avaliar o nível de desempenho e identificar prioridades de intervenção, de modo a poder melhorar a qualidade dos serviços prestados pela Direção-Geral.

Essa avaliação foi inscrita no QUAR (**indicador 12**), tendo sido realizada através da disponibilização, via internet, de um questionário, cujo *link* de acesso foi enviado por correio eletrónico a 662 interlocutores da Administração Pública Central, Administração Pública Local, Associações empresariais, Embaixadas, Gabinetes governamentais, Operadores económicos, Particulares e Universidades.

As questões constantes desse questionário foram as seguintes:

1. Disponibilidade e capacidade técnica dos trabalhadores da DGAE em resolver/responder às solicitações;
2. Existência de interlocutores na DGAE responsáveis pelas relações com os destinatários ou clientes dos serviços;
3. Meios expeditos na prestação do serviço (uso de e-mail, atendimento telefónico, informação disponível no site);
4. Satisfação global com os serviços prestados;
5. Qualidade e clareza da informação disponibilizada;
6. Tempo de resposta às solicitações.

Para além destas questões de resposta obrigatória, os inquiridos tinham a possibilidade de apresentar sugestões de melhoria dos serviços, mas apenas foram apresentadas duas apreciações qualitativas, uma positiva e outra negativa.

Para cada uma das questões de apreciação quantitativa, foi utilizada uma escala de Likert, com os seguintes cinco níveis de satisfação (verificando-se também a possibilidade de os inquiridos escolherem a opção "Não Aplicável"):

- 1 - Muito Insatisfeito
- 2 - Insatisfeito
- 3 - Pouco Satisfeito
- 4 - Satisfeito
- 5 - Muito Satisfeito

Foram recebidas 110 respostas, correspondendo a uma taxa de participação de 16,7%, cujos resultados constam do quadro IX. A participação mais significativa verificou-se por parte dos operadores económicos (representando 31% das respostas), das associações empresariais (com 30%), das entidades da administração pública central (com 21%) e da administração pública local (com 10%).

Quadro IX - Resultados do inquérito de satisfação por parte dos destinatários dos serviços

Grupos	MI	I	PS	S	MS	NA	MÉDIA
1. Disponibilidade e capacidade técnica dos trabalhadores da DGAE em resolver/responder às solicitações	1,82%	1,82%	5,45%	37,27%	45,45%	8,18%	4,34
2. Existência de interlocutores na DGAE responsáveis pelas relações com os destinatários ou clientes dos serviços	1,82%	1,82%	5,45%	35,45%	48,18%	7,27%	4,36

Grupos	MI	I	PS	S	MS	NA	MÉDIA
3. Meios expeditos na prestação do serviço (uso de e-mail, atendimento telefónico, informação disponível no site)	1,82%	1,82%	6,36%	37,27%	44,55%	8,18%	4,32
4. Satisfação global com os serviços prestados	1,82%	3,64%	3,64%	40,00%	46,36%	4,55%	4,31
5. Qualidade e clareza da informação disponibilizada	1,82%	2,73%	7,27%	38,18%	42,73%	7,27%	4,26
6. Tempo de resposta às solicitações	2,73%	2,73%	7,27%	40,91%	38,18%	8,18%	4,19
Total	1,97%	2,42%	5,91%	38,18%	44,24%	7,27%	4,30

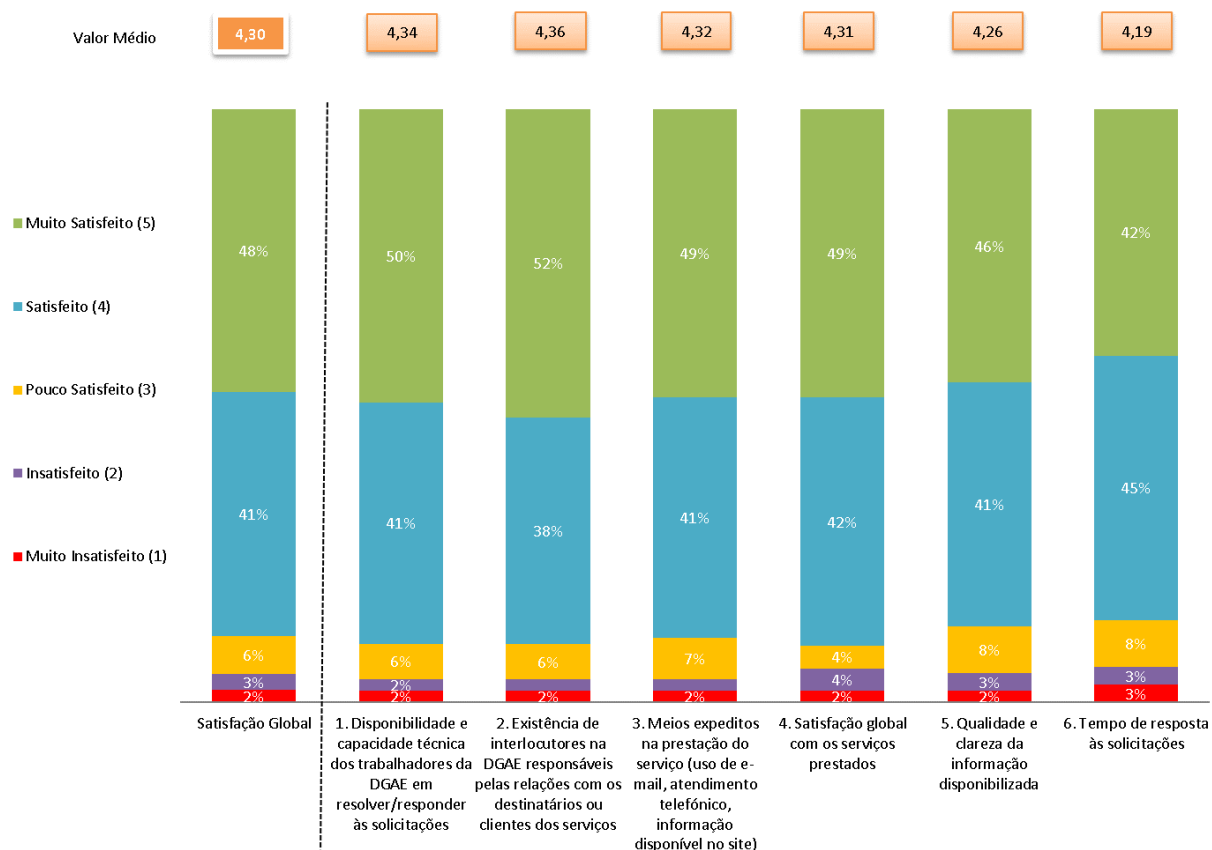
MI - Muito Insatisfeito, I - Insatisfeito, PS - Pouco Satisfeito, S - Satisfeito, MS - Muito Satisfeito, NA - Não Aplicável

Da análise dos resultados, constata-se que, em relação à generalidade das questões colocadas, o nível de satisfação foi bastante elevado. Com efeito, 38,2% dos destinatários dos serviços que responderam ao questionário manifestaram-se satisfeitos e 44,2% muito satisfeitos. O resultado menos conseguido continua a verificar-se na questão dos tempos de resposta em que, apesar de ter uma apreciação global positiva, deverá ser efetuado um esforço acrescido para ser melhorado.

Para apuramento da média ponderada de cada questão não foram consideradas as respostas na opção “não aplicável”, uma vez que não eram objeto de qualquer pontuação.

Os resultados deste apuramento constam do gráfico 1.

Gráfico 1 - Satisfação Global por áreas por parte dos destinatários dos Serviços



A média total de satisfação dos destinatários dos serviços da DGAE que participaram neste inquérito foi de 4,3, ultrapassando a meta prevista para este indicador, cujo limite máximo previsto era de 3,6.

Quadro X – Resultados dos indicadores do Objetivo 7

O7. Adotar medidas de apoio aos/às trabalhadores/as que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal				Peso: 50%
<i>Indicadores</i>	Meta	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 13 - Taxa de trabalhadores com horário flexível	[60%;70%]	100%	68%	100%
Ind. 14 - N.º de parcerias estabelecidas com empresas ou organizações para que os trabalhadores beneficiem de condições mais favoráveis	[1;3]	6	6	125%

Este objetivo, assim como os respetivos indicadores, decorrem da aplicação do artigo 25.º da Lei do Orçamento de Estado para 2019, segundo o qual os serviços públicos deveriam introduzir objetivos de gestão dos trabalhadores que integrem práticas de gestão eficiente e responsável, utilizando todos os instrumentos legais que permitam abordar as necessidades diferenciadas manifestadas pelos seus trabalhadores, nomeadamente regimes de prestação de trabalho e modalidades de horário, aditando ainda outras medidas com a finalidade de promover a replicação de boas práticas.

No caso do **indicador 13**, a taxa de trabalhadores com horário flexível foi de 68%, atingindo-se a meta prevista para este indicador.

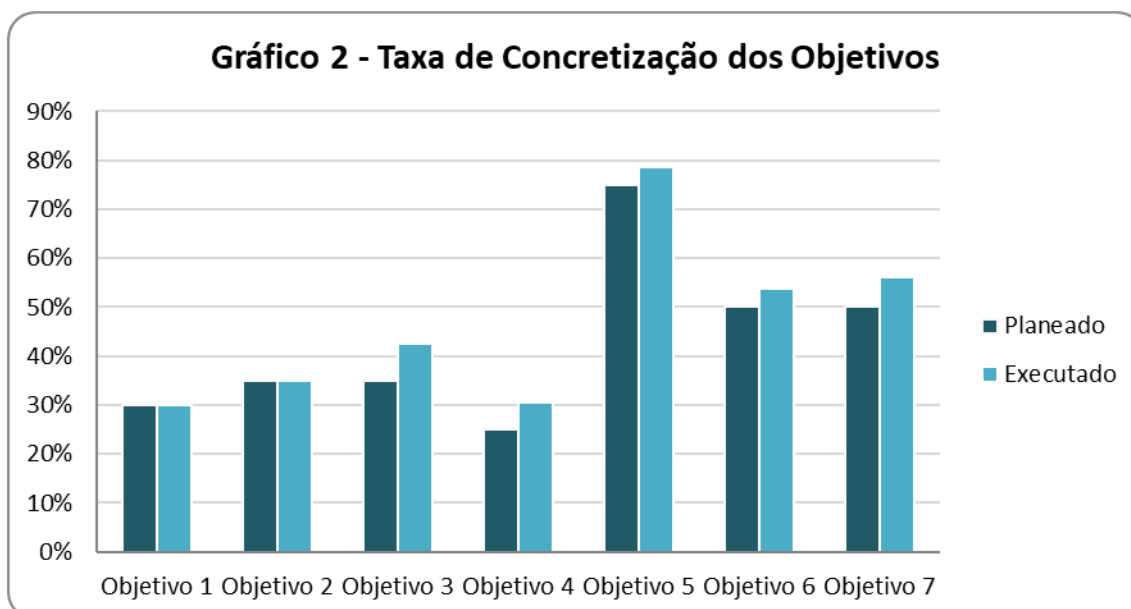
Relativamente ao número de parcerias estabelecidas com empresas ou organizações para que os trabalhadores beneficiem de condições mais favoráveis (**indicador 14**), em 2019 foram celebradas e divulgadas a todos os trabalhadores parcerias com as seguintes entidades:

- Farmácia Valle - Avenida Visconde Valmor nº 60-B, Lisboa;
- Fitness Hut (ginásio) - Avenida Elias Garcia, n.º 76A a C e outras localizações;
- Cafetaria do Museu Gulbenkian - Fundação Calouste Gulbenkian;
- Pizzaria Luzzo - Av. Conde Valbom, 83;
- Restaurante Ararate, Restaurante da Arménia - Av. Conde Valbom 70, 1050-099 Lisboa;

- Cidália Cabeleireiros - Av. Miguel Bombarda 95-A, Lisboa.

2.1.2. Resultados dos objetivos e dos parâmetros

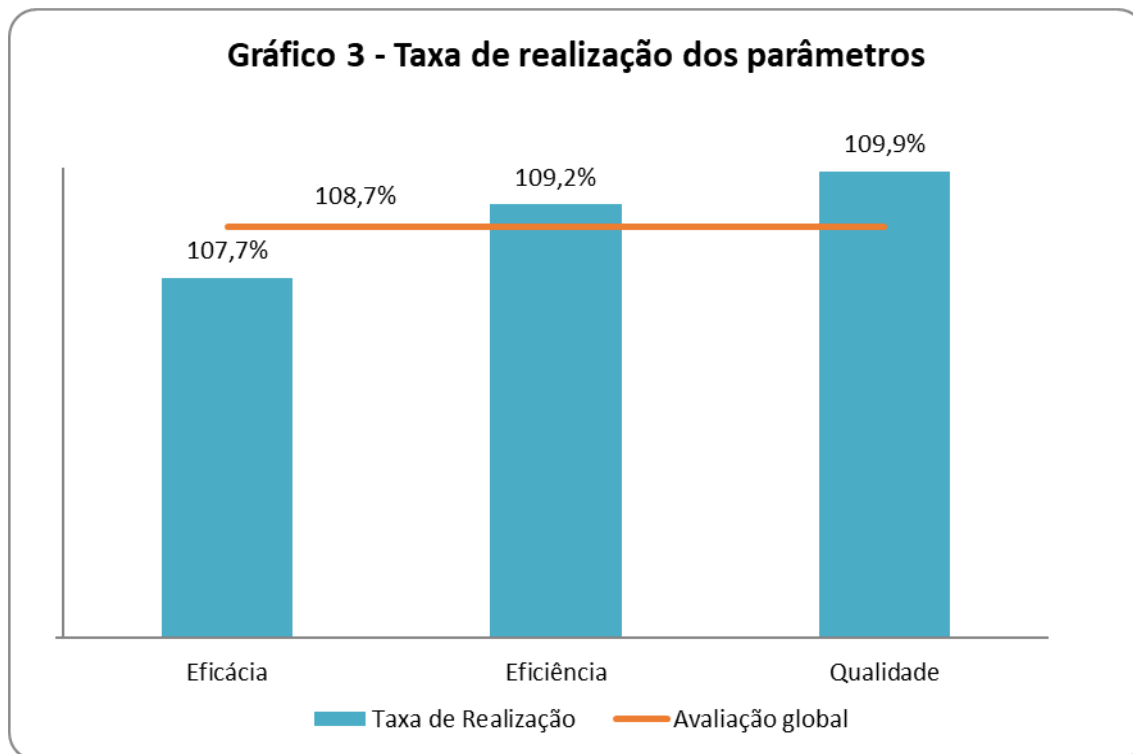
Com base na taxa de realização dos indicadores, foram apuradas as taxas de concretização de cada um dos objetivos (ilustradas no gráfico 2), verificando-se que os resultados dos objetivos 1 e 2 foram atingidos (sendo ambos objetivos relevantes) e os resultados dos objetivos 3 a 7 foram superados (em que o 3, para além do 5, também eram relevantes).



No que diz respeito aos parâmetros eficácia, eficiência e qualidade, a taxa de concretização (como se pode constatar no quadro XI e no gráfico 3) ultrapassou o planeado.

QUADRO XI - Avaliação global do serviço

	Eficácia	Eficiência	Qualidade
Planeado	40,0%	40,0%	20,0%
Executado	43,1%	43,7%	22,0%
Avaliação global	108,7%		



Como conclusão da autoavaliação, é de referir que todos os objetivos previstos no QUAR foram atingidos ou superados e que a taxa de concretização global foi de 108,7% (quadro XI). Sublinhe-se que foram realizadas muitas outras atividades, como será detalhado no ponto seguinte deste relatório, que apesar de não contribuírem diretamente para a avaliação quantitativa destes objetivos, foram essenciais para o desempenho positivo dos serviços.

2.2 *Análise dos desvios relativamente aos recursos*

2.2.1. *Recursos Humanos*

O quadro XII contém informação sobre os recursos humanos existentes na DGAE no final do ano de 2019, por carreiras ou cargos dirigentes, e compara os dados apurados com os previstos e com os registados no final do ano anterior.

Relativamente aos 129 postos de trabalho do mapa de pessoal, considerados fundamentais para o cabal desempenho das atribuições da DGAE, verificou-se que apenas estavam preenchidos 90, ou seja, menos 30% do que o previsto no mapa de pessoal. Como se pode verificar, é nos quadros técnicos que esse desvio é mais acentuado (-42%), o que decorre sobretudo da rotatividade em mobilidade interna e da contínua dificuldade de recrutamento de técnicos especializados para as áreas em que a DGAE tem efetivas necessidades.

QUADRO XII – Recursos Humanos

Grupo de Pessoal Cargo/Carreira	Planeados (QUAR)	Efetivos (31-12-2019)	Desvio	
			Planeado	2018
Direção Superior	2	2	0	0
Direção intermédia	18	16	-2	-2
Técnico Superior (*)	81	47	-34	-5
Assistente Técnico (**)	21	20	-1	1
Assistente Operacional	7	5	-2	-1
Total	129	90	-39	-7

(*) - Inclui especialistas de informática

(**) - Inclui técnicos de informática

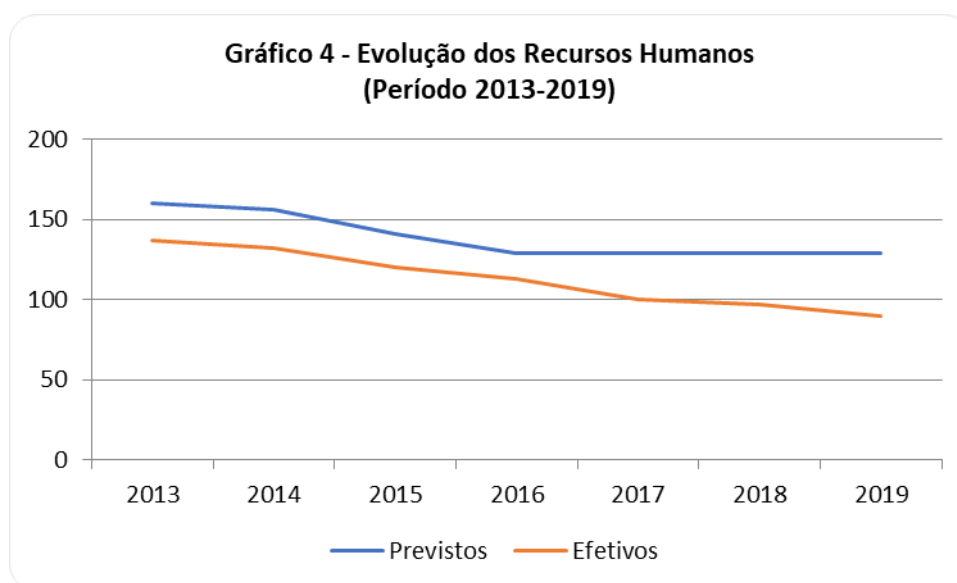
Verificou-se também uma redução do número de efetivos relativamente ao final do ano anterior (-7%). Em 2019, e tal como já tinha acontecido em 2018, saíram vários trabalhadores da DGAE (35), que não foi possível compensar na totalidade pela entrada de outros trabalhadores (28), o que resulta numa taxa de reposição de 80%⁵. As saídas tiveram a seguinte distribuição: 31% em regime de mobilidade interna, 11% para aposentação e 54% noutras situações⁶.

A redução no número de efetivos em 2019 segue a tendência verificada desde 2013, como se pode constatar no Gráfico 4. Esse é um dos problemas com que a DGAE, em particular, e a

⁵ Os números das entradas e saídas de trabalhadores aqui indicados correspondem aos do Balanço Social.

⁶ O Balanço Social não discrimina as outras situações (como seja, licenças sem vencimento, comissões de serviço em lugares de chefia ou funções em Gabinetes de membros do Governo), o que seria importante fazê-lo.

Administração Pública, em geral, se vem confrontando ao nível dos recursos humanos nos últimos anos e que não pode deixar de condicionar o seu nível de atividade e excelência da resposta, uma vez que não tem sido possível recrutar novos trabalhadores. Daqui resulta a impossibilidade de passar o conhecimento entre gerações.



Um outro problema está relacionado com a elevada rotatividade de trabalhadores, medida pelo índice de rotatividade⁷. Em 2019, o índice de rotatividade foi de 56%, tendo-se registado o valor de 65% em 2018, em 2017 de 69,4% e em 2016 de 65,3%, ou seja, a rotatividade de trabalhadores permitida suportada no regime da mobilidade interna, tem vindo a ser, de ano para ano, mais significativa, com vários inconvenientes daí decorrentes para os serviços: perda de conhecimento adquirido, custos (diretos e indiretos) associados aos processos de substituição de trabalhadores, necessário tempo de adaptação dos novos trabalhadores e formação profissional suportada pelo Organismo.

⁷ A fórmula de cálculo do índice de rotatividade (ou de mobilidade) é dada pela expressão:

$$\frac{\text{Total de efetivos em 31 de dezembro}}{\text{Total inicial de efetivos + entradas + saídas}} \times 100$$

A rotatividade será, assim, maior quanto mais próximo de 0% e menor quanto mais próximo de 100%.

2.2.2. Recursos Financeiros

Como se pode verificar no quadro XIII, o orçamento inicial da DGAE para 2019 ascendia a 6.137.373€, montante que foi ajustado ao longo do ano, designadamente por via de alterações das dotações orçamentais, das quais há a salientar a abertura de um crédito especial, autorizado por despacho da tutela, relativo à arrecadação de receitas próprias no montante de cerca de 115 mil euros, sendo esse um dos motivos do orçamento disponível ter sido superior ao orçamento inicial. Outro dos motivos está relacionado com o facto de ter sido autorizada, por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças, a descativação das despesas com a aquisição de bens e serviços, com a obrigatoriedade de as mesmas serem aplicadas no pagamento de encargos com remunerações certas e permanentes e com despesas para a Segurança Social.

Quadro XIII - Estrutura da despesa em 2019

Unidade: Euro

GRUPOS DE DESPESA	2019							
	Inicial		Disponível		Executado		Taxa de execução	Desvio
	Valor	%	Valor	%	Valor	%		
Despesas com pessoal	4.117.237	67,08%	4.566.531	72,93%	3.533.003	80,82%	77,37%	1.033.528
Aquisição de bens e serviços	1.207.689	19,68%	858.619	13,71%	645.832	14,77%	75,22%	212.787
Juros e outros encargos	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	0
Transferências correntes	4.120	0,07%	50.267	0,80%	50.266	1,15%	100,00%	1
Outras despesas correntes	6.068	0,10%	6.488	0,10%	1.236	0,03%	19,05%	5.252
Aquisições de bens de capital	802.259	13,07%	779.389	12,45%	141.063	3,23%	18,10%	638.326
Total	6.137.373	100,00%	6.261.294	100,00%	4.371.401	100,00%	69,82%	1.889.893

Fonte: SGME

Em comparação com 2018, o orçamento disponível em 2019 foi superior em quase 1 M€, verificando-se um acréscimo nas despesas com pessoal e nas aquisições de bens de capital. No primeiro caso, relacionado nomeadamente com valorizações e acréscimos remuneratórios resultantes de promoções, nomeações ou graduações em categoria ou posto superiores aos detidos, decorrentes, entre outras situações, da acumulação de pontos ainda não utilizados que os trabalhadores tinham acumulado durante o período de proibição de valorizações

remuneratórias⁸. No segundo caso, devido ao facto de ter sido previsto e aprovado em 2019 mais um projeto cofinanciado por fundos europeus (“*Chatbot* - Assistente virtual”, com uma dotação inicialmente prevista de 350.000€⁹), cujas verbas foram inscritas no grupo das aquisições de bens de capital.

Quadro XIV – Comparação do orçamento disponível e executado entre 2018 e 2019

Unidade: Euro

GRUPOS DE DESPESA	Disponível		Executado	
	Desvio (2019-2018)	%	Desvio (2019-2018)	%
Despesas com pessoal	812.311,00	21,64%	64.179,47	1,85%
Aquisição de bens e serviços	-136.314,00	-13,70%	-110.826,05	-14,65%
Juros e outros encargos	-63,00	-100,00%	-62,13	-100,00%
Transferências correntes	46.035,00	1087,78%	46.152,06	1121,73%
Outras despesas correntes	3.089,00	90,88%	-1.523,19	-55,20%
Aquisições de bens de capital	274.743,00	54,44%	-55.851,48	-28,36%
Total	999.801,00	19,00%	-57.931,32	-1,31%

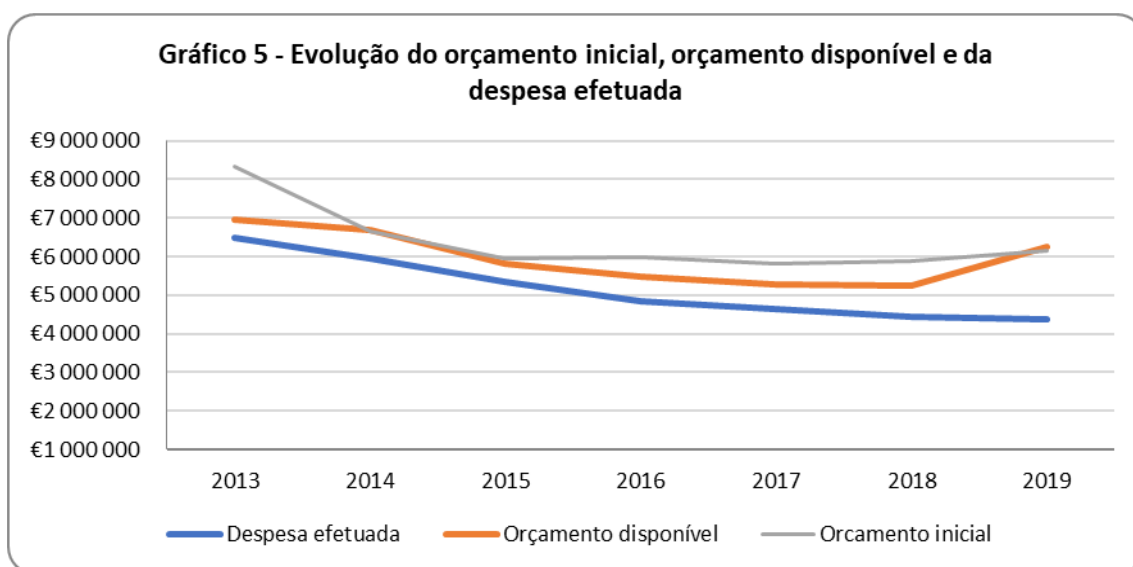
Fonte: SGME

A despesa de funcionamento executada ultrapassou ligeiramente os 4,371.000€, o que correspondeu a uma taxa de execução de 69,82%. O desvio em relação ao orçamento ajustado ficou essencialmente a dever-se a três ordens de razões alheias à intervenção da DGAE: à reduzida execução no agrupamento das aquisições de bens de capital, decorrente dos projetos cofinanciados por fundos europeus, designadamente do projeto *Chatbot* – Assistente virtual, que foi aprovado em março de 2019, mas não teve execução financeira devido aos atrasos no procedimento de contratação; na indisponibilidade de fundos disponíveis ao longo do ano, que não permitiu a cabimentação atempada dos encargos previstos; e ao facto de a descativação de verbas referida anteriormente só ter ocorrido no final do ano, não permitindo dar sequência aos pedidos de contratação previstos.

⁸ De notar, por exemplo, que a remuneração média anual passou dos 25.429,28 €, em 2018, para 28.121,63 €, em 2019.

⁹ O projeto foi aprovado com um montante de 270.000€

No gráfico 5 poderá verificar-se a evolução dos montantes do orçamento e do respetivo nível de execução durante os últimos anos.



2.3 Atividades desenvolvidas, previstas e não previstas no Plano de Atividades

No âmbito da persecução dos seus objetivos, a DGAE tinha inscrito no seu Plano de Atividades para 2019 um conjunto de atividades a realizar pelas diversas Unidades Orgânicas, relativamente às quais há que aferir da sua realização e dos resultados alcançados.

Por outro lado, durante o ano, houve a necessidade de realizar outras atividades que não tinham sido inicialmente previstas (e que, como tal, não constavam do referido Plano), de modo a corresponder a solicitações de diversa índole ou a orientações que a Tutela entretanto dirigiu à DGAE.

Uma parte significativa dessas atividades contribuiu decisivamente para o cumprimento dos objetivos constantes do QUAR da DGAE, enquanto outras, embora possam não estar traduzidas nesses objetivos, foram essenciais para o desempenho dos serviços.

2.3.1. Atividades desenvolvidas pelas Unidades Orgânicas

Nos quadros seguintes apresenta-se, por Unidade Orgânica, uma síntese dos resultados alcançados em cada uma dessas atividades. Para uma adequada leitura desses quadros, deve ser tida em consideração a seguinte legenda correspondente à coluna dos níveis de realização respeitante a cada atividade:

- R - Realizada
- NR - Não realizada
- T - Transferida para outra Unidade Orgânica ou para o ano seguinte
- CA - Cancelada

QUADRO XV
ATIVIDADES PREVISTAS E REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO, SERVIÇOS E RESTAURAÇÃO (DSCSR)

Matriz de objetivos e atividades da DSCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
1	[01] Reforçar a coordenação dos assuntos europeus e internacionais do METD e garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais e internacionais	20%	11	Taxa de Participação em reuniões planeadas (QUAR DGAE - Ind 1)	[80%-90%]	50%	Assegurar participação ou preparação de reuniões planeadas - Mercado Interno de Serviços.	R	92%. A DMIS/DGAE esteve presente em 11 (onze) reuniões. Previstas 12 inicialmente.
							Assegurar a participação da DGAE na Plataforma de Acompanhamento das Relações da Cadeia Agroalimentar (PARCA).	T	Não se realizou qualquer reunião da PARCA em 2019.
							Assegurar a representação da DGAE na Comissão Consultiva para a Certificação de Produtos Tradicionais (CCCPAT).	T	Não se realizou qualquer reunião do CCCPAT em 2019.
							Assegurar a representação da DGAE no Conselho Superior de Estatística.	R	100%. Foi realizada 1 (uma) reunião e as DAP/DCSR da DGAE estiveram presentes.
							Assegurar a representação da DGAE no Conselho Consultivo de Ourivesaria.	R	100%. Foi realizada 1 (uma) reunião deste Conselho, e a DCSR/DGAE esteve presente.
							Assegurar a representação da DGAE no Grupo de Trabalho Recomendações para Alteração do RJOCS.	R	Foi realizada 1 (uma) reunião deste Grupo, e a DCSR/DGAE esteve presente – 100%.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar a representação da DGAE no Grupo de Trabalho Branqueamento de Capitais.	R	100%. Realizaram-se 2 (duas) reuniões e a DCSR/DGAE esteve presente em ambas.
							Assegurar a representação da DGAE na Comissão de Acompanhamento do Protocolo entre os MF, MS, ME e a APIFARMA.	R	100%. Realizaram-se 2 (duas) reuniões e a DCSR/DGAE esteve presente em ambas.
							Assegurar a representação da DGAE nos Conselhos Sectoriais para a Qualificação.	T	Não se realizou qualquer reunião do CSQ.
							Assegurar a representação da DGAE no Grupo de Trabalho do Comércio Investe.	R	100%. Realizaram-se 5 (cinco) reuniões e a DCSR/DGAE esteve presente em todas.
							Assegurar a representação da DGAE no <i>Steering Committee</i> do Espaço Empresa.	NR	Realizou-se 1 (uma) reunião do <i>Steering Committee</i> em que a DCSR não pode estar presente por indisponibilidade de agenda.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar a representação da DGAE nas estruturas nacionais e europeias no âmbito do Mercado Interno de Serviços.	R	100% - 16 Reuniões, em que a DMIS/DGAE esteve presente: 5 (cinco) reuniões do Grupo de Peritos da DS e a DMIS assegurou a presença da DGAE em todas. Para melhor operacionalizar o Procedimento de Notificações, efetuou 6 (seis) reuniões com os <i>stakeholders</i> (IPQ; IPDJ; TdP; DGERT; <i>JurisApp</i> e ANAC); 1 (uma) reunião com a CE, no âmbito do Semestre Europeu; 3 (três) reuniões grupo de EM <i>likeminded</i> sobre o projeto Estudo sobre Barreiras; 1 (uma) Reunião Haia com peritos EM sobre o futuro do Mercado Único; 1 (uma) reunião com diversos <i>stakeholders</i> da delegação da "Creativity Works!".

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar a representação do METD na Comissão Técnica para os problemas da Droga, dos Toxicodependentes e do Uso Nocivo do Álcool.	T	Não se realizou qualquer reunião deste Grupo em 2019.
							Ponto Focal do METD na Comissão de Acompanhamento do PNPOT - Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território.	T	Não se realizou qualquer reunião deste Grupo em 2019.
							Assegurar o funcionamento da Comissão de Investimentos (CI) do Fundo de Modernização do Comércio (FMC) e participar no Grupo de Trabalho Comércio Investe.	R	100%. Foi realizada uma consulta escrita à CI do FMC sobre o Projeto nº 102397 MODCOM, em cumprimento de sentença do Tribunal.
							Assegurar participação em equipas de trabalho conjuntas com a AMA na disponibilização e melhoria dos conteúdos relativos à atividade de comércio, serviços e restauração no Balcão do Empreendedor (BdE.)	R	100% realização deste objetivo. As DCSR/DAP asseguraram, mensalmente, esta articulação com a AMA, quer através de reuniões presenciais na AMA e na DGAE, quer através de <i>conference call</i> .

Matriz de objetivos e atividades da DSCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			12	Taxa de recomendações de atuação relevantes apresentadas (QUAR DGAE - Ind 2)	[10%-20%]	23%	Efetuar propostas de recomendações relevantes decorrentes da participação em Grupos de Trabalho, Conselhos Setoriais e de Acompanhamento e de reuniões no âmbito do Mercado Interno de Serviços.	R	100% cumprido o objetivo, pois decorrentes das 11 reuniões em que participou a DMIS/DSCSR efetuou 2 propostas de recomendações relevantes (INF 385/2019 e 650/2019) verificando-se uma taxa de 18%.
			13	N.º de reuniões de coordenação organizadas pela DSCSR no âmbito das suas competências (QUAR DGAE - Ind 3)	[8-10]	25%	Promover a execução de consultas e articulação com atores nacionais e europeus com impactos no aprofundamento do Mercado Único de Serviços.	R	A DMIS/DSCSR realizou 3 reuniões de coordenação no âmbito do Mercado Interno de Serviço, considerando que coordenação implica ter mais de 2 entidades. Se se considerarem as reuniões = 2 entidades a DSCSR, nesta área, realizou 8 reuniões.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Promover ações conjuntas com operadores económicos, associações da sociedade civil e outros organismos públicos.	R	A DCSR realizou 8 reuniões neste âmbito: <i>Licenciamentos Portugal/ Brasil</i> - 1 (uma) reunião – SEBRAE/Brasil, ASAE e AMA; <i>Mapa CSR</i> - 3 (três) reuniões - AT, GSECSDC, INCM, <i>Steering Committee</i> ; <i>Comércio com História</i> – 2 (duas) reuniões – uma com as SG/ TdP/Timestamp, e outra com 16 Presidentes das CM – AMAL; <i>Convenção dos Táxis</i> - 1 (uma) reunião – GSECSDC, CML; <i>Lei 77/2019 (Plásticos)</i> - 1 (uma) reunião – APED, SONAE, Lidl, Aldi, Jerónimo Martins, Mercadona, Intermarché.
			14	Prazo médio para apresentação dos relatórios das reuniões efetuadas nas estruturas internacionais (dias úteis)	5	2%	Apresentar informações de serviço com relatórios das reuniões efetuadas nas estruturas internacionais.	NR	A média de prazo para elaborar o relatório excede os 5 dias limite, atendendo às diversas solicitações da DS e ao restrito nº de RH.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
2	[02] Assegurar a implementação de medidas de simplificação e de desburocratização administrativas incluindo as previstas no Programa Simplex	20%	15	N.º de Medidas Simplex a concluir em 2019 (QUAR DGAE - Ind 4)	[2-3]	50%	Assegurar a execução da candidatura SAMA "Mapa do Comércio, Serviços, Restauração" - Medida Simplex #210.	R	A 1ª fase do projeto – Estudo - , referenciada no Medida Simplex #210, foi concluída em 12.12.2019, com a elaboração do Estudo.
							Assegurar o processo de implementação da medida "Inventário Nacional do Comércio com História" - Medida Simplex #225.	R	Apresentação pública do Inventário Nacional Comércio com História em 29.05.2019.
							Promover a desmaterialização dos Certificados de Atividade Profissional - Medida Simplex #226.	T	Será concluído em 2020. Não foi possível articular operacionalmente com as três entidades intervenientes (CCP; ACT e AMA) a conclusão deste projeto em 2019. Em 2019 foram realizadas 2 atividades das 5 atividades do projeto.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			16	N.º de Medidas de desburocratização e de redução de custos de contexto a concluir em 2019 (QUAR DGAE - Ind 5)	[1-3]	40%	Assegurar a execução da candidatura SAMA "Artes e Ofícios Tradicionais".	T	Atendendo à necessidade de validar as "cadeias de valor" aguardou-se 5 meses pela decisão da tutela. Assim, só em 8.07.2019, através da INF/328/2019, foi possível iniciar o processo de contratação pública do Estudo junto da SGE, através da manifestação de interesses junto da SGE. Constatou-se que, nesta data, não seria possível realizar o projeto totalmente em 2019, considerando o atraso de 5 meses que se verificou, pelo que foi necessário solicitar autorização para "plurianuais", o que induziu a mais um atraso no processo de Adjudicação do Estudo, cujo contrato foi assinado em 30.12.2019. O Projeto concluir-se-á em 2020.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar a execução da candidatura SAMA "Avaliação das políticas públicas de regulamentação das atividades de comércio, serviços e restauração".	T	Atraso na contratação pública e na disponibilização de fundos, circunstâncias exógenas a esta DGAE. Iniciado: foram realizadas 3 (três) reuniões com a equipa da NOVA IMS. Concluir-se-á em 2020.
							Concluir a desmaterialização no BdE dos procedimentos legais do DL n.º 10/2015.	R	Foram desmaterializados 3 (três) procedimentos: <u>Autorizações Conjuntas (2)</u> : 1. Inclusão no BdE dos procedimentos tramitados no regime em vigor anteriormente à disponibilização desta funcionalidade no BdE. 2. Criação de formulário próprio para a declaração de alteração de titularidade no BdE. <u>Funerárias - Inclusão das IPSS/ Mutualistas (1)</u> : Criação de formulário próprio para a declaração de início/alteração/cessação.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar a execução da candidatura SAMA "Chat bot - Assistente virtual" [condicionada à aprovação da candidatura SAMA].	T	Será realizado em 2020. Deu-se sequência à candidatura SAMA, enviada em 16.10.2019 para a SGMETD, mas, por indisponibilidade de verbas, a SGMETD não a operacionalizou em 2019.
							Promover a operacionalização do processo de emissão de vistos de validade territorial limitada (VVTL), solicitado por operador económico licenciado pela DGAE para o exercício da atividade de importação e exportação de diamantes em bruto [condicionado à articulação/autorização do SEF e do MNE].	CA	Conforme indicação da Tutela não há enquadramento para a sua operacionalização, na sequência da posição do SEF.
			17	Tempo médio de atualização dos conteúdos (dias úteis)	[7-9]	10%	Assegurar e monitorizar a Plataforma "Informação ao Comerciante + Simples", vulgo Área do Comerciante.	R	No ano de 2019 foram publicadas 21 notícias, num prazo médio de 5 dias úteis.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar e monitorizar a Plataforma "Comunicar ao Consumidor" - Dísticos.	R	Em 2019, esta plataforma foi consultada por 1.128 (mil cento e vinte e oito) utilizadores, que emitiram 1.756 (mil setecentos e cinquenta e seis) painéis e 520 (quinhentos e vinte) projetos. Os apuramentos solicitados pela Tutela foram efetuados com um prazo médio de 3 dias.
3	[03] Contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas	10%	18	N.º de propostas de formulação e avaliação da execução de políticas públicas apresentadas (QUAR DGAE - Ind 6)	[1-3]	40%	Contribuir para a definição, articulação e dinamização das políticas setoriais relativas ao comércio, serviços e restauração, bem como no âmbito do Mercado Interno de Serviços, acompanhando e avaliando a execução das medidas delas decorrentes.	R	Efetuaram-se 3 propostas de política setorial: Foram elaboradas a INF/207/2019 (proposta de alteração do diploma do Fundo de Modernização do Comércio); a COM/51/2019 (regulamento da medida Comércio 4,0); e Projeto «Rede de Comerciantes na Diáspora Portuguesa», alinhado com as orientações da tutela para a Medida 85 do Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações: COM/131/2019.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			19	N.º de sessões de informação e capacitação junto de agentes económicos e interlocutores institucionais (QUAR DGAE - Ind 7)	[6-8]	60%	Assegurar a realização de ações de divulgação, esclarecimento e capacitação dos municípios sobre o Inventário Nacional Comércio com História.	R	Foram Realizadas 5 sessões de divulgação do Projeto CcH: CIM Oeste; AMAL (16); CCDRLVT (7); CCDD Centro (56); CCDD Norte (29). Cobriu-se mais de 35% do universo.
							Promover sessões de divulgação do novo Sistema de Incentivos no âmbito do Comércio Investe [condicionado à decisão da Tutela de lançar novo sistema decorrente do GT Comércio Investe].	T	O Sistema de Incentivos não foi, ainda, aprovado pela Tutela, tendo o mesmo transitado para 2020.
							Promover a capacitação dos agentes económicos e dos interlocutores dos municípios através de sessões e da publicação dos Guias da Restauração e de Q&A do RJACSR	R	Efetuaram-se duas sessões (em 5/06/2019 e em 21/11/2019) para os interlocutores dos Migrantes Workshop “Quero abrir uma empresa em Portugal. E agora?-(Workshop do Alto Comissariado para as Migrações) e sessão de esclarecimento para mediadores/ interlocutores dos Migrantes (CNAIM).
							Disponibilizar relatórios de execução do RJACSR.	T	A AMA ainda não concluiu a ligação do BdE ao CUE. Prevê-se a sua conclusão para 2020.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
4	[04] Garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DCSR	20%	I10	% de pareceres relevantes emitidos dentro do prazo (QUAR DGAE - Ind 8)	[94%-98%]	60%	Assegurar a emissão de pareceres técnico-jurídicos nos termos da Diretiva Serviços e dos princípios da livre prestação de serviços e da liberdade de estabelecimento.	R	100%. Foram efetuadas 106 (cento e seis) análises à luz da Diretiva Serviços, quer para o Gabinete SECSDC, quer para outras unidades orgânicas da DGAE (vide DSAE); quer para entidades externas. Todas efetuadas dentro do prazo previsto 26 (vinte e seis) antes do prazo.
							Assegurar a emissão de pareceres relativos a diplomas relacionados com atividades de comércio, serviços e restauração.	R	100%. Foram emitidos 91 (noventa e um) pareceres, dos quais, 63 (69,3%) para o Gabinete SECSDC, 19 (20,9%) internos e 9 (9,9%) para o exterior. Todos os pareceres foram emitidos dentro do prazo estipulado; 8 (oito) antes do prazo.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Acompanhar a Convenção de preços aplicável aos manuais escolares do ensino básico e secundário [condicionado às orientações da tutela e à articulação com os restantes organismos]	R	100%. Foram publicitados no site da DGAE os critérios aplicáveis ao cálculo dos preços máximos das reimpressões, dentro do prazo previsto na convenção dos manuais escolares (15.12.2019), incluindo a explicitação do cálculo do PeD a 3 dígitos, articulada com a APEL [reunião 12.11.2019] e, posteriormente, com a DGE, ajustando a Base de Dados dos Manuais Escolares adotados, de forma a acomodar a recolha da informação do PeD a 3 dígitos comunicada pelas Editoras.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Acompanhar a Convenção referente ao tarifário do Serviço de Transporte de Passageiros em Táxi [condicionado às orientações da tutela e à articulação com os restantes organismos com competência no setor]	R	100%. NOTA: neste âmbito deve referir-se que, em 2019, por solicitação do GSEDC, elaboraram-se várias abordagens transversais ao setor, designadamente: INF/102/2019/DCSR/DGAE - Enquadramento e histórico do processo das negociações da convenção; COM/47/2019 - Enquadramento da proposta CML - Táxis dos Portos Marítimos/ Aeroporto. INF/820/2019 - Abordagem do quadro jurídico do setor da mobilidade, enquadrando a avaliação de um contrato entre a <i>Free Now</i> e prestadores de serviços em táxi, bem como a avaliação da transição da convenção para outros organismos.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			I11	% de solicitações com carácter substantivo respondidas dentro do prazo (QUAR DGAE - Ind 9)	[94%-98%]	40%	<p>Assegurar resposta às solicitações internas e externas à DGAE em áreas conexas com as atividades do comércio, serviços e restauração, incluindo no âmbito do mercado interno dos serviços.</p>	R	100%. Foram dadas respostas a 96 (noventa e seis) solicitações, das quais, 50 (62%) para o Gabinete SECSDCo, 9 (9%) internos e 28 (29%) para o exterior. Todas as solicitações foram respondidas dentro do prazo estipulado, e 7 (sete) antes do prazo.
							<p>Encerrar os projetos MODCOM suspensos, na sequência das indicações do DCIAP.</p>	R	100%. Na sequência da comunicação pelo DCIAP do arquivamento do processo-crime referente a um dos projetos de investimento de ações promocionais da Associação Comercial do Distrito de Beja, o mesmo foi encerrado e pago o respetivo incentivo remanescente à estrutura associativa.
5	Assegurar a cooperação entre Estados membros e autoridades competentes nacionais no domínio do Mercado Interno de Serviços	8%	I12	Nº de processos no âmbito dos procedimentos do domínio legislativo dos serviços	[6-8]	100%	Assegurar a coordenação do domínio legislativo dos Serviços no âmbito do Sistema de Informação do Mercado Interno (IMI).	R	100%. Foram efetuadas 5 (cinco) notificações; 8 (oito) esclarecimentos à Comissão Europeia; 36 (trinta e seis) pareceres conexos.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
6	[05] Melhorar as competências da DGAE e a qualidade dos serviços prestados	2%	I13	N.º de ações realizadas pela DCSR em colaboração com a Academia e com outras entidades (QUAR DGAE - Ind 11)	[1-3]	100%	Promover ações ou projetos conjuntos em parceria com a Academia, municípios e outras entidades.	R	100%. Efetuaram-se 2 (duas) sessões: 12-07-2019 - APCC - Centros Comerciais: Um mundo em Mudança 12-09-2019 - IGOT - BID- <i>Business Improvement Districts</i> : Uma oportunidade para as PME.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
7	Melhorar o acesso ao exercício das atividades económicas	20%	114	Tempo médio de resposta às solicitações (dias úteis)	[6-8]	95%	<p>Garantir a eficácia e eficiência, bem como a qualidade da informação prestada, no âmbito da central de atendimento para as atividades de comércio, serviços e restauração e apoio ao Espaço Empresa - central de atendimento-<i>Front office</i> e <i>Backoffice</i>.</p>	R	<p><u>Central de Atendimento:</u> 4.912 respostas, das quais: 37,8% a Feirantes/Vendedores ambulantes; 20,9% a Restauração e bebidas; 17,1% a Comércio; 4,4% a Atestados profissionais; 5,0% a Funerárias; 6,1% a Serviços e 8,7% a Outros. <u>Caixa de correio:</u> 1.584 esclarecimentos, dos quais 41,8% relativamente a Feirantes/vendedores ambulantes; 17,3% a Restauração e bebidas; 11,9% a Comércio; 1,6% a Funerárias; 3,4% a Serviços e 23,9% a Outros. Estes esclarecimentos foram prestados num tempo médio de 1,1 dias.</p>
							<p>Promover a correta aplicação do Regime Jurídico da Atividade Comercial e de Serviços (RJACSR).</p>	R	<p>Participação no Dia do Feirante; Reunião com APPSF (Funerárias).</p>

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar a execução das competências cometidas à DGAE pelo regime da atividade prestamista.	R	Foram emitidas 22 (vinte e duas) novas Licenças para o exercício da atividade prestamista, no prazo médio de 2,8 dias. Simultaneamente, efetuou-se a monitorização dos seguros obrigatórios para o exercício da atividade.
							Assegurar a execução das competências cometidas à DGAE pelo regime do sistema de certificação do processo <i>Kimberley</i> .	R	Foram emitidas 11 (onze) novas Licenças para o exercício da atividade de importação e exportação de diamantes em bruto, no prazo médio de 1,9 dias.
							Assegurar a execução das competências cometidas à DGAE pelo regime da atividade leiloeira.	R	Foram emitidas 23 (vinte e três) novas Licenças para o exercício da atividade leiloeira, no prazo médio de 1 dia. Simultaneamente efetuou-se a monitorização dos seguros obrigatórios para o exercício da atividade.
							Assegurar a emissão de Certificados de Atividade profissional.	R	Foram emitidos 92 (noventa e dois) Certificados de Atividade profissional, no prazo médio de 2,7 dias.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar a disponibilização das tabelas de preços e autocolantes aos operadores do setor de Transporte de Passageiros em Táxi.	R	Foram respondidos 174 (cento e setenta e quatro) pedidos de envio das tabelas de preços e convenções, no prazo médio de 5 dias.
							Assegurar a execução das competências cometidas à DGAE pelo regime do Financiamento Colaborativo.	R	Foram efetuadas 6 (seis) respostas/esclarecimentos, neste âmbito, no prazo previsto, e registadas 2 (duas) plataformas.

			115	Tempo médio de emissão do título no âmbito das Autorizações Conjuntas (dias úteis)	[24-28]	5%	Assegurar a execução das competências cometidas à DGAE pelo regime das autorizações conjuntas.	R	Foram emitidas um total de 10 (dez) Autorizações Conjuntas (DGAE/CCDR/CM) de Grande Superfície Comercial (GSC) e Conjunto Comercial (CC), no prazo médio de 40,6 dias, do seguinte modo: Instalação de GSC: 6; Alteração significativa de GCS: 2; Alteração significativa de CC: 1; Prorrogação de instalação de CC: 1. Foi cobrado um total de 531.953,70€: - 28.729 m2 de área de venda [GSC] de - 15.293 m2 de área bruta locável [CC] (14.000 m2 prorrogação. + 1.293m2 alteração significativa). O prazo médio indicado para a emissão do título refere um prazo global (superior ao previsto), pois o prazo que a DSCSR tem contabilizado não inclui os tempos de resposta do requerente (i.e., inclusão dos 30 dias que tem para efetuar o pagamento da taxa para emissão do título).
--	--	--	-----	--	---------	----	--	---	--

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
									A esta circunstância, acresce o facto dos RH existentes não serem os necessários para a análise de processos desta complexidade, quer porque estes RH asseguram, simultaneamente, o Helpdesk - Backoffice do RJACSR, quer porque os processos apresentados revestiram-se de elevada complexidade para os quais foi necessário solicitar o apoio jurídico da SGMETD.

QUADRO XVI AUTOAVALIAÇÃO PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO SERVIÇOS E RESTAURAÇÃO (DSCSR)

Para o ano de 2019, a DSCSR identificou 52 atividades que permitiram desenvolver as suas competências nas áreas do comércio, serviços e restauração, no que respeita ao apoio à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas nos setores em referência.

A atividade da DSCSR foi marcada pela continuação da consolidação das atividades decorrentes do regime jurídico de acesso e exercício das atividades de comércio, serviços e restauração - RJACSR (Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro). A caixa de correio rjacsr.apoio@dgae.gov.pt deu resposta a 1.584 pedidos de esclarecimento técnico por parte de operadores económicos, associações e municípios, enquanto a linha telefónica dedicada para este atendimento deu resposta a 4.912 pedidos de esclarecimento sobre este regime. Neste âmbito, a Direção de Serviços procedeu, ainda, à atualização do Guia RJACSR, com as principais FAQ's, assim como ao Guia da Restauração.

Tendo a DGAE percecionado a necessidade de capacitação dos interlocutores do RJACSR, no seguimento da iniciativa iniciada em anos anteriores, deu-se continuidade às sessões de esclarecimento/capacitação das entidades mediadoras com os operadores económicos. Assim, e em paralelo ao apoio aos mediadores dos Espaços-Empresa, que foi reforçado com uma Linha de Atendimento Telefónico Pessoal, em substituição do *Interactive Voice Response*, a DSCSR, em articulação com o Alto Comissariado para as Migrações (ACM), realizou 2 Seminários para capacitar, quer os operadores económicos migrantes que se pretendem instalar em Portugal, quer os profissionais/mediadores dos CNAIM do Norte, Lisboa e Algarve, de forma a poderem disponibilizar soluções adequadas aos trabalhadores da UE e aos membros das suas famílias, que procuram os serviços.

Ao longo do ano, a DSCSR assegurou a emissão de 169 pareceres relativos a projetos de diploma nos prazos solicitados pela tutela, bem como deu apoio aos Gabinetes Governamentais do Ministério da Economia (ME), através da apreciação de exposições, reclamações e pontos de situação, num total global de 197 solicitações de contributos no âmbito das suas competências.

No que respeita a candidaturas SAMA, a DSCSR, em 2019, teve quatro projetos a decorrer: a candidatura designada como “Lojas com História”, que enquadra o desenvolvimento e divulgação da plataforma *Inventário Nacional | Comércio com História*; a candidatura que enquadra dois Estudos [sobre o Mapa do Comércio, Serviços, Restauração e sobre as Artes e Ofícios Tradicionais]; a candidatura referente ao desenvolvimento de um “Chat-Bot “ para atendimento automático aos operadores económicos 24h/7dias no âmbito das competências da DSCSR; e a candidatura relativa ao Estudo “Avaliação das políticas públicas de regulamentação das atividades de Comércio, Serviços e Restauração”, que visa a avaliação do RJACSR¹⁰ e dos regimes jurídicos das atividades de prestamistas, leiloeiras e de importação e exportação de diamantes em bruto.

Em 2019 verificaram-se relevantes constrangimentos na operacionalização destas candidaturas, designadamente no que se refere a atrasos na contratação pública e que, fundamentalmente, se deveram à indisponibilidade financeira de fundos, que induzem a que se protele a abertura dos procedimentos de contratação pública das aquisições de serviços e estudos, necessários para o cumprimento do cronograma aprovado pelo COMPETE2020. Acresce que, a disponibilidade tardia de fundos (vários meses após a manifestação de necessidades para contratação) inviabiliza mais a execução dos projetos no ano civil em curso e obriga a iniciar novo procedimento relativo à autorização de despesas plurianuais. Estes constrangimentos prejudicam a programação previsional adequada por parte da DGAE, quer orçamental, quer da aquisição de serviços/estudos, quer de execução das atividades previstas nos projetos, a que acresce a limitação imposta pelos prazos máximos de execução a que estes projetos estão obrigados.

¹⁰ Regime Jurídico de acesso e exercício de atividades de Comércio, Serviços e Restauração

A plataforma *Inventário Nacional | Comércio com História*, que se concluirá no primeiro trimestre de 2020, foi disponibilizada e apresentada em 29.05.2019, numa sessão pública presidida pelo Ministro Adjunto e da Economia, Pedro Siza Vieira, e com a presença da Ministra da Presidência e da Modernização, Mariana Vieira da Silva, da Ministra da Cultura, Graça Fonseca, e do Secretário de Estado da Defesa do Consumidor, João Torres. Esta plataforma reúne o inventário de estabelecimentos históricos dos municípios de Lisboa, Porto, Coimbra, Funchal, Fundão, Loulé e Braga. Ela reúne informações em português e inglês no endereço: <https://www.comerciocomhistoria.gov.pt/>. No contexto de uma política de dinamização e modernização económica das atividades em meio urbano, a DGAE considera muito relevante a consolidação deste projeto “Inventário Nacional | Comércio com História”, ampliando e aprofundando a sua divulgação nacional e internacional, de forma a promover as suas sinergias com o setor do turismo.

No âmbito da divulgação deste projeto, a DSCSR já efetuou diversas sessões técnicas, numa primeira fase, dirigidas às autarquias, tendo coberto mais de 35% dos municípios. Em 2020, continuar-se-ão a efetuar estas sessões de divulgação, incluindo também os operadores económicos, conforme solicitação das autarquias.

A DGAE foi convidada, pela Comissão Europeia a apresentar este projeto, quer no workshop *Small Retailers*, que se realizou em março, em Madrid, quer na *High Level Conference on Retail*, que se realizou em junho de 2019, em Bruxelas, sendo sinalizado com um caso de *boas-práticas* para a revitalização dos centros urbanos e das suas atividades económicas, pretendendo-se dar continuidade à divulgação nacional e internacional deste Projeto.

Tanto este projeto, como o do Mapa do Comércio Serviços e Restauração e o do *Chat-Bot-Assistente Virtual* correspondem a Medidas Simplex +, respetivamente, Medidas Simplex #225 [*Lojas com História*], #210 [*Mapa do Comércio Serviços e Restauração*] e #232 [*Atendimento aos consumidores e às empresas + Simples*].

Perspetiva-se que estas duas últimas medidas fiquem concluídas em meados de 2021, se não se verificarem os constrangimentos de contratação pública atrás referidos.

Assim, e para a implementação do Mapa do Comércio Serviços e Restauração, foi apresentada uma candidatura ao concurso SAMA 2019-2020 para, de acordo com o Estudo efetuado no SAMA 2018-2019, em que se estruturou o desenho da solução e o levantamento das necessidades e fontes de informação, se possa operacionalizar o desenvolvimento da plataforma que suportará o Mapa do Comércio, Serviços e Restauração.

O projeto *Chat-Bot Assistente Virtual* encontra-se em fase de contratação e visa desenvolver e disponibilizar um *chatbot* para resposta automática a empresas e consumidores relativamente a questões frequentemente colocadas, quer pelos operadores económicos, quer pelos municípios, no âmbito das competências da DSCSR, nesta primeira fase do projeto-piloto. Neste âmbito, e relativamente ao esclarecimento às partes interessadas, este projeto complementa, ampliando para 24h/7 dias, o período temporal de resposta da atual Central de Atendimento telefónico da DGAE, composta por um *Frontoffice* e um *Backoffice* para as atividades de comércio, serviços e restauração e apoio ao Espaço Empresa. Durante o ano de 2019, o *Frontoffice* respondeu a 4.912 questões, das quais, 38% referiam-se a Feirantes/Vendedores ambulantes; 21% a Restauração e bebidas; 17% a Comércio; 4% a Atestados profissionais; 5% a Funerárias; 6% a Serviços e 9% a Outros. A caixa do correio do *Backoffice* efetuou 1.584 esclarecimentos, dos quais 42% relativamente a Feirantes/vendedores ambulantes; 17% a Restauração e bebidas; 12% a Comércio; 2% a Funerárias; 3% a Serviços e 24% a Outros.

Ainda neste contexto, no âmbito da plataforma “Comunicar ao Consumidor”, de promoção da DGAE e enquadrada na Medida Simplex #133 “Obrigações de Informação ao Consumidor + Simples”, contabilizaram-se, em 2019, a consulta de 1.128 (mil cento e vinte e oito) utilizadores, que emitiram 1.756 (mil setecentos e cinquenta e seis) painéis e 520 (quinhentos e vinte) projetos.

Relativamente ao Estudo relativo às Artes & Ofícios Tradicionais, deve referir-se que, atendendo ao constrangimento decorrente do processo de contratação pública acima referido, o mesmo só foi adjudicado em finais de 2019, pelo que se concluirá em 2020.

No quadro do Programa Simplex, nota-se que a Medida #226 (2018) - Comprovativos do Exercício de Atividade Profissional + Simplex – se encontra em fase de desmaterialização para integração no BdE, atual Portal ePortugal.gov.pt, perspetivando-se a sua conclusão em 2020, na sequência de articulação com as restantes entidades que emitem estes comprovativos, designadamente a ACT- Autoridade para as Condições do Trabalho (relativamente aos trabalhadores por conta de outrem, independentemente da atividade) e a CCP - Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CAE 45 e seguintes), para além da DGAE (CAE 05 a 43). No que refere a esta competência da DGAE, em 2019, e ainda em formato papel, foram emitidos 92 certificados de experiência profissional a sócios gerentes de empresas ou empresários em nome individual/independentes para exercício de atividade fora do território nacional, cujas atividades estavam inseridas nas CAE 05 a CAE 043, inclusive.

Quanto à implementação ao nível nacional da Diretiva 2006/123/CE, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno (Diretiva Serviços), a DCSR/DGAE prossegue as suas competências enquanto entidade coordenadora da mesma em Portugal, tendo assegurado toda a preparação e representação nacional no âmbito do respetivo Grupo de Peritos da UE, resposta aos pedidos diversos da Comissão Europeia e reuniões do Semestre Europeu; de Monitorização Pós-Troika e Compromisso de Prestação de Informação neste âmbito.

Todos os projetos de diploma legislativo que são submetidos à DGAE são analisados à luz das disposições da Diretiva Serviços, de modo a prevenir a criação de entraves ao acesso ou exercício de uma atividade de serviços, desde que abrangida pelo âmbito de aplicação da respetiva Diretiva.

No contexto da coordenação da Plataforma do Sistema de Informação do Mercado Interno Europeu, procedeu-se à execução de um processo no âmbito da Cooperação Administrativa e à submissão de 5 notificações referentes a dois diplomas sob a alçada do IPDJ, bem como resposta fundamentada a 6 pedidos de esclarecimento ulteriores da Comissão Europeia.

Ainda no contexto das notificações prévias à Comissão Europeia, desenvolveram-se diversas ações, com vista a melhor operacionalizar o processo de articulação institucional, designadamente através do reforço da rede de pontos de contacto via CIAE; da organização de reuniões presenciais (ANAC, TdP, JurisApp, IPQ); do estreitamento das relações institucionais com o IPQ, com vista ao reforço do procedimento de notificações prévias; da organização de um Evento conjunto sobre os procedimentos de notificação prévia à Comissão Europeia, no dia 23.05.2019, nas instalações do IPQ, com os pontos focais, gabinetes ministeriais e a Comissão Europeia.

No quadro do aprofundamento da cooperação com entidades congéneres, reforçou-se uma plataforma de articulação institucional com a DGERT e a AMA no contexto da articulação e preparação de resposta face à carta de notificação da Comissão Europeia no âmbito do procedimento de infração sobre os Balcões Únicos Eletrónicos (dirigida, também aos restantes EM); com a DGERT destaca-se, ainda, a colaboração no âmbito da transposição da Diretiva (UE) 2018/958, de 28 de junho de 2018, relativa a um teste de proporcionalidade a realizar antes da aprovação de nova regulamentação das profissões (Diretiva da Proporcionalidade).

Releva-se também a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2018/302, de 28 de fevereiro de 2018, que visa prevenir o bloqueio geográfico injustificado e outras formas de discriminação baseadas na nacionalidade, no local de residência ou no local de estabelecimento dos clientes no mercado interno, e que altera os Regulamentos (CE) nºs 2006/2004 e (UE) 2017/2394 e a Diretiva 2009/22/CE (Regulamento sobre o *Geoblocking*), vertido no Decreto-Lei n.º 80/2019, de 17 de junho.

No contexto da cooperação com outros Estados-Membros (EM), destaca-se a realização de um Estudo de caso com ES/FR/DK/LU/SE/DE/BG sobre a identificação de barreiras regulamentares e não regulamentares sobre a prestação de serviços transfronteiriços no setor da construção civil. A DSCSR trabalhou também conjuntamente com outros EM (designadamente DK e NL) na subscrição de um *Non-paper* sobre “*Long-term action plan for better implementation and enforcement of Single Market rules*”.

A DSCSR iniciou o inquérito *online* de identificação de barreiras regulamentares e não regulamentares no âmbito da atividade económica dos Arquitetos. A Direção de Serviços promoveu, ainda, o reforço da cooperação entre os EM da UE através da resposta atempada a questões colocadas a Portugal pelos peritos de outros EM (guias turísticos); e através da realização de consultas aos peritos de outros EM sobre a legislação dos outros EM, no contexto da redução do plástico e das práticas individuais restritivas do comércio.

Deve referir-se que a DSCSR foi incumbida da coordenação da regulamentação da Lei n.º 77/2019, de 2 de setembro, referente à disponibilização de alternativas à utilização de sacos de plástico ultraleves e de cuvetes em plástico nos pontos de venda de pão, frutas e legumes.

No âmbito das Estratégias do Mercado Interno de bens e serviços e do Mercado Único Digital, a DSCSR teve uma participação ativa na consolidação da posição nacional no processo de negociação europeia das seguintes propostas de atos legislativos: 1) Plataformas em linha [entretanto publicado o Regulamento (UE) 2019/1150 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho de 2019, relativo à promoção da equidade e da transparência para os utilizadores profissionais de serviços de intermediação em linha; 2) proposta que prevê o reforço do procedimento de notificações constante da Diretiva Serviços.

Foi, também, assegurada a participação num conjunto de iniciativas e Grupos de Trabalho (GT), designadamente no Conselho Consultivo de Ourivesaria - GT Recomendações de alteração do RJOC, no GT Branqueamento de Capitais, no Conselho Consultivo do INFARMED, bem como nas reuniões e sessões de trabalho no âmbito do GT Comércio Investe e no GT das Classificações Económicas e Sociais (CSE), na esfera do Conselho Superior de Estatística.

Em 2019, a DGAE, em representação do METD, participou nas reuniões da Comissão de Acompanhamento do “Acordo 2016-2018 entre os Ministérios da Economia, da Saúde e das Finanças e a Indústria farmacêutica” com vista à redução dos encargos para o Serviço Nacional de Saúde da despesa pública com medicamentos.

Deve, ainda, referir-se que a DSCSR assegurou, ao longo de 2019, a participação em equipas de trabalho conjuntas com a AMA, na disponibilização e melhoria de conteúdos relativos à atividade de comércio, serviços e restauração. Ainda neste âmbito, efetuou-se a desmaterialização de 3 procedimentos visando o aperfeiçoamento e simplificação dos regimes administrativos, designadamente no âmbito das Autorizações Conjuntas e nas Funerárias.

Complementarmente e na sequência do desenvolvimento, em 2016, do projeto do Cadastro Único Empresarial (CUE), promovido pela DGAE em articulação com a SGE, estas entidades reiniciaram-no no final de 2018 e estendeu-se durante todo o ano de 2019. A colaboração com a AMA foi determinante para a identificação dos requisitos técnicos específicos para ligar o CUE ao Balcão do Empreendedor, por forma a atualizar os dados relativos aos licenciamentos comerciais ao abrigo dos diversos regimes de atividades [RJACSR, prestamistas, leiloeiras e importação e exportação de diamantes em bruto].

No contexto das competências da DGAE no âmbito da Convenção de Preços das Tarifas dos Táxis, foram dadas respostas a 174 pedidos individuais de operadores económicos nacionais para disponibilização da última versão da Convenção de Preços e autocolantes com esta informação para colar nos veículos automóveis/táxis.

A DSCSR (em conjunto com a DSPE) acompanhou ao nível interministerial a situação de emergência causada pela greve apresentada pelo Sindicato Nacional de Motoristas de Matérias Perigosas no verão de 2019 e que causou impacto nas atividades económicas ao nível nacional.

Também no que diz respeito à Convenção dos Preços dos Manuais Escolares, procedeu-se, dentro do prazo previsto na Convenção, à publicitação dos critérios para o cálculo dos preços máximos de manuais escolares para o ano letivo 2020-2021. Para o efeito, e a fim de melhor operacionalizar a referida Convenção, quer junto da Direção-Geral de Educação (DGE), quer junto dos Editores dos livros, a DSCSR propôs um ajuste da comunicação efetuada pelos Editores junto da DGE, no Sistema de Informação de Manuais Escolares (SIMETD), de forma a que a aplicação do cálculo previsto na Convenção dos Preços dos Manuais Escolares seja mais clara e uniforme para todas as partes.

Foi assegurada a execução das competências cometidas à DGAE pelos regimes da atividade prestamista, leiloeira e sistema de certificação do processo *Kimberley* (importação e exportação de diamantes em bruto), nomeadamente com a emissão de 22, 23 e 11 títulos de autorização e licenças, respetivamente.

A DGAE participou na reunião do Conselho Consultivo da Escola de Comércio de Lisboa, que se realizou no dia 10 de julho. Foram, igualmente, elaborados 10 relatórios ao abrigo do “Regime de Autorização Conjunta”, com a emissão das respetivas Autorizações de grandes superfícies comerciais/conjuntos comerciais, sendo estes processos, com alguma complexidade, efetuados em articulação com os respetivos municípios, bem como com as CCDR territorialmente competentes.

Participou também na primeira edição do *Omnichannel Retail Show*, que decorreu a 25 e 26 de março na FIL – Feira Internacional de Lisboa – e que se destinou a todos os profissionais do retalho apostando nas mais recentes formas de comércio tecnológicas e digitais. A DGAE integrou um painel internacional, no dia 25

de março, subjacente ao tema da Revitalização do Comércio Urbano na Era da Omnicanalidade, cuja sessão de abertura foi presidida pelo Secretário de Estado da Defesa do Consumidor, João Torres, incidindo nos desafios atuais do retalho em Portugal.

Participou enquanto oradora na II Feira do Empreendedorismo migrante, que se realizou em Lisboa nos dias 4 e 5 de maio 2019.

QUADRO XVII
ATIVIDADES PREVISTAS E REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (DSSE)

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
1	[01] Reforçar a coordenação dos assuntos europeus e internacionais do ME e garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais e internacionais	30%	I1	Taxa de participação em reuniões planeadas [QUAR DGAE Ind 1]	[80%-90%]	50%	Assegurar a representação do ME ou da DGAE em diferentes <i>fora</i> ou eventos em matérias relacionadas com a Sustentabilidade Empresarial (níveis nacional, UE e internacional).	R	A DGAE participou em vários eventos no âmbito da sustentabilidade empresarial aos níveis nacional, da UE e internacional, destacando-se a Conferência " <i>2019 Circular Economy Stakeholder Platform Conference</i> " (Bruxelas, 6 e 7 de março de 2019), o Fórum " <i>World Circular Economy Forum 2019</i> " (Helsínquia, 3 a 5 de junho de 2019) e o evento " <i>European Days for Sustainable Circular Economy - EDSCE</i> " (Helsínquia, 30 de setembro e 1 de outubro de 2019).

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar a representação de PT no âmbito da negociação do Regulamento n.º 2003/2003 (Matérias fertilizantes), designadamente nas reuniões do Grupo de Trabalho Fertilizantes, do Comité de Regulamentação dos Fertilizantes e no Grupo de Trabalho de Harmonização Técnica.	R	A DGAE assegurou a participação nas reuniões do Grupo de Trabalho Fertilizantes (2) e do Comité de Regulamentação dos Fertilizantes Da União Europeia (1).
							Assegurar a representação de PT no âmbito da governação do Rótulo Ecológico da União Europeia enquanto organismo competente, designadamente nas reuniões do Fórum dos Organismos Competentes, do Comité REUE e do Comité Regulamentador REUE.	R	A DGAE assegurou a representação de PT nas reuniões de governação do REUE, designadamente do Comité REUE (2) e do Fórum dos Organismos Competentes (2).
							Assegurar a representação do ME ou da DGAE em diferentes fora ou eventos em matérias relacionadas com a Responsabilidade Social das Empresas (níveis nacional, UE ou internacional).	R	Foi assegurada a participação em reuniões ao nível nacional (CNDH, Rede RSO PT, Conselho para as Migrações e GT "Comunicação" da Carta Portuguesa para a Diversidade).

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Representar o ME no Grupo de Coordenação da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC), na Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca (CPPMAES), no Conselho Nacional da Água» e representar a DGAE na «Assembleia Geral da ADENE, na Comissão Executiva do Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE) e nos Conselhos Hidrográficos Regionais.	R	A DGAE assegurou a participação nas reuniões da ENAAAC, CPPMAES e ADENE.
			12	Taxa de recomendações de atuação relevantes apresentadas [QUAR DGAE Ind 2]	[10%-20%]	20%	Apresentar propostas de recomendações de atuação decorrentes da participação em Grupos de Trabalho, Coligações, Comissões Nacionais, Conselhos Consultivos, Secretariados Técnicos, Redes Nacionais.	R	Foram emitidas recomendações na sequência da participação em reuniões nos domínios da economia circular, gestão de REEE e matérias fertilizantes.

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			13	N.º de reuniões de coordenação organizadas pela DSSE no âmbito das suas competências [QUAR DGAE Ind 3]	8	20%	Organizar reuniões de coordenação tendo em vista a preparação de posições no contexto de processos legislativos (nacionais ou da UE).	R	Foram organizadas 3 reuniões tendo em vista a definição de uma futura agenda de economia circular para a distribuição, o retalho e a restauração, 1 reunião de coordenação MAEC no âmbito do PAEC, 2 reuniões alusivas ao parecer circunstanciado da Comissão Europeia relativamente à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às matérias fertilizantes, 1 reunião relativa à designação da autoridade notificadora nacional no contexto do Regulamento (UE) 2019/1009 e 2 reuniões no âmbito da gestão nacional do REUE.

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			14	Prazo médio para apresentação dos relatórios das reuniões efetuadas nas estruturas internacionais (n.º de dias úteis)	5	10%	Elaborar relatórios das reuniões efetuadas nas estruturas da UE e internacionais.	NR	Foram elaborados os relatórios das reuniões nas estruturas da UE e internacionais. No entanto, o prazo previsto para a entrega desses relatórios foi ultrapassado, devido ao número elevado de solicitações que foi necessário responder em 2019.
2	[02] Assegurar a implementação de medidas de simplificação e de desburocratização administrativas, incluindo as previstas no Programa SIMPLEX	5%	15	N.º de medidas de desburocratização e de redução de custos de contexto a concluir em 2019 (QUAR DGAE - Ind 5)	1	100%	Preparar conteúdos e testar a operacionalização dos formulários, no âmbito dos trabalhos de desmaterialização dos procedimentos relativos aos pedidos de registo das matérias fertilizantes não harmonizadas a realizar através do BdE, em colaboração com a AMA.	T	Foi assegurada a devida articulação com a AMA, I.P., mas atenta a especificidade do procedimento foram necessários desenvolvimentos adicionais, encontrando-se prevista a sua conclusão no 1.º quadrimestre de 2020.

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
3	[03] Contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas	15%	p	N.º de propostas de formulação e avaliação da execução de políticas públicas apresentadas [QUAR DGAE Ind. 6]	1	20%	Apresentar propostas de formulação e avaliação da execução de políticas públicas.	R	Foram apresentadas propostas de alteração de licenças de algumas entidades gestoras de fluxos específicos de resíduos que tiveram como objetivo alargar o respetivo âmbito de aplicação no sentido de abranger um maior universo de resíduos de embalagens (VALORMED, SPV, Novo Verde e Electrão).
			17	N.º de sessões de informação e capacitação junto de agentes económicos e de interlocutores institucionais [QUAR DGAE Ind. 7]	3	20%	Promover sessões de informação e capacitação junto de agentes económicos e de interlocutores institucionais na área da Sustentabilidade Empresarial.	R	No contexto da operacionalização do visible fee, os aderentes da WEEECYCLE foram esclarecidos sobre o entendimento relativo à aplicação do previsto no n.º 6 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 152-D/2017 nos Seminários “Registo de Produtores de EEE” (Porto, 25 de novembro de 2019 e Lisboa, 5 de dezembro de 2019).

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			18	N.º de consultas a grupos de interesse sobre políticas setoriais nas áreas da Sustentabilidade Empresarial	[7-9]	10%	Realizar consultas no âmbito de projetos legislativos (nacionais ou da UE) e efetuar outras iniciativas estratégicas no domínio da Sustentabilidade Empresarial.	R	Foram realizadas várias consultas no âmbito de documentos em negociação tendo em vista a revisão de critérios REUE (e.g., revestimentos para pavimentos, tintas e vernizes, papel gráfico, televisores).
			19	N.º de ações conjuntas com outros organismos do Estado, com Organizações da Sociedade Civil ou com Operadores Económicos	[7-9]	50%	Promover e divulgar iniciativas e ações relevantes relacionadas com a Sustentabilidade Empresarial.	R	Foram divulgadas várias iniciativas, tanto no sítio da Internet da DGAE como junto de estruturas associativas de setores empresariais, no domínio da sustentabilidade empresarial, designadamente nas áreas da economia circular, gestão de resíduos, matérias fertilizantes, responsabilidade social das empresas e gestão da água.

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar a participação da DGAE em iniciativas de reconhecimento de boas práticas em matéria de Sustentabilidade Empresarial (e.g., <i>Green Project Awards</i> , Prémio Inov.Ação Valorpneu, Ponto Verde <i>Open Innovation</i> , Novo Verde <i>Packaging Universities Award</i>).	R	A DGAE assegurou o apoio institucional à iniciativa " <i>ERP Eco Sustainability Award 2019-2020</i> " promovida pela entidade gestora ERP (<i>European Recycling Platform</i>).
							Acompanhar a implementação do Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal (2017-2020) e definir uma agenda da DGAE para a Economia Circular.	R	A DGAE assegurou o acompanhamento e implementação do PAEC, tendo ainda garantido, ao abrigo da RCM n.º 108/2019, de 2 de julho, a coordenação, em conjunto com a APA, I.P., dos trabalhos do PAEC. O desenvolvimento de uma agenda da DGAE para a Economia Circular foi revisto e substituído por um projeto visando a criação de uma Agenda Circular para a Distribuição, o Retalho e a Restauração, que se prevê ser lançada em 2020.

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							<p>Acompanhar como co-promotor a implementação da Medida 11 (Garantir que bens alimentares próximos da data limite de validade tenham um circuito comercial que facilite o seu consumo) prevista na Estratégia Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar.</p>	R	<p>A DGAE assegurou, em conjunto com a DGAV e o GPP, o acompanhamento do Compromisso Voluntário com a APED, que visa a implementação de iniciativas para cumprimento da Medida 11 (Garantir que bens alimentares próximos da data limite de validade tenham um circuito comercial que facilite o seu consumo) da ENCDA.</p>
							<p>Elaborar as especificações técnicas do Caderno de Encargos e acompanhar a elaboração do estudo previsto em sede do Artigo 99.º (Avaliação da aplicação do regime) do Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, visando avaliar a necessidade de eventuais alterações ao enquadramento jurídico das licenças atribuídas a entidades gestoras de sistemas integrados de gestão de resíduos no âmbito da Responsabilidade Alargada do Produtor.</p>	R	<p>A DGAE, em conjunto com a APA, I.P., elaborou o caderno de encargos para o estudo previsto no Artigo 99.º do Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro e analisou as candidaturas apresentadas, tendo o estudo sido adjudicado em dezembro de 2019 à empresa PROFICO - Projetos, Fiscalização e Consultoria, Lda..</p>

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Desenvolver e implementar o Plano de Ação para a Promoção do Rótulo Ecológico da União Europeia.	NR	Devido ao elevado número de candidaturas analisadas em 2019, não foi possível concluir o "Plano de Ação para a Promoção do Rótulo Ecológico da União Europeia", que se prevê ser lançado em 2020.
							Rever e implementar o Plano de Ação Nacional sobre a Conduta Empresarial Responsável e Direitos Humanos.	R	O projeto revisto do "Plano Nacional de Ação para a Conduta Empresarial Responsável e Direitos Humanos (PNACER-DH)" foi submetido à Tutela, encontrando-se a sua implementação condicionada a prévia validação superior.
							Acompanhar e dinamizar o desenvolvimento e aplicação das <i>Guidelines</i> da OCDE para Empresas Multinacionais (relativas à responsabilidade social) e rever as funções de Ponto de Contacto Nacional.	NR	Não foi possível concluir esta ação, que se prevê ser realizada em 2020.

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
4	[04] Garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DSSE	30%	110	% de pareceres relevantes emitidos dentro do prazo [QUAR DGA Ind. 8]	[94%-98%]	60%	Assegurar a análise e a decisão sobre os pedidos de inscrição no Registo Nacional de Matérias Fertilizantes Não Harmonizadas, efetuar o respetivo registo e solicitar a sua publicitação no sítio da internet da DGAE.	R	Foram submetidos 173 pedidos de inscrição no Registo Nacional de Matérias Fertilizantes Não Harmonizadas, tendo sido deferidos 61 e indeferidos 132.
							Assegurar a participação do ME nos processos de consolidação legislativa na área da gestão de resíduos no âmbito da transposição das Diretivas que integram o Pacote Resíduos (UNILEX I e UNILEX II).	R	Em 2019 não foi submetida à DGAE nenhum projeto legislativo para apreciação.
							Assegurar a elaboração de propostas de alteração legislativa e outros pareceres no âmbito da preparação de textos legislativos na área da gestão de resíduos, designadamente das licenças atribuídas às entidades gestoras de fluxos específicos de resíduos, no âmbito da Responsabilidade Alargada do Produtor e da legislação conexas necessária ao funcionamento dos sistemas integrados de gestão de fluxos específicos.	R	A DGAE, conjuntamente com a APA, I.P., submeteu um conjunto de propostas de alteração a diversas licenças das entidades gestoras de fluxos específicos de resíduos, nomeadamente de prorrogação de licença (SOGILUB) e de alargamento do âmbito de aplicação das respetivas licenças (VALORMED, SPV, Novo Verde e Electrão).

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar o co-licenciamento de entidades gestoras dos Sistemas Integrados e de Sistemas Individuais de Gestão de Fluxos Específicos de Resíduos no âmbito da Responsabilidade Alargada do Produtor.	R	Em 2019 não foram submetidos à APA, I.P. e à DGAE cadernos de encargos visando o licenciamento de sistemas individuais ou integrados de gestão de fluxos específicos de resíduos.
							Assegurar o acompanhamento da atividade desenvolvida por dezasseis entidades gestoras dos vários fluxos específicos de resíduos, através da análise dos planos anuais de atividade, dos relatórios anuais e intercalares de atividade, dos modelos de cálculo das prestações financeiras, bem como da execução dos respetivos planos de prevenção, investigação e desenvolvimento e comunicação, sensibilização e educação.	R	Foram analisados modelos de prestação financeira revistos, planos anuais de prevenção, de sensibilização, comunicação e educação e de investigação e desenvolvimento, relatórios de atividades e contas anuais e relatórios de atividades intercalares (trimestrais ou quadrimestrais) das 16 entidades gestoras.
							Assegurar a resposta aos pedidos da Tutela em matérias relacionadas com a Sustentabilidade Empresarial.	R	Foram asseguradas as respostas a todas as solicitações por parte da Tutela.

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar o processo legislativo de alteração do Decreto-Lei n.º 103/2015, submetido à Tutela em 2018.	R	A DGAE deu continuidade aos trabalhos de revisão do Decreto-Lei n.º 103/2015, de 15 de junho, relativo às matérias fertilizantes. Foi assegurada a notificação à Comissão Europeia através do Instituto Português da Qualidade, I.P., cujo período de <i>status quo</i> foi interrompido a 19 de setembro através da comunicação de um parecer circunstanciado pela Comissão Europeia, que prolongou este período até 20 de dezembro, tendo Portugal assegurado a respetiva resposta.
							Assegurar os procedimentos de análise no âmbito das candidaturas ao Rótulo Ecológico da União Europeia.	R	Os procedimentos de análise no âmbito das candidaturas ao REUE foram assegurados, tendo em 2019 sido atribuídas 9 novas licenças de utilização do REUE.

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Acompanhar iniciativas legislativas enquadradas no «Plano de Ação da UE sobre Economia Circular» no âmbito das matérias que são acompanhadas pela DSSE, em particular a «Proposta de Diretiva sobre a redução do impacto de certos produtos de plástico no ambiente».	R	Em 2019 não foram submetidos para parecer projetos legislativos enquadradas no "Plano de Ação da UE sobre Economia Circular".
			111	% de solicitações respondidas com carácter substantivo dentro do prazo [QUAR DGAE Ind 9]	[94%-98%]	40%	Assegurar a resposta às solicitações e pedidos de esclarecimentos de operadores económicos no âmbito do Decreto-Lei n.º 103/2015, de 15 de junho.	R	Foram asseguradas respostas a aproximadamente duas centenas de pedidos de esclarecimento a operadores económicos relativamente a dúvidas suscitadas pela aplicação do Decreto-Lei n.º 103/2015, de 15 de junho.
							Assegurar a resposta às solicitações e pedidos de esclarecimentos de operadores económicos no âmbito do sistema de Rótulo Ecológico da União Europeia.	R	Foi assegurada a resposta a cerca de três dezenas de solicitações e pedidos de esclarecimentos de operadores económicos no âmbito do sistema do REUE.

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Acompanhar as negociações de propostas legislativas em curso ou futuras no domínio da “descarbonização” e da redução de gases com efeito de estufa no quadro do combate às alterações climáticas.	R	Foi assegurada a análise e elaboração de propostas de posição no que diz respeito a propostas legislativas respeitantes a normas de emissões de CO ₂ para veículos.
5	[05] Melhorar as competências da DGAE e a qualidade dos serviços prestados	20%	112	N.º de ações realizadas pela DSSE em colaboração com a Academia e com outras entidades [QUAR DGAE Ind 11]	2	100%	Promover iniciativas e ações relevantes relacionadas com a Sustentabilidade Empresarial.	R	Foram promovidos dois <i>workshops</i> temáticos na DGAE, nomeadamente sobre a "Agenda Regional para a Economia Circular da CCDR LVT" (Dr.ª Teresa Sanches e Eng.º Nuno Ventura Bento, 23 de outubro de 2019) e sobre “O Desafio da Economia Azul na Era da Crise Climática” (Dr. Tiago Pitta e Cunha, 22 de novembro de 2019).

QUADRO XVIII

ATIVIDADES NÃO PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (DSSE)

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
1	[01] Reforçar a coordenação dos assuntos europeus e internacionais do ME e garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais e internacionais		I1	Taxa de participação em reuniões planeadas [QUAR DGAE Ind 1]			Assegurar a representação da SECSDC ou da DGAE nas reuniões do <i>Steering Committee</i> no contexto do acompanhamento dos trabalhos da " <i>Circular Plastics Alliance</i> ".	R	A DGAE participou na reunião do <i>Steering Committee</i> da CPA (Bruxelas, 11 de dezembro de 2019).
							Assegurar a participação da DGAE nas reuniões do Grupo de Trabalho da CAGER relativo à eventual revisão das especificações técnicas aplicáveis aos quantitativos de plásticos mistos com origem na recolha seletiva.	R	A DGAE participou nas reuniões do GT "Plásticos Mistos com origem na recolha seletiva" (15 de janeiro e 23 de abril de 2019).
2	[03] Contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas		I2	N.º de ações conjuntas com outros organismos do Estado, com Organizações da Sociedade Civil ou com Operadores Económicos			Apoio institucional da DGAE ao "Pacto Nacional da Indústria dos Plásticos para a Economia Circular e Sustentabilidade Ambiental" promovido pela APIP (Associação Portuguesa da Indústria de Plásticos).	R	A DGAE apoiou institucionalmente a iniciativa da APIP "Pacto Nacional da Indústria dos Plásticos para a Economia Circular e Sustentabilidade Ambiental", tendo procedido à sua subscrição no evento público " <i>Plastics Summit 2019</i> " (Ílhavo, 26 e 27 de setembro de 2019).

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar a participação da DGAE nas reuniões do Grupo de Trabalho que visa conceber e implementar um Plano de Ação Nacional para os resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE), tendo em vista corrigir a trajetória atual e (re)organizar este fluxo específico, de modo a alcançar as metas ambiciosas impostas a nível comunitário e visando a adoção de adequadas práticas ambientais e concorrenciais.	R	Foram asseguradas pela DGAE todas as reuniões que decorreram em 2019 no âmbito dos trabalhos do Plano Nacional de Ação para os resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos.

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			13	N.º de propostas de formulação e avaliação da execução de políticas públicas apresentadas [QUAR DGAE Ind. 6]			Elaboração de Circular Conjunta DGAE/APA, I.P. e de um conjunto FAQ, tendo em vista esclarecer os operadores económicos sobre a interpretação e aplicação do previsto no n.º 6 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, que determina que os produtores e distribuidores discriminem ao longo da cadeia, nas transações comerciais entre operadores económicos, num item específico a consagrar na respetiva fatura, o valor correspondente à prestação financeira fixada a favor da entidade gestora.	R	A operacionalização da obrigação relativa ao “Visible Fee” prevista no n.º 6 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, suscitou muitas dúvidas aos operadores económicos, tendo-se verificado a necessidade de elaborar uma Circular e um conjunto de perguntas frequentes de modo a fixar o entendimento e definir o modo de operacionalização daquela obrigação.

QUADRO XIX AUTOAVALIAÇÃO PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (DSSE)

A grande prioridade que se observa ao nível europeu e internacional passa por políticas públicas focadas nas pessoas, na competitividade e na sustentabilidade, não de forma isolada, mas coordenada, conciliando-se e reforçando-se mutuamente. O que está em causa é a promoção de uma agenda de desenvolvimento económico e social, que coloca o desafio das alterações climáticas no centro das prioridades. Em Portugal, na sequência da publicação, no dia 2 de julho de 2019, da Resolução do Conselho de Ministros n.º 108/2019, que veio rever a constituição do grupo de coordenação do Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC), estabelecida através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 190-A/ 2017, de 11 de dezembro, atenta a necessidade em assegurar uma maior estabilidade na designação dos representantes das diferentes áreas governativas e imprimir maior eficácia no acompanhamento das orientações previstas no PAEC por parte do Grupo de Coordenação, a DGAE deu início à co-ordenação dos trabalhos no âmbito deste Plano de Ação Nacional.

No domínio da coordenação do PAEC, a DGAE, conjuntamente com a APA, I.P., definiu o novo modelo de governança, integrou a delegação portuguesa que apresentou um poster sobre a estratégia nacional em matéria de economia circular no evento «*European Days for Sustainable Circular Economy*» (EDSCE), que teve lugar entre 30 de setembro e 1 de outubro de 2019, em Helsínquia, enquadrada na Presidência da Finlândia do Conselho da União Europeia, participou no *Roadshow* para disseminação dos princípios da economia circular em várias áreas governativas (Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Defesa, Mar e Saúde) e debateu com o Instituto Nacional de Estatística a eventual produção e edição de uma série estatística da “Economia Circular”.

Iniciou-se em 2019 o debate com a APED (Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição), a CCP (Confederação do Comércio e Serviços de Portugal) e a AHRESP (Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal), visando o desenvolvimento de uma Agenda Circular para os setores da distribuição, do retalho e da restauração, tendo organizado a 1.ª reunião de coordenação com representantes de todas as entidades do METD com intervenção nas medidas

previstas no PAEC. Ainda neste domínio, a DGAE teve oportunidade de acolher nas suas instalações um *workshop* no qual a CCDR-LVT apresentou a Agenda Regional para a Economia Circular para a região de Lisboa e Vale do Tejo, bem como os desafios futuros que se colocam neste domínio ao nível desta região.

Um aspeto específico a que se consagrou muito tempo no decurso de 2019 foi a procura de alternativas para a utilização do plástico de uso único. A DGAE desenvolveu diferentes iniciativas com os seus parceiros e apoiou a Tutela tendo em vista a subscrição por parte do Governo Português, representado pelo Secretário de Estado da Defesa do Consumidor, Eng.º João Torres, da Declaração da *Circular Plastics Alliance* (CPA), que promove ações voluntárias visando atingir, até 2025, o objetivo de 10 milhões de toneladas de plástico reciclado para fabricar anualmente novos produtos na Europa e assim assegurar o bom funcionamento do mercado UE dos plásticos reciclados. A DGAE assegurou também a representação nacional nas reuniões do respetivo *Steering Committee*. Ao nível nacional, a DGAE apoiou institucionalmente o “Pacto Nacional da Indústria dos Plásticos para a Economia Circular e Sustentabilidade Ambiental” promovido pela APIP (Associação Portuguesa da Indústria de Plásticos), tendo cooperado com o Tribunal de Contas Europeu numa auditoria relativa à ação da UE para combater os resíduos de plástico.

A DSSE participou como oradora em vários eventos no domínio da sustentabilidade empresarial, designadamente nas “Jornadas Tecnológicas da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (JorTec 2019) | JorTec de Ambiente – Recircular o Planeta”, na sessão sobre “Política Ambiental” (*Campus do Monte de Caparica*, 4 de fevereiro de 2019), no *Workshop* da VALORPNEU sobre “Produtores de Pneus | Obrigações a Cumprir” (Lisboa, *Hotel Myriad by SANA*, 19 de março de 2019), no Seminário da Câmara Municipal de Loures sobre “O Consumo de Plásticos – O que fazer para um Consumo Sustentável?” (Palácio dos Marqueses da Praia e Monforte, 28 de março de 2019), nos Seminários da WEEECYCLE “Registo de Produtores de EEE” (Porto, 25 de novembro de 2019 e Lisboa, 5 de dezembro de 2019), tendo ainda intervindo como formadora do “Curso Inicial dos Adidos de Embaixada” sobre o tema da economia circular (MNE, 4 de novembro de 2019). Adicionalmente preparou a participação da DGAE na sessão de *Warm Up* do “13.º Fórum Nacional de Resíduos” | Pré-evento subordinado ao tema “Diretiva Embalagens. 25 Anos. Uma perspetiva da concorrência no setor dos resíduos” (Auditório da Abreu Advogados, 9 de abril de

2019) e nas “11.ªs Jornadas Técnicas Internacionais de Resíduos | Economia Circular: Novos Modelos, Novos Negócios”, no Painel 3 “Avaliação de Modelos para a Tara Retornável” (Museu Nacional dos Coches, 15 de novembro de 2019). Acresce ainda a participação da DGAE enquanto oradora no 7º Encontro anual do Conselho da Diáspora Portuguesa, que se realizou em Cascais em 20 de dezembro, sobre o tema de como reinventar a cadeia de produção, dando ênfase aos aspetos da sustentabilidade.

No domínio da gestão de fluxos específicos de resíduos, a DSSE deu continuidade às atividades de licenciamento e acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas 16 entidades gestoras licenciadas no âmbito de seis (6) fluxos específicos de resíduos [embalagens e resíduos de embalagens (incluindo os subfluxos de resíduos de embalagens e medicamentos e resíduos de embalagens em agricultura), veículos em fim de vida, óleos usados, pneus usados, resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos e resíduos de pilhas e acumuladores], tendo prestado particular atenção a matérias de cariz económico-financeiro, visando uma maior eficácia e eficiência na aplicação do princípio da responsabilidade alargada do produtor, quer em termos de impactos para as entidades gestoras, quer para os operadores económicos e para os consumidores.

Neste contexto, foi analisado um conjunto de documentos que inclui a revisão de modelos de prestação financeira, planos anuais de prevenção, de sensibilização, comunicação e educação e de investigação e desenvolvimento, relatórios de atividades e contas anuais e relatórios de atividades intercalares (trimestrais ou quadrimestrais). Trata-se de um trabalho técnico complexo numa área em que se torna essencial que estas atividades se processem de forma ambientalmente correta. Salienta-se ainda a participação da DSSE no Secretariado Técnico da Comissão de Acompanhamento da Gestão de Resíduos (CAGER), bem como nas reuniões do Grupo de Trabalho da CAGER relativo à eventual revisão das especificações técnicas aplicáveis aos quantitativos de plásticos mistos com origem na recolha seletiva.

No domínio das competências da DGAE no âmbito do quadro legal em matéria de resíduos, foram elaboradas conjuntamente com a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., documentos de apoio à atividade das entidades gestoras e circulares informativas relativas a questões de interpretação e aplicação da legislação aplicável, destacando-se a elaboração de uma Circular, bem como de um conjunto de perguntas frequentes, que visou informar os operadores económicos sobre a interpretação e aplicação do previsto no n.º 6 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, que determina que os produtores e distribuidores têm que discriminar ao longo da cadeia, nas transações comerciais entre operadores económicos, num item específico a consagrar na fatura, o valor correspondente à prestação financeira fixada a favor da entidade gestora.

Foram ainda efetuadas, em conjunto com a APA, I.P., propostas de alteração a diversas licenças das entidades gestoras de fluxos específicos de resíduos, nomeadamente de prorrogação da licença (SOGILUB) e de alargamento do âmbito de aplicação das respetivas licenças (VALORMED, Sociedade Ponto Verde, Novo Verde e Electrão).

No domínio da gestão de resíduos, foram elaborados vários pareceres a pedido da Tutela relativamente a certas atuações das entidades gestoras [por exemplo, constituição de sociedades comerciais por parte de algumas entidades gestoras com licença para a gestão de um Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRE) e de um Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (SIGREEE), suspensão do pagamento dos valores de contrapartida aos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU)].

Face à comunicação da ECOPIHAS – Sociedade Gestora de Resíduos de Pilhas e Acumuladores, Lda., da cessação da atividade, foram desenvolvidas várias iniciativas junto das outras entidades do mesmo fluxo específico de resíduos, no sentido de garantir uma saída do mercado sem provocar grande instabilidade, nomeadamente no que respeita à absorção de produtores, reestruturação da rede nacional de recolha e impacto da meta nacional de recolha (Plano de *Phasing-Out*).

Destaca-se ainda a participação da DGAE no Grupo de Trabalho criado no âmbito da iniciativa que visa a criação de um Plano de Ação para a Recolha de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE), de modo a imprimir maior eficiência aos sistemas integrados de gestão deste fluxo específico de resíduos, cujos trabalhos terão continuidade em 2020.

A DGAE, em conjunto com a APA, I.P., elaborou as especificações técnicas do Caderno de Encargos relativamente ao estudo previsto em sede do Artigo 99.º (Avaliação da aplicação do regime) do Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, que visa avaliar a necessidade de eventuais alterações ao enquadramento jurídico das licenças atribuídas a entidades gestoras de sistemas integrados de gestão de resíduos no âmbito da Responsabilidade Alargada do Produtor, tendo procedido à respetiva análise das candidaturas apresentadas. O estudo foi adjudicado, em dezembro de 2019, à empresa PROFICO - Projetos, Fiscalização e Consultoria, Lda.

Com vista à regulamentação de um Sistema de Depósito de Embalagens de bebidas em plástico, vidro, metais ferrosos e alumínio, foi celebrado um Acordo de Parceria no âmbito do Programa Ambiente do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (MFEEE) para o período de 2014-2021 (*EEA Grants*), entre a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. e a DGAE, que estabeleceu os termos e condições de natureza técnica e operacional relativamente à implementação do Projeto Pré-definido 1, com vista ao desenvolvimento de um modelo de regulamentação para a implementação do referido sistema de depósito.

A DSSE assegurou ainda a participação nas reuniões da Comissão Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar (CNCDA), no âmbito da qual, em conjunto com a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), são responsáveis pela promoção da Medida 11 (Promover locais específicos para venda de produtos em risco de desperdício) do “Plano de Ação de Combate ao Desperdício Alimentar”.

Salienta-se ainda o apoio institucional da DGAE à iniciativa de reconhecimento de boas práticas em matéria de sustentabilidade empresarial "ERP Eco Sustainability Award 2019-2020", promovida pela entidade gestora ERP (*European Recycling Platform*).

No âmbito da preparação da Agenda Portugal 2030, a DSSE colaborou na preparação de seis Fichas Técnicas relativas a Eixos de Intervenção mais diretamente relacionados com a temática da sustentabilidade empresarial, designadamente no domínio dos respeitantes à agenda temática "Sustentabilidade e valorização dos recursos endógenos", nos domínios estratégicos "Economia circular e gestão de resíduos", "Transição energética" e "Eficiência Energética das Cidades e Zonas Urbanas".

No âmbito da responsabilidade da DGAE pela gestão do "Registo Nacional de Matérias Fertilizantes Não Harmonizadas", com vista à sua colocação no mercado nacional, transitaram 86 pedidos de inscrição no registo de 2018 para 2019, tendo sido submetidos 173 novos pedidos de inscrição no registo em 2019. De todos estes pedidos, a DGAE deferiu 61 e indeferiu 132, assegurando também as respostas a aproximadamente duas centenas de pedidos de esclarecimento a operadores económicos relativamente a dúvidas suscitadas pela aplicação do Decreto-Lei n.º 103/2015, de 15 de junho, que estabelece as regras a que deve obedecer a colocação no mercado de matérias fertilizantes e assegura a execução do Regulamento (CE) n.º 2003/2003, de 13 de outubro, relativo aos adubos. No domínio dos trabalhos de desmaterialização dos procedimentos referentes aos serviços a prestar através do balcão digital ePortugal.gov.pt previstos no Decreto-Lei n.º 103/2015, foram realizados testes de operacionalização dos respetivos formulários em colaboração com a AMA, I.P., prevendo-se a disponibilização dos referidos formulários nesse balcão digital no primeiro quadrimestre de 2020.

A DGAE confirmou ainda a sua participação em reuniões ao nível da União Europeia sobre as matérias fertilizantes, nomeadamente no Grupo de Trabalho Fertilizantes e no Comité de Regulamentação dos Fertilizantes.

A DGAE deu continuidade aos trabalhos de revisão do Decreto-Lei n.º 103/2015, relativo às matérias fertilizantes. Considerando que a matéria em causa constitui uma “Regra Técnica” à luz da Diretiva (UE) 2015/1535, de 9 de setembro, o Estado Português (através do Instituto Português da Qualidade, I.P.) utilizou a figura da notificação prévia à Comissão Europeia, em 19 de junho, tendo-se seguido um período de *status quo* de três meses. A Comissão Europeia emitiu um parecer circunstanciado a 19 de setembro, prolongando o período de *status quo* até 20 de dezembro, tendo a DGAE assegurado a resposta à Comissão Europeia dentro desse período.

Relativamente ao tema do rótulo ecológico, a DGAE é, em Portugal, o Organismo Competente para a atribuição de licenças de utilização do Rótulo Ecológico da União Europeia (REUE). Este selo garante aos clientes e consumidores que o seu produto preenche critérios ambientais rigorosos, o que poderá ser determinante para que o escolham. Para além disso, é verificado por terceiros e reconhecido em todos os países da UE, reforçando também a sua reputação e mostrando que é socialmente responsável. A DSSE, em representação da DGAE, participou nas reuniões de governação a nível da União Europeia, designadamente no Comité REUE e no Fórum dos Organismos Competentes.

Ao nível nacional, assegurou as respostas a todas as questões colocadas por operadores económicos e deu continuidade à análise das candidaturas. Em 2019 foram submetidas 11 candidaturas à obtenção de licença de utilização do REUE e atribuídas 9 licenças no âmbito dos “Produtos têxteis” (1), dos “Produtos para limpeza de superfícies duras” (2), dos “Detergentes para lavagem manual de louça” (2) e de “Alojamento turístico” (4).

A 31 de dezembro de 2019 encontravam-se válidas 20 licenças de utilização do REUE no domínio dos seguintes grupos de produtos: “Produtos cosméticos enxaguáveis” (1), “Produtos para limpeza de superfícies duras” (2), “Detergentes para lavagem manual de louça” (2), “Tintas e vernizes para interiores e exteriores” (4), “Produtos de papel *tissue*” (4), “Papel de cópia e papel para usos gráficos” (1) e “Produtos têxteis” (1), que na totalidade incluem um conjunto de 4650 marcas comerciais, bem como 5 licenças de utilização do REUE a serviços de “Alojamento turístico”.

Com o objetivo de incentivar a incorporação de critérios ambientais e de sustentabilidade na atividade do setor financeiro, a DSSE analisou e preparou propostas de posição relativamente à proposta de Regulamento relativo ao estabelecimento de um regime para a promoção do investimento sustentável.

Destaca-se ainda a representação do Ministério da Economia na Comissão Nacional para os Direitos Humanos (CNDH), através da participação em reuniões e no desenvolvimento e coordenação de contributos sobre diversos temas no contexto de instrumentos de política pública na área dos direitos humanos, bem como a participação no Grupo de Trabalho “Direitos Humanos e Práticas Laborais” da Rede Portuguesa de Responsabilidade Social das Organizações (Rede RSO PT), nas reuniões do Conselho para as Migrações, organizadas pelo Alto Comissariado para as Migrações, I.P. e do Grupo de Trabalho “Comunicação” da Carta Portuguesa para a Diversidade.

No domínio do Grupo de Trabalho “Direitos Humanos e Práticas Laborais” da Rede RSO PT, a DSSE participou na elaboração do "Guia Prático sobre a Diligência Devida", bem como na sua apresentação pública, aquando da 11.ª Convenção Anual Nacional da Rede RSO PT (Palácio dos Marqueses da Praia e Monforte, 28 de novembro de 2019).

O projeto revisto do "Plano Nacional de Ação para a Conduta Empresarial Responsável e Direitos Humanos (PNACER-DH)" foi submetido à Tutela em agosto de 2019 para subsequente orientação quanto à sua implementação.

No quadro da descarbonização da economia, a DSSE analisou e preparou propostas de posição no que diz respeito a propostas legislativas respeitantes a normas de emissões de CO₂ para veículos, tendo ainda assegurado a participação nas reuniões da Comissão Executiva da Estrutura de Gestão do PNAEE.

No âmbito da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC), foi assegurada a participação nas reuniões do respetivo Grupo de Coordenação e enquanto coordenador do Grupo de Trabalho “Economia: indústria, comércio e serviços e turismo” garantiu a resposta ao inquérito sobre o Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR) no que diz respeito às questões relativas à avaliação do indicador 5.1 sobre a adaptação às alterações climáticas.

No domínio da gestão da água, assegurou a participação nas reuniões do Conselho Nacional da Água, bem como na reunião do Grupo de Trabalho de assessoria à Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca (APA, I.P., 6 de março de 2019) e na reunião de trabalho sobre a situação da seca que afeta a região do Algarve (AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve, 30 de novembro de 2019).

QUADRO XX

ATIVIDADES PREVISTAS E REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS PARA A POLÍTICA EMPRESARIAL (DSPE)

Matriz de objetivos e atividades da DSPE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
1	[O1] Reforçar a coordenação dos assuntos europeus e internacionais do METD e garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais e internacionais	40%	11	Taxa de participação em reuniões planeadas (QUAR DGAE - Ind1)	[80%-90%]	50%	Assegurar a realização de reuniões associadas à iniciativa <i>Small Business Act</i> (SBA) para a Europa, decorrente da nossa participação nesta iniciativa a nível da UE.	R	Foi cumprido o objetivo previsto com a realização de quatro reuniões da Rede SME Envoys: Bucareste 18-19 de março; Sigtuna, 27-28 de junho; Bruxelas, 12-13 de setembro, Helsínquia, 25-27 de novembro, e uma reunião de SHERPAS: Bruxelas 22 de outubro.
							Assegurar a representação nacional no âmbito da UE no Grupo União para o Mediterrâneo - Cooperação Industrial.	R	Foi cumprido o objetivo com a realização de duas reuniões: Bruxelas, 26 de junho; Barcelona, 10 de dezembro.
							Representar o METD no Comité ERAC (Comité do Espaço Europeu da Investigação e da Inovação) UE.	R	Foi cumprido o objetivo com a realização de quatro reuniões: Bucareste 21-22 de março; Bruxelas 6 de junho; Helsínquia 1-2 de outubro; Bruxelas 16-17 de dezembro.

Matriz de objetivos e atividades da DSPE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar representação Grupo <i>Key Enabling Technologies (KET)</i> .	R	Foi cumprido o objetivo com a realização de uma reunião: Bruxelas, 28 de junho - <i>Advanced Technologies for Industry</i>
							Assegurar a representação de PT nas reuniões do GAN (Grupo de Alto Nível) das Indústrias Intensivas em Energia (UE).	R	No dia 20/02, teve lugar uma reunião do GAN IIE, a que se seguiram as 3 reuniões dos subgrupos, em 24/06 e 25/06, e a reunião de Sherpas, em 10/09, todas asseguradas pela DSPE. No final do ano, foram canceladas, pela CE, diversas reuniões agendadas do GAN IIE, nomeadamente a reunião do GAN.
							Representar PT no Grupo de Peritos para as Indústrias de base Florestal (UE).	R	A DSPE participou na reunião do GT, que teve lugar em Bruxelas, em 16 de outubro.
							Representar PT no <i>Enterprise Policy Group (EPG) - Innovation</i> - UE.	R	A DSPE cumpriu o objetivo, tendo participado na única reunião realizada, em 02/12, em Bruxelas, no âmbito da revisão metodológica do <i>European Innovation Scoreboard</i> - EIS.

Matriz de objetivos e atividades da DSPE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Representar PT no Comité da Indústria, Inovação e Empreendedorismo (CIIE) - OCDE.	R	Foi cumprido o objetivo com a realização das duas reuniões anuais ambas em Paris: 8-9 abril; 14-16 de outubro.
							Representar PT no Grupo de trabalho das PME e do Empreendedorismo (WPSMEE) - OCDE.	R	Foi cumprido o objetivo com a realização das duas reuniões anuais, ambas em Paris: 10-11 abril; 16-17 de outubro.
							Representar PT nas reuniões do Comité do Aço - OCDE.	R	A DSPE participou na 87.ª Sessão do Comité, realizada em Paris nos dias 26/09 a 27/09.

Matriz de objetivos e atividades da DSPE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Representar a DGAE e/ou o METD em Conselhos, Grupos de Trabalho e outras Estruturas.	R	<p>A DSPE cumpriu o objetivo tendo participado em 8 reuniões no domínio da digitalização da indústria (MS Group on AI and DEI; reunião conjunta Subgrupo Competências Digitais do MUD e SHERPA IA; <i>SHERPA WG on the Coordinated Plan on AI and AI Watch</i>; <i>MS Group on AI and DEI</i>; <i>Workshop on monitoring progress of national initiatives on digitizing industry</i>; <i>Workshop conjunto com o DIHs on DEP group e o DEP Expert group</i>; Fórum anual europeu de <i>Stakeholders DEI-AI and DIHs</i>; MS Group on AI and DEI) e na 21.ª reunião do COSCO. Em termos nacionais representou a DGAE em 2 reuniões do Fórum da Qualidade, na reunião do Conselho Nacional Florestal e nas reuniões do Conselho de Administração do CEDINTEC.</p>

Matriz de objetivos e atividades da DSPE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Representar o METD e assegurar o seu Secretariado na Plataforma de Acompanhamento nas Relações das Fileiras Florestais (PARF).	R	A DPS assegurou a preparação e apresentação da 7.ª reunião plenária da PARF, em 9 de maio, tendo as 5.ª, 6.ª e 7.ª reuniões das subcomissões decorrido em 24 de abril (DGAE), 19 de setembro (ICNF) e 27 de novembro (DGAE), respetivamente.

Matriz de objetivos e atividades da DSPE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Participar em reuniões de trabalho onde a DGAE se faça representar.	R	<p>A DPE, na qualidade de membro e secretariado do GT SBA preparou e participou em uma reunião e, no âmbito do GTCibersegurança, enquanto membro coordenador e secretariado, organizou e participou em quatro reuniões. No âmbito do Plano de Ação coordenado para a IA, a DPE integra o Grupo de Acompanhamento da Estratégia Nacional (AI Portugal 2030) constituído pela FCT, tendo participado na 1.ª reunião, que se realizou em dezembro.</p> <p>A DPS participou nas seguintes reuniões: Celpa, Missão 360; Custos de contexto MNE; Bial; JTI e BAT (novos produtos do tabaco); três reuniões com a AMA, no âmbito da desmaterialização de procedimentos (NPT e precursores); MAEC Prioridades Presidência Portuguesa 2021.</p>

Matriz de objetivos e atividades da DSPE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			12	Taxa de recomendações de atuação relevantes apresentadas (QUAR DGAE - Ind2)	[10%-20%]	30%	Efetuar propostas de recomendações relevantes decorrentes da participação em Grupos de Trabalho, Comitês e reuniões de trabalho.	R	Das 22 reuniões UE e OCDE, cuja representação foi assegurada pela DPE, resultaram um conjunto de 12 recomendações.
			13	N.º de reuniões de coordenação organizadas pela DSPE no âmbito das suas competências (QUAR DGAE - Ind3)	5	10%	Organizar reuniões de coordenação do GT no âmbito do <i>European Innovation Scoreboard</i> .	NR	Pelo facto de terem ocorrido alterações nos representantes do grupo, concretamente do GEE e FCT, e ter saído o técnico que assegurava os trabalhos do grupo na DGAE, apenas tiveram lugar 2 das 5 reuniões inicialmente previstas: 13 de fevereiro; 6 de junho, ambas em Lisboa.
			14	Prazo médio para apresentação dos relatórios das reuniões efetuadas nas estruturas internacionais (n.º de dias úteis)	5	10%	Elaborar relatórios com os relatos das participações nas reuniões.	NR	Face ao número limitado de técnicos e ao volume de solicitações, nem sempre foi possível o cumprimento do prazo definido para apresentação dos relatórios de missão.

Matriz de objetivos e atividades da DSPE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
2	[O2] Assegurar a implementação de medidas de simplificação e de desburocratização administrativas, incluindo as previstas no Programa SIMPLEX	10%	15	N.º de medidas de desburocratização e de redução de custos de contexto a concluir em 2019. (QUAR DGAE - Ind5)	1	100%	Realizar as atividades decorrentes da simplificação do procedimento administrativo dos Precusores de Droga.	R	Objetivo cumprido: foram desmaterializados, no portal ePortugal.gov.pt, os procedimentos relativos à Emissão de Licença, Registo de Operador e prestação de Informação Anual, no âmbito das atividades de operadores económicos com recurso a precursores de droga.
3	[O3] Contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas	20%	16	N.º de propostas de formulação e avaliação da execução de políticas públicas apresentadas (QUAR DGAE - Ind6)	2	100%	Apresentar propostas resultantes do acompanhamento da Política de Empresa e da Política Setorial.	R	Foi cumprido o objetivo através da apresentação de 2 propostas: (1) Relatório sobre Cibersegurança - propostas de atuação nos domínios do consumidor, profissionais e empresas e mercado; (2) Proposta de ação/operacionalização do reconhecimento Europeu dos Digital Innovation Hubs Nacionais no âmbito do Programa Europa Digital 2021-2027.

Matriz de objetivos e atividades da DSPE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
4	Acompanhar a execução de políticas setoriais no âmbito da política de empresa	15%	17	N.º de fichas setoriais e de comércio externo atualizadas	30	60%	Acompanhar a evolução dos setores industriais.	R	A DSPE ultrapassou o objetivo, tendo sido produzidas pela DPS 33 infografias setoriais e 33 fichas de síntese de indicadores económicos. Estes instrumentos de difusão foram produzidos com base numa nova proposta de layout e de um sistema de monitorização dos principais setores das indústrias transformadoras.
			18	N.º de respostas aos contributos solicitados para a elaboração dos Programas Especiais dos Parques Naturais	13	40%	Participar na elaboração dos Programas Especiais de 14 Parques Naturais.	R	A DSPE respondeu a todas as solicitações efetuadas pelo ICNF referentes à elaboração dos Programas Especiais dos Parques Naturais.
5	[O4] Garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DSPE	10%	19	% de pareceres relevantes emitidos dentro do prazo solicitado. (QUAR DGAE - Ind8)	[94%-98%]	50%	Emitir pareceres relativos a pedidos por parte dos Gabinetes do METD.	R	Foi cumprido o objetivo da DSPE, que emitiu 51 pareceres relevantes, dentro do prazo.
			110	% de solicitações respondidas com carácter substantivo dentro do prazo. (QUAR DGAE - Ind9)	[94%-98%]	50%	Emitir resposta a solicitações internas à DGAE bem como por parte de entidades da Administração Pública ou entidades particulares.	R	DSPE cumpriu o objetivo tendo respondido a 295 solicitações, com carácter substantivo, dentro do prazo.

Matriz de objetivos e atividades da DSPE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
6	[O5] Melhorar as competências da DGAE e a qualidade dos serviços prestados	5%	I11	N.º de ações realizadas pela DSPE em colaboração com a Academia e outras entidades (QUAR DGAE - Ind11)	2	50%	Organizar internamente eventos no âmbito das matérias acompanhadas pela DSPE.	R	DSPE cumpriu o objetivo e realizou 2 workshops: 1 - Indústrias de base Florestal "Os desafios da Economia Circular e da Digitalização para um setor mais eficiente", 29 de maio. 2 - Cibersegurança "Recomendações do Grupo de Trabalho", 19 de novembro.
			I12	N.º de contributos para o site da DGAE	50	50%	Elaboração de destaques, produção e atualização de informação sobre financiamento e outras matérias de interesse à envolvente empresarial.	R	A DSPE superou o objetivo tendo enviado um total de 92 contributos para o site da DGAE. 1 - DPE enviou para o seu site 23 destaques e atualizou toda a informação relativamente à área de financiamento. 2 - DSPE enviou os 66 instrumentos de difusão produzidos, 2 notas informativas setoriais (Automóvel, Base Florestal), 1 apresentação (acompanhada de materiais de difusão) sobre as indústrias de curtimenta.

QUADRO XXI AUTOAVALIAÇÃO PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS PARA A POLÍTICA EMPRESARIAL (DSPE)

As atividades desenvolvidas pela DSPE contribuíram para a prossecução e concretização dos objetivos da DGAE enquanto organismo ao serviço da economia e das empresas, com responsabilidade na promoção e no desenvolvimento de um ambiente institucional mais favorável à competitividade e inovação empresarial e ao crescimento sustentável.

Destaca-se, em particular, e de acordo com as suas competências, as atividades que a DSPE desenvolveu em cooperação com diversas entidades, no sentido de:

- promover e divulgar boas práticas no âmbito do empreendedorismo, competitividade, inovação, digitalização e sustentabilidade das empresas;
- promover a adoção de políticas que visam a simplificação administrativa e a redução dos custos de contexto para os agentes económicos, através da desmaterialização, no portal ePortugal, de três procedimentos administrativos no âmbito da atividade de operadores económicos com recurso a precursores de droga;
- promover e participar na elaboração do enquadramento legislativo e regulamentar de políticas públicas, nomeadamente através da realização de análises setoriais que permitem avaliar o seu impacto nos agentes económicos;
- dinamizar a implementação em Portugal da iniciativa *Small Business Act* (SBA) para a Europa e apoiar o *SME Envoy*, enquanto representante nacional para as PME;
- acompanhar a conceção e a execução das políticas para os setores industriais nacionais, participando na preparação da posição nacional a assumir nas instâncias europeias e internacionais;

- acompanhar, nas instâncias da UE, OCDE e outras organizações internacionais, as áreas relativas ao empreendedorismo, competitividade, inovação, transição energética e digital na indústria transformadora e nas PME;
- emitir pareceres, em resposta a solicitações dos serviços e organismos da Administração Pública, entidades do sistema associativo e empresas.

OBJETIVOS OPERACIONAIS – EFICÁCIA

No domínio da eficácia, considera-se que o desempenho da DSPE ultrapassou os resultados esperados, em particular no que se refere ao reforço da coordenação dos assuntos europeus e internacionais do Ministério da Economia e à participação, em representação da DGAE, em diversas reuniões nacionais e internacionais.

De facto, a taxa de participação da DSPE em reuniões planeadas foi de cerca de 94,3%, superando a meta prevista para 2019 (80%-90%). Em resultado da participação em Grupos de Trabalho, Comitês e reuniões de trabalho, a DSPE elaborou propostas de recomendação de atuação e/ou planos de ação junto da tutela, representando estas cerca de 18,2% do total de propostas apresentadas pela DGAE.

Da participação da DSPE em reuniões europeias e internacionais, destacam-se, pela sua relevância e propostas apresentadas, as seguintes:

- **Rede Europeia *SME Envoys***, na qualidade de Ponto de Contacto Nacional para o SBA (SHERPA do *SME Envoy*). Durante o ano de 2019, a Rede elaborou uma *call*: “*Call of the SME Envoy Network for a vigorous and forward-looking EU policy for small businesses*”, com o intuito de apresentar à nova Comissão Europeia e ao Parlamento Europeu uma visão atual sobre a política para as PME, com recomendações concretas dos ‘*SME Envoys*’. Apresentada no Conselho de Competitividade de setembro, serviu como uma das bases de trabalho para a Estratégia das PME, a ser lançada em março de 2020. Sublinhe-se ainda o trabalho desenvolvido, em parceria com o GEE, na elaboração da *SBA Fact Sheet Portugal 2019*;
- **Grupo Política de Empresa - Subgrupo Inovação (*EPG - Innovation*)**, para efeitos da revisão metodológica do *European Innovation Scoreboard (EIS)*;

- **Grupo de Peritos das Indústrias de Base Florestal**, com a contribuição da DSPE no âmbito da preparação do documento estratégico “*Forest-based Industries 2050: a vision for sustainable choices in a climate-friendly future*”;
- **Grupo de Alto Nível das Indústrias Intensivas em Energia** (GAN IIE), correspondente Grupo SHERPA e subgrupos, no âmbito da preparação e publicação do documento “*Masterplan for a Competitive Transformation of EU Energy-intensive Industries Enabling a Climate-neutral, Circular Economy by 2050*”;
- **Member State Group on Artificial Intelligence and Digitising European industry (DEI)** e respetivos Grupos de Trabalho associados, **GT para os Digital Innovation Hubs (DIH)**, **GT para o Plano Coordenado para a Inteligência Artificial (IA)**. Estes fóruns têm debatido e trabalhado um conjunto de questões, como a revisão do plano coordenado europeu para a IA, o modelo de rede europeia de *DIH* no âmbito do Programa Europa Digital (DEP), o enquadramento regulamentar para a IA e o conceito de *Testing and Experimentation Facilities for AI*, para efeitos de financiamento no âmbito do DEP. De referir que, na sequência dos debates em Bruxelas sobre os *DIH*, no âmbito do DEP, a DGAE, em articulação com o IAPMEI e a ANI, elaborou uma proposta técnica de operacionalização do reconhecimento europeu dos *DIH* nacionais. Ao nível nacional, a DSPE integra o Grupo de Acompanhamento da Estratégia Nacional (AI Portugal 2030) constituído pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, tendo a 1.ª reunião tido lugar a 6 de dezembro, em Lisboa;
- **Plataforma das iniciativas nacionais para a digitalização da indústria**, no âmbito da qual foi elaborado um relatório de monitorização das iniciativas nacionais para a digitalização da indústria, cuja apresentação teve lugar em Bruxelas no mês de setembro;
- **Comité do Carvão e do Aço** (COSCO), que tem por missão auxiliar a Comissão Europeia na gestão do Fundo de Investigação para o Carvão e o Aço, integrando a DSPE a delegação nacional, que contribui de forma muito ativa para a discussão sobre os termos em que se deve manter ativo este fundo, nomeadamente as áreas prioritárias a financiar, o que permite alguma coerência com outros grupos de trabalho e comités relacionados, como é o caso das IIE;
- **Ao nível da OCDE, Grupo de Trabalho para as PME e Empreendedorismo (WPSMEE)**, em que a DGAE foi membro do *Steering Group* para o *OECD SME and Entrepreneurship Outlook 2019*, tendo participado ativamente na reformulação das *fact sheet* que integram a publicação em apreço (ficha de

Portugal serviu de modelo), e do *Steering Group Brazil SME Policy Review*, participando nos trabalhos que conduziram à publicação do relatório e apresentando-se como membro orador na reunião do 2.º semestre de 2019 (16 e 17 de outubro). Refira-se que, na sequência de convite endereçado pela OCDE à DGAE, Portugal irá integrar, a partir de janeiro de 2020, o *bureau* do WPSMEE;

- **Comité do Aço da OCDE**, cuja delegação nacional é assegurada pela DSPE, que participa na reflexão sobre o problema da capacidade global excedentária no setor do aço, os subsídios e auxílios ao setor que contribuem para o problema e as empresas detidas pelo Estado. Ainda paralelamente ao contexto do Comité do Aço da OCDE, foram dados contributos no âmbito da atividade do Fórum Global para discussão sobre o Excesso de Capacidade no setor do Aço e do STIS (*Steel, textiles and other industrial sectors*).

Ainda em contexto europeu, destaca-se:

- O trabalho no âmbito do **Fórum Estratégico para Projetos Importantes de Interesse Europeu Comum (IPCEI)**, cuja representação nacional é assegurada pela DGAE. Refira-se que a DSPE contribuiu para a elaboração de uma Proposta de hierarquização da escolha das cadeias de valor de maior importância estratégica para a UE, procurando facilitar projetos futuros de investimento nessas áreas;
- Adicionalmente, a DSPE participou e contribuiu ativamente para a produção de um documento¹¹, no âmbito da atividade do **GAN IIE**, que se revelou pioneiro e essencial no contexto da transição energética, e em particular do Pacto Ecológico Europeu, tendo em conta o papel destas indústrias em cadeias de valor estratégicas para a UE;
- O acompanhamento e teor de contributos efetuados, em resposta a um conjunto relevante de negociações europeias, nomeadamente o trabalho desenvolvido no âmbito da **Proposta de Regulamento E-Privacy** e da **Proposta de Regulamento Plataformas em linha P2B**.

¹¹ [Masterplan for a Competitive Transformation of EU Energy-intensive Industries Enabling a Climate-neutral, Circular Economy by 2050](#).

Em contexto nacional, o destaque vai para a participação da DSPE nos seguintes grupos de trabalho:

- **Grupo Técnico *Small Business Act*** – trabalho desenvolvido pela DSPE, na qualidade de secretariado do GT SBA, concretamente, na elaboração dos projetos de relatório de progresso das iniciativas e políticas implementadas no âmbito do SBA, em conformidade com o disposto na Resolução de Conselho de Ministros n.º 14/2014, de 13 de fevereiro. A 19 de julho de 2019, o *SME Envoy* remeteu o relatório de monitorização, referente ao ano de 2018, ao Gabinete do Senhor Secretário de Estado da Economia. O Relatório referente ao primeiro semestre de 2019 foi remetido ao *SME Envoy* em 2020;
- **Grupo de Trabalho Nacional de acompanhamento do *European Innovation Scoreboard*** – grupo de trabalho nacional, com participação de entidades do Ministério da Economia e Transição Digital e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, concretamente DGAE, GEE, ANI e FCT, com vista à consolidação e fortalecimento da posição nacional nas discussões sobre a metodologia do índice, que será alvo de revisão profunda para a edição de 2021;
- **Grupo de Trabalho para a Cibersegurança (GTCS) – atividade não prevista.** O Despacho n.º 4573/2019, publicado em 6 de maio, procedeu à criação do Grupo de Trabalho para a Cibersegurança, tendo-lhe sido atribuído o desafio de potenciar a atividade de um conjunto de organismos tutelados pelo Ministério da Economia, em estreita parceria com o Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS), na identificação de boas práticas e consequente disseminação junto do tecido empresarial português e dos consumidores, bem como de explorar as potencialidades que a cibersegurança oferece enquanto setor económico. A DGAE integrou o GT na qualidade de coordenador e de membro. Dos trabalhos realizados procedeu-se à elaboração de um relatório com propostas de atuação em três grandes domínios: Consumidores, Empresas/Profissionais e Mercado, tendo o mesmo sido objeto de homologação pelo então Secretário de Estado da Defesa do Consumidor, em 15 de outubro. Com base neste trabalho, a DGAE participou enquanto oradora no grande evento dedicado à Cibersegurança – C-Days, que se realizou no Porto em 27 de junho. Em 2019, o C-DAYS teve um foco especial nas PME e nos desafios emergentes da transformação digital numa economia cada vez mais digitalizada, tornando-se num ponto de encontro privilegiado

para o debate dos temas de cibersegurança em Portugal e na Europa do ponto de vista estratégico, operacional e técnico entre decisores, profissionais, investigadores, estudantes e a sociedade civil;

- **PARF** – a DSPE faz o acompanhamento dos setores de base florestal, no contexto da PARF – Plataforma de Acompanhamento das Relações nas Fileiras Florestais e questões setoriais relacionadas. No âmbito das atividades da PARF, para além das reuniões de coordenação das Subcomissões, merece destaque o **workshop** realizado nesta Direção-Geral, em maio, **dedicado aos desafios da circularidade e da digitalização no setor**, e a **preparação do Documento Estratégico**, em estreita colaboração com as subcomissões, a ser submetido a aprovação na 8.ª reunião plenária, em 2020. Por fim, importa assinalar que esta unidade orgânica participou no **Conselho Nacional Florestal**, reforçando a sua capacidade de acompanhamento das indústrias de base florestal.

Importa ainda referir o trabalho desenvolvido por esta DS, no âmbito da **temática do financiamento das PME**, daí resultando a elaboração de elementos de apoio à participação desta DG em reuniões nacionais, europeias e internacionais, a elaboração de contributos no âmbito das negociações do Quadro Financeiro Plurianual e a sistematização de informação relativa às diferentes medidas de apoio e formas de financiamento às empresas, foco PME, cuja publicação se encontra disponível no sítio *web* da DGAE.

No que respeita ao **acompanhamento e monitorização dos setores industriais**, foram propostos novos *layouts* para os **instrumentos de difusão**, tendo sido produzidas 33 **sínteses setoriais de indicadores económicos** e 33 **infografias setoriais**. Paralelamente, foram ainda produzidas notas informativas com base em estatísticas setoriais sistematizadas, para além de outras ajustadas aos pedidos de contributos e pareceres pelos organismos e gabinetes do Ministério da Economia e Transição Digital. Adicionalmente, foram também definidos os *layouts* para produção de **infografias e sínteses de informação estatística por distrito**, tendo sido produzidas para Castelo Branco e Guarda, em resposta a uma solicitação da tutela.

Em matéria de operadores de **precursores de droga**, foi emitida pela DSPE 1 licença para o exercício de atividade e registados 4 operadores, para além da sistematização da informação sobre a atividade anual dos operadores que intervêm na produção, fabrico, transformação ou armazenagem das substâncias inventariadas das categorias 1, 2 e 3, que foi remetida ao SICAD, no âmbito da Convenção da ONU de 1988.

Ainda no plano da eficácia, a DSPE atingiu o objetivo de **implementação de medidas de desburocratização** e de redução de custos de contexto para os agentes económicos, tendo finalizado, em 2019, e como previsto, o processo de desmaterialização dos procedimentos de Emissão de Licença, Registo de Operador e de Comunicação Anual da Atividade dos operadores de precursores de droga. Estes serviços encontram-se disponíveis no portal ePortugal, tendo a DSPE trabalhado em estreita colaboração com a AMA, no sentido da entrada em produção destes serviços. Refira-se que a conclusão desta medida **representou 25% da execução do indicador 5 da DGAE**.

Na sequência da entrada em vigor da Portaria n.º 284/2018, de 23 de outubro, foram emitidas **6 autorizações de introdução no mercado de novos produtos do tabaco**, tendo outros 10 pedidos sido apresentados, dos quais 3 se encontram com proposta de deferimento sujeita à resposta do operador perante a necessidade de correção de aspetos relacionados com a rotulagem. Adicionalmente, esta Direção-Geral, em articulação com a Direção-Geral da Saúde e o Gabinete do Senhor Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, **tem vindo a fazer uma reflexão sobre o procedimento, em particular relativamente aos aspetos que podem beneficiar de aperfeiçoamento e clarificação**.

OBJETIVOS OPERACIONAIS – EFICIÊNCIA

A DSPE cumpriu o objetivo, ao emitir **51 pareceres relevantes** sobre propostas legislativas, dentro do prazo (muitas vezes reduzido), em resposta a pedidos dos Gabinetes do Ministério da Economia e outras entidades públicas, tendo em vista a criação de um ambiente regulamentar mais favorável à competitividade das empresas e dos setores industriais nacionais.

Para além destes pareceres, a DSPE elaborou **295 contributos**, de carácter substantivo, em resposta a solicitações diversas. Salienta-se a preparação de elementos de apoio à tutela, no âmbito dos assuntos europeus, com vista à participação nas reuniões do Conselho de Ministros da Competitividade e respetivos Grupos de Trabalho, bem como o acompanhamento de várias negociações em curso no contexto da União Europeia.

OBJETIVOS OPERACIONAIS – QUALIDADE

Em termos da qualidade dos serviços prestados, a DSPE deu cumprimento à realização de dois **workshops**, em colaboração com a Academia e outras entidades, a saber:

- **“O Futuro das Indústrias de Base Florestal – Os desafios da Economia Circular e da Digitalização para um setor mais eficiente”**, realizado a 29 de maio, teve como objetivo evidenciar a importância da Economia Circular e da Digitalização, como fatores potenciadores da eficiência e da competitividade das empresas do setor florestal nacional. Participaram, como oradores convidados, representantes da União da Floresta Mediterrânica (UNAC), da Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal (AIMMP), da Associação Portuguesa de Cortiça (APCOR) e da Associação da Indústria Papeleira (CELPA).
- **“Cibersegurança – Boas Práticas, Desafios e Oportunidades”**, realizado a 19 de novembro, teve como objetivo apresentar os resultados do trabalho que foi desenvolvido pelo Grupo de Trabalho para a Cibersegurança, e contou com a participação da Direção-Geral do Consumidor (DGC), da Agência para a Competitividade e Inovação (IAPMEI) e da Agência Nacional de Inovação (ANI).

Refira-se ainda que a DSPE enviou um total de 92 conteúdos para difusão de informação relevante para as PME e para os setores industriais nacionais, via sítio *web* da DGAE. Para além da elaboração de destaques, foi atualizada toda a informação relativa ao financiamento das empresas e foram produzidas novas fichas estatísticas (sínteses setoriais de indicadores económicos e infografias setoriais), bem como, duas notas informativas setoriais (Automóvel, Base Florestal) e uma apresentação sobre as indústrias de curtumes.

Note-se, por último, a preparação de contributos que suportaram diversas participações da DGAE em eventos de âmbito setorial, com base no resultado do trabalho de monitorização da atividade das indústrias transformadoras nacionais, como foi o caso da *EXPOPELE by PT Leather InDesign*, uma iniciativa conjunta da Câmara Municipal de Alcanena, da APIC – Associação Portuguesa dos Industriais de Curtumes, do CTIC – Centro Tecnológico das Indústrias do Couro e da ACIS – Associação Empresarial de Torres Novas, Entroncamento, Alcanena e Golegã; da conferência “A Eficiência Energética e o Clima”, promovida pela COGEN Portugal – Associação Portuguesa para a Eficiência Energética e Promoção da Cogeração; da comemoração dos 50 anos da Associação Técnica da Indústria de Cimento (ATIC) no dia 3 de junho, em Lisboa, e do Debate-Almoço realizado no dia 11 de Setembro, ambos em torno dos Desafios à Sustentabilidade dos Setores Económicos Portugueses: descarbonização da Indústria, Smart Cities e Construção. Estes são, de resto, exemplos que refletem a articulação desta Direção-Geral com estruturas associativas que representam os setores da indústria nacional, havendo outros, de natureza mais operacional, como é o caso do apoio da DGAE ao projeto pedagógico *Missão 360*, promovido pela CELPA – Associação da Indústria Papeleira, de sensibilização ambiental.

QUADRO XXII
ATIVIDADES PREVISTAS E REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DOS ASSUNTOS EUROPEUS (DSAE)

Matriz de objetivos e atividades da DSAE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
1	[O1] Reforçar a coordenação dos assuntos europeus e internacionais do METD e garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais e internacionais	35%	11	Taxa de participação em reuniões planeadas (QUAR DGAE - Ind1)	[80%-90%]	25%	Representar o METD nas estruturas da UE e de PT em matérias dos Assuntos Europeus.	R	Cumprido - Foram desenvolvidas as atividades correspondentes e necessárias, sendo atingida a meta de 80%.
							Coordenar a intervenção de PT no Grupo de Diretores Gerais da Política de Empresa (EPG)/IMAC (Mercado Interno).	R	
			12	Taxa de recomendações de atuação relevantes apresentadas (QUAR DGAE - Ind2)	[10%-20%]	20%	Apresentar propostas de recomendações de atuação decorrentes da participação em nos Grupos de trabalho e nas reuniões realizadas.	R	
			13	N.º reuniões de coordenação organizadas pela DSAE no âmbito das suas competências (QUAR DGAE - Ind3)	[9-11]	20%	Organizar reuniões de coordenação tendo em vista a preparação de posições no contexto dos assuntos europeus.	R	Cumprido - Foram organizadas 11 reuniões de coordenação.

Matriz de objetivos e atividades da DSAE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			14	Prazo médio para apresentação dos relatórios das reuniões efetuadas nas estruturas internacionais (n.º de dias úteis)	5	10%	Elaborar relatórios das reuniões efetuadas nas estruturas da UE e internacionais.	R	Incumprido - O prazo médio para apresentação dos Relatórios foi de 13 dias. Regista-se a elaboração de todos os Relatórios, no entanto não foi possível cumprir a meta, dado o volume de trabalho existente.
			15	% controlo de monitorização do Direito Europeu (no universo do METD), incluindo notificações/comunicações de projetos METD em matéria de Auxílios de Estado	[80%-90%]	25%	Acompanhar, dinamizar e apoiar os organismos do METD na transposição de diretivas.	R	Superado. Foram desenvolvidas as atividades correspondentes e necessárias, sendo atingida a meta de 100%
							Acompanhar, dinamizar e apoiar os organismos do METD nos processos de pré-contencioso e contencioso da EU.	R	
							Acompanhar, dinamizar e apoiar os organismos do METD no âmbito do EU-PILOT.	R	
Assegurar a coordenação e a promoção da intervenção do METD em matéria de Auxílios de Estado (AE).	R								
2	[O3] Contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas	5%	16	N.º de propostas de formulação e avaliação da execução de políticas públicas apresentadas (QUAR DGAE - Ind6)	2	50%	Apresentar propostas de formulação e avaliação da execução de políticas públicas na área dos assuntos europeus.	R	Cumprido - Foram apresentadas 2 propostas.

Matriz de objetivos e atividades da DSAE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			17	N.º de sessões de informação e capacitação junto de agentes económicos e de interlocutores institucionais (QUAR DGAE - Ind7)	2	50%	Promover sessões de informação e capacitação junto de agentes económicos e de interlocutores institucionais na área dos assuntos europeus.	R	Cumprido - Foram realizadas 2 sessões de informação e capacitação.
3	[O4] Garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DSAE	15%	18	% de pareceres relevantes emitidos dentro do prazo (QUAR DGAE - Ind8)	[94%-98%]	40%	Emitir pareceres relativos a pedidos internos e externos dirigidos à DSAE.	R	Superado. Foram emitidos todos os pareceres solicitados, sendo atingida a meta de 100%
			19	% de solicitações respondidas com caráter substantivo dentro do prazo (QUAR DGAE - Ind9)	[94%-98%]	60%	Emitir resposta a solicitações internas à DGAE, bem como por parte da Tutela, de entidades da Administração Pública ou por entidades particulares.	R	Superado. O grau de execução desta atividade foi de 99,7%, o que demonstra que praticamente todas as solicitações tiveram resposta.
4	Aumentar a eficiência no apoio aos membros Governamentais do METD no domínio dos Assuntos Europeus	15%	110	% de envio das pastas de apoio à Tutela com os elementos adequados	90%	100%	Preparar as "pastas de apoio" para a participação do Membro do Governo no Conselho de Competitividade (vertente Mercado Interno, Indústria e PME).	R	Superado. O grau de execução desta atividade foi de 100%, uma vez que foram dadas respostas a todas as solicitações, quer

Matriz de objetivos e atividades da DSAE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Contribuir para a elaboração de "pastas de apoio" para a participação Governamental de outras formações do Conselho UE (TTE/Energia, TTE/Transportes, TTE/Telecomunicações, Ambiente, CAG).	R	na preparação, quer por meio das contribuições para as pastas de apoio.
5	[O5] Melhorar as competências da DGAE e a qualidade dos serviços prestados	10%	111	N.º de ações realizadas pela DGAE em colaboração com a Academia e com outras entidades (QUAR DGAE - Ind11)	2	100%	Eventos realizados e dinamizados com a Academia, assim como com outras entidades.	R	Cumprido - Foram realizadas 2 ações: "Integração Europeia: Das Origens aos Desafios do Presente; "Ciência, dados e inteligência artificial na administração pública"
6	Contribuir para a preparação da Presidência Portuguesa do Conselho da UE em 2021 (PPUE2021)	20%	112	Apresentar relatório com o projeto de programa de atividades do METD a desenvolver na Presidência Portuguesa do Conselho da UE em 2021	30-04-2019	30%	Elaborar relatórios/ estudos temáticos.	R	Incumprido - Não foi cumprido o prazo estipulado, por atrasos na receção dos contributos solicitados. O programa de atividades foi apresentado em agosto de 2019.

Matriz de objetivos e atividades da DSAE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			113	Iniciativas de coordenação do METD	3	70%	Assegurar a coordenação e a promoção da intervenção do METD na preparação da Presidência Portuguesa do Conselho da UE (1.º semestre 2021).	R	Cumprido - Foram asseguradas 3 iniciativas de coordenação: Participação do Ministro da Economia na reunião do Trio dos ME; Participação da DG na reunião do Trio GAN; participação da DS no Trio Digital;

QUADRO XXIII AUTOAVALIAÇÃO PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DOS ASSUNTOS EUROPEUS (DSAE)

A DGAE é a entidade coordenadora dos Assuntos Europeus do Ministério da Economia. Perante o planeamento realizado para o ano de 2019, sem prejuízo das outras atividades desenvolvidas, identificaram-se cinco áreas relevantes desenvolvidas pela DSAE. A DSAE preparou ainda diversas intervenções para participação da DGAE enquanto oradora, como foi o caso do Encontro anual da PT Network dedicado ao tema da “Inovação, políticas europeias e impacto na economia portuguesa”, que decorreu em Sintra em 22 de abril, no qual a DGAE falou sobre *políticas europeias e economia nacional*.

- **APOIO À TUTELA**

A DSAE preparou elementos e pastas de apoio, em articulação com o MNE, para as quatro reuniões do Conselho de Ministros da Competitividade (formato formal) e para as duas reuniões informais do Conselho Competitividade. Estes eventos contaram com a chefia de delegação de um Membro do Governo do Ministério da Economia, tendo a DGAE integrado sempre a delegação nacional. A DSAE preparou o encontro do Secretário de Estado da Economia com a Secretária de Estado das Finanças do Governo Francês durante a visita à Hannover Messe, em 1 de abril. Preparou também a primeira reunião ao nível de Ministros do Conselho Competitividade do futuro Trio de Presidências, que se realizou em Berlim, a 18 de setembro, para desenvolvimento do programa do trio.

- **NEGOCIAÇÕES**

No exercício negocial europeu, o enfoque da DGAE assenta na defesa e promoção da competitividade empresarial nacional, na promoção da indústria, dos serviços portugueses, e da sua internacionalização, associada a garantir o reforço da defesa dos consumidores.

Neste contexto, a introdução de inteligência artificial no processo de avaliação do impacto legislativo da União Europeia parece revestir-se de importância para a DGAE, pois pensa-se que permite defender escolhas mais informadas numa negociação e contribuir para a obtenção de benefícios diretos, em termos nacionais, de redução dos custos de contexto para as empresas e cidadãos.

Foi com esta meta que a DGAE apresentou, em 15 de março de 2019, uma candidatura conjunta (com Professores da NOVA IMS - escola de Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa), âmbito do Aviso 01/SAMA2020/2019 (POCI-62-2019-04) – Sistema de Apoio à Transformação Digital da Administração Pública (SATDAP). A candidatura respeita ao Projeto AI2A – Avaliação de Impacto e Inteligência Artificial no âmbito da iniciativa do Sistema de Apoio à Transformação Digital.

Esta candidatura, após análise, seleção e instrução pela Agência para a Modernização Administrativa, IP (na qualidade de organismo intermédio, no exercício de competências delegadas da CIC – Comissão Interministerial de Coordenação Portugal 2020) e também com base no parecer favorável do COMPETE2020, foi aprovada integralmente a 12 de agosto de 2019, tendo sido realizado um ajuste no valor do pessoal interno com aprovação de 79,99% do valor submetido, o que não compromete a globalidade do projeto que foi aprovado com valor de 287.967,60€, a que corresponderá um incentivo no valor apurado de 163.997,55€. No entanto, tendo a notificação da aprovação ocorrido apenas em 18 de dezembro de 2019, o procedimento de Contratualização do projeto transitou para o ano de 2020.

Durante 2019, a DSAE continuou a acompanhar várias propostas legislativas em curso no quadro do Mercado Único Europeu Digital; do Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores; do Quadro Financeiro Plurianual (QFP); da Rotulagem de Pneus; e do *e-privacy*. Simultaneamente, a DSAE também tem a responsabilidade de realizar a coordenação para a implementação de Regulamentos e Diretivas, destacando-se, a título ilustrativo, a reunião de coordenação para a implementação do Regulamento (UE) n.º 2019/1020, de 20 de junho, relativo à fiscalização do mercado e à conformidade dos produtos.

Relativamente ao Quadro Financeiro Plurianual, a DSAE, em linha com as orientações políticas, tem participado ativamente nas negociações do próximo orçamento plurianual para a UE (2021-2027), com um enfoque particular nas propostas setoriais individuais com relevância para a economia, procurando os melhores resultados das negociações face ao seu impacto no desenho das políticas públicas, da dinamização da competitividade empresarial e do crescimento e da convergência.

- **PREPARAÇÃO DA PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DO CONSELHO DA UE EM 2021 (PPUE2021)**

No sentido de preparar a PPUE2021, a partir de novembro, foi determinada a realização de um acompanhamento sistemático e periódico da DGAE com um grupo liderado pelo Secretário de Estado Adjunto e da Economia e em articulação com as restantes Secretarias de Estado do Ministério da Economia e da Transição Digital.

A DSAE esteve envolvida em várias ações das quais se destacam:

- Participação nas reuniões do Trio do Grupo de Alto Nível da Competitividade e Crescimento (GAN);
- Participação nas reuniões do Trio Digital;
- Envio de contributos para o Programa Nacional da PPUE 2021 e *outline* do programa do Trio de Presidências.

A DSAE tem realizado consultas junto dos Organismos da Economia, no sentido de alinhar os temas e prioridades para a PPUE2021. Desse exercício resultou um documento remetido ao Gabinete do Ministro da Economia no final de agosto, tendo sido validado. No entanto, sendo este um exercício em constante atualização, os temas e eventos propostos irão sofrer alterações resultantes do programa do XXII Governo, do programa da nova Comissão Europeia e do *outline*

do programa do Trio de Presidências que foi aprovado no final de 2019. Houve a preocupação de participar ao longo de 2019 na formação profissional ministrada pelo MNE tendo em vista os trabalhos da PPUE2021.

- **PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES E FÓRUNS EUROPEUS**

O futuro da indústria europeia tem vindo a ser discutido em diversos fóruns europeus nos anos recentes. Tal debate inscreve-se nos desafios resultantes da crescente transformação digital da economia e da sociedade, alterações climáticas, novos modelos de negócios, entre outros. Como tal, a União Europeia, com vista a assegurar e melhorar a competitividade da sua indústria, tem vindo a envidar esforços para encontrar soluções para tais desafios. Ao longo de 2019, a DSAE contribuiu para este debate, através da sua presença em grupos de alto nível. Com efeito, destacam-se as seguintes participações:

- No âmbito do Grupo de Alto Nível Competitividade e Crescimento (GAN), a DGAE coordenou um subgrupo de trabalho sobre o tema da Política Industrial composto por 17 EM, o qual foi responsável pela elaboração de um relatório designado *Future of The European Industry: What Is Needed for the Modern European Manufacturing Industry to Prosper in the Global Context?*. Em setembro, este relatório serviu de contributo ao GAN e ao Conselho Competitividade, que reúne ao nível de Ministros da Economia.
- Na iniciativa europeia “Amigos da Indústria”, Portugal tem participado, desde a sua criação em 2013, nesta iniciativa, a qual promove debates sobre a política industrial europeia. A 4 de outubro de 2019 teve lugar a VII Conferência Ministerial dos Amigos da Indústria, em Viena. O evento, organizado pelo Ministério Federal dos Assuntos Digitais e Económicos austríaco, foi subordinado ao tema “Cadeias de valor estratégicas industriais em transformação: elementos necessários para o futuro caminho europeu” e concentrou-se, em particular, na abordagem de questões relacionadas com o *Deep learning* e a Inteligência Artificial, a dimensão externa da competitividade da União, os principais agentes de mudança da transformação indústria e o papel das PME nas cadeias de valor europeias.

- No Grupo MED7 que conta com a participação dos Ministros de telecomunicações dos países mediterrânicos da União Europeia, participou a DGAE a 2 de outubro na reunião que teve lugar em Malta e onde foram debatidos temas da área digital, nomeadamente aspetos relacionados com a cooperação em tecnologias inovadoras e disruptivas, como o 5G, a Inteligência Artificial e a Internet das Coisas. No final deste encontro foram assinados dois documentos: uma Declaração conjunta - “The future of the Digital Eco-system in Southern Europe” e um Memorando de entendimento para a troca de boas práticas.

- **AUXÍLIOS DE ESTADO E CONCORRÊNCIA**

No ano de 2019, deu-se sequência ao exercício de *compliance checks* das obrigações de transparência (terceira iteração), desenvolvido no âmbito do *Transparency Steering Group*, tendo-se clarificado junto da Comissão Europeia a não introdução no *Transparency Award Module* (TAM) de dados relativos a dois sistemas de incentivo portugueses, na medida em que os benefícios gerados não excediam os limites regulamentares estabelecidos para o efeito.

Em termos de Avaliação dos Auxílios de Estado destaca-se o desenho do Sistema de Incentivos “Inovação Empresarial”, da responsabilidade do COMPETE2020 e dos Programas Operacionais Regionais, o qual constitui o maior esquema de incentivos nacional, com previsão de execução superior a 150 MEuros anuais. Na sequência da apresentação, pelas autoridades nacionais, do Plano de Avaliação conforme estabelecido no *Commission Staff Working Document on Common Methodology for State aid Evaluation*, plano esse aprovado em 19 de agosto de 2015, encetaram-se ao longo do ano de 2019 conversações com a Comissão Europeia, no sentido de prorrogar o cronograma inicialmente estabelecido, processo que transitou para início de 2020.

No âmbito de processos de recuperação de auxílios de Estado, foram diligenciadas diversas ações relativas ao processo “Seguro de crédito à exportação em operações garantidas a curto prazo”, com especial ênfase para a reunião presencial entre as autoridades portuguesas e a DG Concorrência da Comissão Europeia, no início de novembro de 2019, bem como a prestação de informação com carácter quinzenal aí estabelecida.

No que respeita aos procedimentos de notificação e comunicação de auxílios de Estado, foram efetuadas diversas notificações de esquemas de incentivos ao abrigo do Regulamento Geral de Isenção por Categoria, bem como uma pré-notificação relacionada com a “Metodologia de Cálculo do Elemento de Auxílio” no âmbito do quadro do Sistema Nacional de Garantia Mútua.

- **ARTICULAÇÃO COM O EXTERIOR**

Indo ao encontro do proposto no plano de atividades para 2019, a DSAE realizou esforços de aproximação e sistematização junto dos seus parceiros e partes interessadas, aumentando a disseminação de informação e de eventos para a criação de pensamento sobre os principais temas em agenda.

Nesse sentido, no quadro do Brexit, a DSAE contribuiu para a atualização dos conteúdos do website da DGAE e participou em parceria com a DSCI, associações empresariais e AICEP em sessões de esclarecimento para os operadores económicos nacionais, por todo o país, com o objetivo de prevenir os efeitos negativos do Brexit.

A DGAE participou ainda noutros eventos (workshops, seminários, conferências) no quadro da UE, destacando-se:

- A 25 de setembro, a Conferência *European Research & Innovation Days* organizada pela Comissão Europeia, em que a Diretora-Geral da DGAE moderou o Cluster 4: provisional report of co-design session "Industry working for people and planet"
- A 2 de dezembro, o Workshop “Roadmap para o Hidrogénio: a visão da APH2H para Portugal”, organizado pela Ordem dos Engenheiros, em que a Diretora-Geral da DGAE, atual membro português do Fórum Estratégico de Projetos Importantes de Interesse Comum Europeu (IPCEI) apresentou o tema “IPCEI- Nova oportunidade de investimento na Economia do Hidrogénio?”

Simultaneamente, a DGAE também recebeu visitas de estudo de delegações europeias, a título ilustrativo:

- A 20, 21 e 22 de novembro, no âmbito das visitas regulares de funcionários da Comissão Europeia aos Estados-Membros, realizou-se uma visita a Portugal de um grupo de 15 funcionários oriundos de diversas Direções-Gerais da Comissão Europeia. Esta visita incluiu um Encontro com a Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, uma visita à Assembleia da República e Encontros com Ministérios setoriais. Nesse contexto, por um lado, a DGAE juntamente com representantes das Finanças, Ambiente e Ciência e Tecnologia apresentaram os principais traços das políticas nacionais nas áreas da Economia; e, por outro, a Direção de Serviços de Política Empresarial recebeu um dos membros dessa comitiva.
- A 8 de abril, a DGAE recebeu a visita de uma delegação de funcionários suecos do Departamento para o Comércio Internacional e Mercado Interno da UE (40 funcionários), com o objetivo de conhecer os seus contrapartes em Portugal e com eles debater prioridades e perspetivas relativamente aos assuntos na agenda UE nestas áreas.

No âmbito das Indústrias de Defesa, há ainda a destacar a cooperação da DGAE nesta área, salientando-se a sua participação:

- No Grupo de Acompanhamento da Participação nos Projetos PESCO (GAPP-PESCO), cujo objetivo é o de aprofundar a cooperação no domínio da defesa entre os Estados-Membros da UE, desenvolvendo conjuntamente as capacidades de defesa e disponibilizando-as para as operações militares da UE, através da realização de projetos. A DGAE participou também num Subgrupo *ad hoc* com a proposta de “Estratégia nacional para a participação dos Projetos PESCO e outros da UE”;
- No âmbito da Cooperação Estruturada Permanente, no Projeto CEP Mobilidade Militar, destacando-se a elaboração do Plano de Ação Nacional para a Mobilidade Militar.

- **QUESTÕES ORGANIZATIVAS**

Em termos organizativos, em 2019, observaram-se alterações profundas na equipa da DSAE, com a saída dos dirigentes intermédios e de alguns técnicos superiores e a consequente integração de novos elementos, o que obrigou a uma reestruturação interna, com vista a assegurar a fluidez de procedimentos.

QUADRO XXIV
ATIVIDADES PREVISTAS E REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL (DSCI)

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
1	[O1] Reforçar a coordenação dos assuntos europeus e internacionais do METD e garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais e internacionais	30%	11	Taxa de participação em reuniões planeadas (QUAR DGAE - Ind 1)	[80%-90%]	70%	Coordenar, preparar e participar em reuniões, encontros e intervenções da responsabilidade do METD na área do comércio internacional.	R	A atividade focou-se num conjunto muito alargado de temas - OMC, Brexit, União para o Mediterrâneo, Fluxos de Dados, Comércio Eletrónico, implementação de acordos comerciais, intra-BIT, interesses nacionais nos acordos comerciais, barreiras de acesso ao mercado, medidas de defesa comercial, ações de divulgação de política comercial e os trabalhos relativos ao Regulamento SPG.
							Participar em reuniões do Comité de Política Comercial Comum, nas suas diferentes formações (Titulares, Suplentes, Serviços e Investimento, STIS).	R	Participou-se em 9 reuniões do CPC Titulares, 1 reunião do CPC Suplentes e 11 reuniões do CPC Serviços e Investimento.
							Participar nas reuniões do Comité Consultivo de Acordos de Investimento da Comissão Europeia.	R	Participou-se em 2 reuniões do Comité Consultivo de Acordos de Investimento.

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Participar na negociação de Acordos Bilaterais de Investimento (autorizados pela UE).	R	Participou-se numa reunião a propósito do acordo com o Irão (Consultas Políticas) e em duas reuniões de negociação de um novo acordo com Angola. Foram ainda trocados e analisados os textos na negociação do acordo com o Azerbaijão.
							Participar nas reuniões do Comité dos Instrumentos de Defesa Comercial da UE.	R	Participou-se em 9 reuniões do Comité de Instrumentos de Defesa Comercial.
							Participar no Grupo de Peritos SPG da Comissão Europeia e no Comité das Preferências Generalizadas (SPG) do Conselho da UE.	R	Participou-se em 3 reuniões do Grupo de Peritos SPG e 3 reuniões do Comité SPG.
							Participar no Comité Consultivo de Acesso ao Mercado da Comissão Europeia.	R	Participou-se em 12 reuniões do Comité Consultivo de Acesso ao Mercado.
							Participar nas Reuniões Técnicas Informais organizadas pela Comissão Europeia sobre as várias negociações em curso no âmbito da política comercial comum e da política europeia de investimento.	R	Participou-se em 8 reuniões técnicas informais (implementação dos acordos, Brexit, Carta da Energia, reforma ISDS na UNCITRAL, Comércio eletrónico)

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Participar nas reuniões do Grupo de Questões Comerciais do Conselho da UE.	R	Participou-se em 1 reunião do Grupo de Questões Comerciais.
							Participar nas reuniões do Grupo dos Produtos de Base do Conselho da UE.	NR	A agenda das reuniões não justificou a participação da DSCI nos trabalhos.
							Assegurar a Delegação Nacional no Comité do Comércio e no Comité do Investimento da OCDE, e ainda, nas reuniões do Grupo de Trabalho do Comité do Comércio.	R	Assegurou-se a Delegação Nacional em 2 reuniões do Comité Comércio, 2 reuniões do Comité Investimento e 4 reuniões do Grupo Trabalho Comité Comércio

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Preparar e participar em reuniões de coordenação intra METD, com Embaixadas e outras entidades públicas e privadas, bem como em reuniões interministeriais promovidas pelo MNE.	R	A DGAE preparou reuniões de coordenação no âmbito do Observatório de Investimentos com Angola e com Marrocos (a nível político, Ministerial e Secretários de Estado), e da 3.ª reunião da Comissão Mista com os Emirados Árabes Unidos. A DGAE preparou e acolheu uma missão técnica de Angola a Portugal no âmbito do Observatório de Investimentos (missão recebida por entidades METD e exteriores ao METD). A DGAE participou ainda em diversas reuniões de coordenação interministerial no MNE e recebeu representantes de Embaixadas acreditadas em Portugal.

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Preparar a participação da DGAE nas reuniões da Comissão Interministerial de Política Externa (CIPE) e da Comissão Interministerial para a Cooperação (CIC), bem como nas reuniões do Secretariado Permanente da CIC.	R	A DGAE participou na 13.ª reunião da CIPE.
							Participar, enquanto Ponto Focal do METD, nas reuniões do Grupo Informal de Peritos de Comércio e Investimento UE-China.	NR	Este grupo informal de peritos, coordenado pela Comissão Europeia, não reuniu em 2019.
							Coordenar a preparação e participar, sempre que se justifique, nas reuniões técnicas e outras iniciativas desenvolvidas ao nível da OCDE, ONU, Fórum de Macau, CPLP, Cimeira Ibero-Americana e Aliança do Pacífico, entre outros espaços multilaterais.	R	A DGAE participou na reunião interministerial de preparação da MCM OCDE (promovida pelo MNE) e remeteu contributos para a pasta de apoio da MCM e da reunião do <i>Global Strategic Group</i> da OCDE, bem como para a participação nacional na XIV Cimeira da Aliança do Pacífico - Reunião com os Países Observadores.
							Participar, enquanto Ponto Focal, nas reuniões do Secretariado Permanente do Fórum de Macau.	R	A DGAE participou na 14.ª Reunião Ordinária do Secretariado Permanente do Fórum de Macau.

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Preparar e participar em reuniões promovidas pelo CICL sobre temas relacionados com a Cooperação e Desenvolvimento, e elaborar contributos do METD neste âmbito.	R	A DGAE participou nas reuniões promovidas pelo CICL a propósito do Programa da UE para o Quênia "Go Blue", bem como no âmbito da Reunião de Coordenação com os Pontos Focais Setoriais da CPLP.
							Preparar e participar em eventos nacionais e internacionais relevantes de carácter económico e/ou empresarial.	R	Destaca-se a participação da DGAE em eventos como o "Almoço de Celebração do Ano Novo Chinês" e o Seminário "Internacionalizar: Portugal e Japão - Um Passado com um Projeto para o Futuro", entre outros.
			12	Taxa de recomendações de atuação relevantes apresentadas (QUAR DGAE - Ind 2)	[10%-20%]	10%	Efetuar propostas de recomendações relevantes decorrentes da participação em Grupos de Trabalho, Comités e outros no âmbito da política comercial	R	Foram propostas 10 recomendações relevantes no âmbito da política comercial
			13	N.º reuniões de coordenação organizadas pela DSCI no âmbito das suas competências (QUAR DGAE - Ind 3)	4	10%	Preparar e participar, enquanto membro, nas reuniões da Comissão de Acompanhamento do Grupo de Trabalho do Mercado das Multilaterais Financeiras (AICEP e GPEARI-MF).	R	A DGAE participou na reunião anual da Comissão de Acompanhamento.

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			14	Prazo médio para apresentação dos relatórios das reuniões efetuadas nas estruturas internacionais (dias úteis)	5	10%	Apresentar informações de serviço com relatórios das reuniões efetuadas nas estruturas internacionais	R	Apresentaram-se 84 informações de serviço com relatórios das reuniões no prazo médio de 5 dias
2	[O3] Contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas	20%	15	N.º de propostas de formulação e avaliação da execução de políticas públicas apresentadas (QUAR DGAE - Ind 6)	1	10%	Propor à tutela decisão sobre matérias de política comercial	R	Foi proposta à tutela 1 decisão relativamente à assinatura do Tratado de Cessação de vigência dos intra-BIT.
			16	N.º de sessões de informação e capacitação junto de agentes económicos e de interlocutores institucionais (QUAR DGAE - Ind 7)	6	30%	Promover e participar em sessões (de esclarecimento e debate) com associações e com a academia sobre temas de política comercial da UE e no âmbito das Relações Internacionais.	R	Participou-se em 2 eventos sobre temas de política comercial (implementação de acordos de comércio). Participou-se em 12 seminários sobre o Brexit. Organizou-se o "Dia do acesso ao mercado" em colaboração com a Comissão. Elaboraram-se artigos para 2 publicações associativas (APICCAPS, AEP).

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Elaborar listagem de barreiras-chave para as empresas nacionais em países terceiros.	R	Elaboram-se e mantiveram-se atualizadas 5 listagens de barreiras-chave nos principais mercados das empresas nacionais (EUA, Angola, Brasil, China, Turquia)
							Divulgar informação relevante aos organismos do METD no domínio das relações internacionais.	R	Foi divulgada informação às entidades METD sobre resultados das reuniões de alto nível realizadas em 2019, bem como sobre outros temas de interesse, nomeadamente no âmbito da OCDE. Foram também divulgadas, aos Gabinetes da Tutela, as comunicações recebidas das Embaixadas (via MNE).
			18	N.º de consultas às partes interessadas sobre política comercial e investimento e no âmbito das Relações Internacionais	75	20%	Consultar associações e empresas, bem como organismos institucionais, sobre questões de política comercial.	R	Efetuarão-se 17 consultas às associações/empresas sobre interesses em relação a negociações de acordos, EUA, serviços, barreiras no acesso a mercados preferenciais, sistema de preferências generalizadas e medidas de defesa comercial.

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Consultar organismos institucionais no âmbito das Relações Internacionais.	R	Foi efetuado um vasto número de consultas e pedidos de informação às entidades METD no âmbito da preparação de reuniões e visitas de alto nível. Foram de igual modo consultadas entidades exteriores ao METD, de modo a preparar reuniões/eventos (reuniões do Observatório de Investimentos com Angola e Marrocos; missão técnica de Angola a Portugal; 3.ª Comissão Mista com os Emirados Árabes Unidos, entre outros).
3	[O4] Garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DSCI	30%	19	% de solicitações respondidas com caráter substantivo dentro do prazo (QUAR DGAE - Ind 9)	[94%-98%]	100%	Preparar documentos de apoio/contributos solicitados à DPCE destinados à Tutela.	R	Prepararam-se 20 documentos de apoio à Tutela, sobre vários temas de política comercial (relacionamento EUA e China, protecionismo e guerra comercial, Brexit, acompanhamento e monitorização dos acordos, competitividade, comércio eletrónico, serviços, OMC, etc.)

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Elaborar pastas de apoio para encontros bilaterais e visitas oficiais de membros da Tutela.	R	Foram cumpridos os prazos de entrega estipulados (alguns deles muito apertados) no envio das pastas de apoio à tutela METD neste âmbito.
							Preparar a participação do METD em Cimeiras, Comissões Mistas, Subcomissões Económicas, Grupos de Trabalho e outros eventos de alto nível, incluindo contributos para o MNE neste âmbito	R	Salientam-se os seguintes eventos: 5.ª Cimeira com Cabo Verde, 4.ª Cimeira com Moçambique, 2.ª Reunião Ministerial do Observatório de Investimentos com Angola (antecedida da 1.ª Reunião de Secretários de Estado), 1.ª Reunião do Observatório de Investimentos com Marrocos a nível político (Secretários de Estado), 3.ª Comissão Mista com os Emirados Árabes Unidos, 1.ª Comissão Mista Intergovernamental com Angola, 5.ª reunião do Comité de Comércio e Investimento com os EUA, entre outros.

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Apoiar a participação da Tutela em reuniões ministeriais de caráter económico, nomeadamente no âmbito da OCDE, ONU, Fórum de Macau, CPLP, Cimeira Ibero-Americana e Aliança do Pacífico, entre outros enquadramentos multilaterais.	R	Salienta-se a participação do Ministro Adjunto e da Economia na Reunião do Conselho da OCDE a nível Ministerial e do Secretário de Estado da Defesa do Consumidor na XIV Cimeira da Aliança do Pacífico - Reunião com os Países Observadores.
							Preparar documentos de apoio/contributos solicitados à DPCE e destinados a outros serviços/divisões da DGAE.	R	Prepararam-se 11 documentos solicitados por outras UO, sobre vários temas de política comercial (relacionamento EUA e China, protecionismo e guerra comercial, Brexit, competitividade, comércio eletrónico, serviços, OMC, etc.)
							Coordenar e definir a contribuição do METD para a posição nacional na vertente do comércio internacional, no âmbito do Comité de Política Comercial Comum, nas suas diferentes formações (Titulares, Suplentes, Serviço e Investimento, STIS).	R	Elaboraram-se 37 contributos para as reuniões do Comité de Política Comercial Comum, nas suas diferentes formações (Titulares, Suplentes, Grupo de Trabalho de Questões Comerciais Serviços e Investimento, STIS).

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Definir a posição METD em questões relacionadas com a Política Europeia de Investimento.	R	Definiu-se a posição METD num conjunto alargado de matérias respondendo com 25 contributos substantivos sobre Política Europeia de Investimento - acordo de investimento EU-China, UNCITRAL/Tribunal Multilateral de Investimento, ICS, Tratado da Carta de Energia, Regulamento de <i>Screening</i> de Investimento ou a cessação dos intra-BIT. Apresentou-se proposta de posição quanto à melhoria do regime de proteção de investimento no mercado interno. Participou-se em 2 reuniões da UNCITRAL/Tribunal Multilateral do Investimento.

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Definir a posição METD em questões relacionadas com o Comércio de Serviços.	R	Definiu-se a posição METD (21 contributos), no que diz respeito aos serviços, por exemplo quanto à negociação na OMC (comércio eletrónico) ou à inclusão de normas de fluxos de dados em acordos comerciais.
							Definir e defender a posição do METD no âmbito do Sistema de Preferências Generalizadas (SPG).	R	Definiu-se a posição METD no âmbito do SPG, tendo-se elaborado 3 contributos para as reuniões que acompanham este tema.
							Elaborar contributos e/ou pareceres sobre a implementação da Estratégia de Acesso ao Mercado da UE.	R	Foram elaborados 10 contributos/pareceres sobre as questões de acesso ao mercado

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Elaborar Informações, contributos e/ou pareceres relativos às negociações de Acordos da UE com Países Terceiros.	R	Foram elaborados 25 contributos/pareceres sobre as negociações (EUA, Austrália, Mercosul, Moçambique, Angola, Indonésia, Convenção Pan-Euromediterrânea de regras de Origem, futuro regime pautal do Reino Unido) e a implementação (1º ano do CETA, ficha de monitoria e avaliação) dos acordos da UE
							Elaborar Informações, contributos e/ou pareceres relativos às negociações de Acordos Plurilaterais em que a UE participa.	R	Elaboram-se informações e pontos de situação sobre a negociação do acordo plurilateral sobre comércio eletrónico na OMC.
							Esclarecer e/ou resolver questões colocadas por associações e empresas ou outras entidades relativas à política comercial e investimento.	R	Responderam-se a todas (37) as questões colocadas por associações/empresas a propósito de temas de política comercial - acordos de comércio e de investimento, barreiras, medidas de defesa comercial, questões aduaneiras, <i>Made in</i> , Brexit.

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Coordenar, emitir pareceres e elaborar contributos no âmbito do acompanhamento da atividade das organizações internacionais que se ocupam do comércio internacional OMC, OCDE e UNCTAD.	R	Foram emitidos alguns pareceres, sobretudo em matéria de relações internacionais, nas áreas de competência do METD.
							Elaborar e solicitar pareceres nas áreas de competência do ME, tanto ao nível das relações bilaterais e multilaterais, como da vertente económica das relações externas da UE.	R	Foram emitidos alguns pareceres, sobretudo em matéria de relações internacionais, nas áreas de competência do Ministério da Economia.
							Coordenar, enquanto Ponto Focal, a participação portuguesa em ações desenvolvidas no âmbito do Plano de Atividades do Fórum de Macau, nomeadamente no que respeita aos Colóquios de formação de recursos humanos.	R	A DGAE divulgou e assegurou a gestão da participação nacional nos 5 Colóquios realizados no âmbito do Fórum de Macau.
							Divulgar e propor a participação nacional em Seminários organizados pelo Ministério do Comércio da R.P. da China, dirigidos aos Países de Língua Portuguesa.	R	A DGAE divulgou e assegurou a gestão da participação nacional nos 18 Seminários organizados e/ou patrocinados pelo Ministério do Comércio da R.P. da China.

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							<p>Coordenar, enquanto Ponto Focal do ME, a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030 em que o ME se constitui como Coordenador ou Contribuidor.</p>	R	Esta DGAE remeteu diversos contributos ao MNE no âmbito da Agenda de Desenvolvimento 2030.
							<p>Coordenar o levantamento da execução de projetos e programas de cooperação de organismos do ME, enquadráveis na Ajuda Pública ao Desenvolvimento.</p>	R	Foi transmitido ao CICL o levantamento anual da execução de projetos desenvolvidos pelos organismos do METD, enquadráveis na APD.
4	Reforçar o apoio técnico à elaboração de instrumentos de política económica	10%	110	N.º de documentos de análise técnica e de apoio à decisão política elaborados	30	100%	<p>Definir a posição do ME em questões relacionadas com os intra-BIT.</p>	R	Foi definida a posição ME quanto aos intra-BIT. Participou-se em 2 reuniões em Bruxelas. Foi solicitada 1 decisão à tutela relativamente à assinatura do Tratado de Cessação de vigência dos intra-BIT.
							<p>Definir e defender a posição de Portugal no âmbito dos Instrumentos de Defesa Comercial aplicados pela UE ou por Países Terceiros.</p>	R	Foram preparadas, para decisão da Tutela, 8 informações com proposta de posição a adotar nas reuniões do Comité de Instrumentos de Defesa Comercial. Participou-se em 9 reuniões desse Comité.

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Elaborar Informações, contributos e/ou pareceres relativos a questões tratadas no âmbito do Grupo de Questões Comerciais do Conselho da UE.	R	Elaboraram-se 6 contributos/pareceres para as reuniões deste Grupo.

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Contribuir, na perspetiva da Política Comercial da UE, para a análise do Brexit.	R	<p>Participou-se em 13 seminários sobre o Brexit; organizaram-se 2 ações de formação (associações e IAPMEI); elaboram-se 3 documentos informativos; criou-se caixa de correio info.brexit; criou-se e atualizou-se regularmente área Brexit no nosso website; participou-se nas reuniões de pontos focais do Brexit; prepararam-se 9 documentos/pastas de apoio (4 CIAE);</p> <p>2 Audiências parlamentares do Ministro da Economia, 3 encontros com PL, SE, FR); analisou-se o Acordo de Saída e a Declaração Política; analisaram-se as 2 versões do regime pautal temporário do Reino Unido</p>

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Acompanhar a negociação de instrumentos jurídicos bilaterais na área económica (incluindo os acordos de investimento autorizados pela UE), em coordenação com os organismos do ME e com o MNE.	R	Objetivo cumprido.
5	Melhorar a qualidade da informação e dos serviços prestados pela DSCI	5%	I11	Grau de satisfação dos participantes nacionais nos cursos de formação do Fórum de Macau e seminários do Ministério do Comércio da R.P. da China (escala de 1 a 5)	3,3	100%	Preparar e remeter questionário de avaliação aos participantes nos Colóquios do Fórum de Macau e Seminários do Min. Comércio da R.P. da China.	R	Foram remetidos 47 questionários aos participantes nos Seminários do Ministério do Comércio da RPC (38 respostas obtidas) e 15 questionários aos participantes nos Colóquios do Fórum Macau (8 respostas obtidas)
6	[O5] Melhorar as competências da DGAE e a qualidade dos serviços prestados	5%	I12	N.º de ações realizadas pela DGAE em colaboração com a Academia e com outras entidades (QUAR DGAE - Ind 11)	2	100%	Realizar ações de qualificação com a Academia e ou com outras entidades.	R	Promoveram-se (2) Workshops: "Relacionamento UE-EUA" e "A China e os Países de Língua Portuguesa"
							Manter atualizadas as Bases de Dados: Dumping, Subvenções, Regulamento relativo aos entraves ao comércio, casos IDC de países terceiros contra a UE e casos IDC no TJUE.	R	Mantiveram-se atualizadas as bases de dados

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Atualizar regularmente as Fichas de Relacionamento Económico.	R	Objetivo cumprido.
							Atualizar regularmente a Base de Dados dos instrumentos jurídicos bilaterais em negociação no âmbito do ME.	R	Objetivo cumprido.

QUADRO XXV

ATIVIDADES NÃO PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL (DSCI)

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Preparar e participar nas reuniões relativas à vertente comércio da União para o Mediterrâneo (UpM).	R	Participou-se em 4 reuniões de preparação para a próxima Conferência Ministerial do Comércio da UpM. Contribuiu-se para a proposta de texto da Declaração a sair desse Conferência.
							<i>International Visitor Leadership Program</i>	R	Participou-se numa reunião do <i>International Visitor Leadership Program</i> .

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Tribunal Multilateral de Investimento	R	Participou-se nas reuniões referentes aos trabalhos do tribunal multilateral de investimento
							Seminário de Alto Nível sobre o parecer 1/17	R	Participou-se num Seminário de Alto nível sobre o Parecer 1/17 do Tribunal de Justiça da UE)
							Consultas políticas	R	A convite do MNE, a DGAE participou nas consultas políticas com o Irão.
							Preparação de missão oficial do Secretariado Permanente a Portugal e articulação com o IAPMEI na organização (em colaboração com a AICEP) de um Seminário Empresarial subordinado ao tema "Plataforma de Macau - Elo de ligação entre a China e Portugal"	R	A pedido da Delegada de Portugal junto do Fórum de Macau, a DGAE preparou esta atividade, realizada em julho.
							Reuniões de trabalho com os especialistas indicados por Portugal no âmbito do Relatório de Avaliação Externa dos 15 Anos do Fórum de Macau (coordenado pela Academia Chinesa de Ciências Sociais - CASS).	R	No âmbito da preparação de comentários ao relatório de avaliação externa do Fórum Macau, a DGAE tomou a iniciativa de convocar reuniões com os especialistas nomeados por Portugal para articulação de posições.

QUADRO XXVI AUTOAVALIAÇÃO PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL (DSCI)

Na vertente da Política Comercial Externa, a DSCI acompanhou os trabalhos do Comité de Política Comercial (CPC) da União Europeia, nas suas formações de Titulares, Suplentes e Serviços e Investimento. Nas sedes de CPC Titulares e Suplentes foram acompanhadas matérias de política comercial de índole multilateral, em especial no âmbito da Organização Mundial do Comércio, tendo em vista a desejável reforma das regras de comércio (nomeadamente no que diz respeito ao comércio eletrónico, regulamentação interna em serviços e facilitação do investimento) e a urgente reforma do órgão de recurso do sistema de resolução de litígios. De resto, a atividade focou-se num conjunto muito alargado de temas com a preparação de diversos contributos: Brexit, União para o Mediterrâneo, implementação do regulamento europeu relativo ao *screening* do investimento direto estrangeiro, normas de Fluxos de Dados em acordos da UE, execução de Acordos Comerciais, processo de cessação dos acordos de investimento intra-comunitários, identificação de interesses nacionais em acordos comerciais, barreiras de acesso ao mercado, salvaguarda do aço, medidas de defesa comercial, ações de divulgação de política comercial, Tribunal Multilateral de Investimento e reforma ISDS (*Investor-State Dispute Settlement*), trabalhos da revisão do Tratado da Carta da Energia, entre outros.

No âmbito do Grupo de Trabalho “Política Comercial e Custos de Contexto”, presidido pelo Secretário de Estado Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, a DSCI participou e preparou as reuniões que tiveram lugar em 2019, procedeu à avaliação da implementação dos Acordos de Comércio Livre celebrados pela União Europeia com países terceiros, tendo trabalhado numa ficha que permita dar informação às empresas dos benefícios decorrentes desses acordos.

A DSCI participou em reuniões técnicas europeias, ao nível informal, agendadas em Bruxelas para a aplicação dos acordos de comércio livre, Brexit, Tratado da Carta da Energia, trabalhos na UNCITRAL para a reforma do ISDS e comércio eletrónico.

A DSCI acompanhou os diversos processos de defesa comercial da UE contra países terceiros e de países terceiros contra a UE, tendo proposto e submetido, caso-a-caso, propostas de posição nacional à Tutela e prestado auxílio técnico às empresas nacionais envolvidas e às associações setoriais. A DGAE acompanhou a definição da posição nacional, em articulação com a DGAE-MNE, relativamente às diversas ações preconizadas pela Comissão Europeia, no âmbito dos instrumentos de política comercial da União Europeia, com vista a mitigar os efeitos comerciais e económicos resultantes das restrições comerciais adotadas pelos Estados Unidos da América sobre as importações de produtos de aço e de alumínio. Em particular, analisou e definiu a posição nacional sobre as propostas da Comissão Europeia para instituição pela UE de medidas de salvaguarda provisórias sobre as importações de produtos de aço e para a instituição de medidas de reequilíbrio sobre importações de determinados produtos originários dos EUA, propostas que foram discutidas e aprovadas respetivamente no Comité de Salvaguardas e Regras Comuns para as Exportações e no Comité do Regulamento de Entraves ao Comércio, da Comissão Europeia, com largo apoio dos Estados-Membros.

Tendo o Acordo de Parceria Económica entre a UE e o Japão entrado em vigor a 1 de fevereiro de 2019, a DSCI efetuou uma ampla divulgação do acordo e das suas vantagens para as empresas através da sua rede institucional junto das associações empresariais e setoriais tendo, também, preparado, divulgado e atualizado informação relevante na “webpage” da DGAE e numa ficha informativa enviada à sua rede de contactos.

O tema do Brexit dominou grande parte dos trabalhos da DSCI em 2019. Inicialmente marcada a retirada do Reino Unido da UE para o dia 29 de março de 2019, esse prazo não foi cumprido e acabou adiado três vezes, para 31 de janeiro de 2020. Esta situação provocou a demissão da ex-Primeira Ministra Theresa May em junho de 2019, após quase três anos de desgaste causado por sucessivos fracassos na condução do Brexit. O período de transição até se efetivar esta saída tem por objetivo permitir aos dois lados o tempo necessário para que um novo acordo de comércio seja negociado. Se um novo acordo não puder ser negociado a tempo, isso significará a imposição de direitos aduaneiros sobre mercadorias do Reino Unido com destino à UE e outras barreiras comerciais. Neste contexto, a DGAE participou nas várias reuniões organizadas pelo MNE com os Pontos Focais nacionais, contribuindo para a definição da posição nacional sobre alguns

temas específicos (regime pautal temporário do Reino Unido, Acordo de Saída e principalmente a Declaração Política sobre relacionamento futuro). Manteve um contacto muito próximo com outras entidades públicas e com associações empresariais, procurando dar respostas às questões colocadas pelos agentes económicos sobre o Brexit e sobre as consequências que tal decisão acarretaria para as empresas em Portugal. Foram intensificadas as ações de preparação e contingência, com vista a auxiliar as empresas para um cenário de saída sem acordo por parte do Reino Unido da União, com destaque para: criação e manutenção de uma área dedicada ao Brexit no website da DGAE; divulgação de variados documentos (da DGAE, da Comissão Europeia e mesmo do Governo Britânico) através do website ou *emailling list*; coorganização de um conjunto de seminários (12) com a CIP, AICEP e AT, tendo um destes seminários tido a participação do Ministro da Economia Pedro Siza Vieira (Viana do Castelo, 17 de janeiro) e noutra a do Secretário de Estado Adjunto e da Economia, João Neves, no Algarve; organização de 2 ações de formação destinadas a associações empresariais e a técnicos do IAPMEI.

Quanto ao tema do “Investimento”, a DSCI produziu comentários escritos para todas as reuniões de negociação do tratado de cessação dos acordos de investimento intra-comunitários. No âmbito da OCDE, a DGAE assegurou a representação de Portugal em reuniões do Comité de Comércio e do Comité de Investimento. Em dezembro de 2019, a DGAE recebeu um representante da CFIUS (Committee on Foreign Investment in the United States) tendo-se abordado o regime dos EUA relativamente à revisão de investimento estrangeiro (“screening” de investimento) e os trabalhos de atualização do mecanismo português em face da entrada em vigor do Regulamento europeu de “screening” do investimento estrangeiro.

A DGAE, à semelhança dos anos anteriores, continuou a assegurar a representação nacional no Comité Consultivo de Acesso ao Mercado da Comissão Europeia (MAAC), que constitui o principal vetor da Estratégia de Acesso ao Mercado da UE, e prestou apoio a empresas portuguesas que são afetadas pelo agravamento do número de barreiras ao comércio.

Enquanto membro do Grupo de Trabalho sobre o Novo Modelo de Gestão Consular (GTNMG), criado pelo Despacho 6544/2019 de 20 de agosto, a DCSI participou em diversas reuniões deste grupo de trabalho e também na preparação e elaboração do relatório, já entregue ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, com proposta para o novo modelo de reforma consular, em particular no que se refere ao regime de vistos.

No que diz respeito à negociação de acordos de promoção e proteção de investimento (BIT), foram analisados textos no âmbito da negociação com Azerbaijão, Angola e Irão.

No total, a DGAE (através da DPCE) assegurou a participação em 84 reuniões no estrangeiro e em 29 reuniões em território nacional.

Na vertente das relações internacionais, a DGAE preparou, durante o ano de 2019, pastas de apoio e outros elementos informativos, no âmbito de deslocações oficiais e encontros bilaterais (em Portugal e no exterior) dos membros da área governativa da Economia, tendo sido cumpridos os prazos de entrega estipulados.

No que respeita à preparação da participação dos membros do Governo da área da Economia em Cimeiras, Comissões Mistas e outras reuniões de alto nível, salientam-se as seguintes: Cimeiras bilaterais com Cabo Verde e Moçambique; Comissões Mistas com os Emirados Árabes Unidos e Angola; 2.ª Reunião Ministerial do Observatório de Investimentos com Angola (e 1.ª Reunião ao nível de Secretários de Estado); 1.ª Reunião do Observatório de Investimentos com Marrocos (ao nível de Secretários de Estado); Fórum Portugal-*Southern Africa Development Community* dia 30 de maio; Business Forum da União para o Mediterrâneo, no Cairo, em 18 de junho, acrescentando um número significativo de contributos remetidos ao MNE neste âmbito. Na vertente multilateral, destaca-se a participação de S. Exa. o Ministro Adjunto e da Economia na Reunião Ministerial do Conselho da OCDE e de S. Exa. o Secretário de Estado de Defesa do Consumidor na XIV Cimeira da Aliança do Pacífico - Reunião com os Países Observadores.

De referir ainda a participação de S. Exa. o Ministro Adjunto e da Economia no Fórum Económico Mundial de Davos, e de S. Exa. o Secretário de Estado da Economia no Fórum Económico Internacional de São Petersburgo, no Fórum Económico “500 Anos da Circum-Navegação, Mar e Inovação, Drivers da Economia Global” (Praia, Cabo Verde) e no evento “*Collision 2019*”.

Salienta-se igualmente a organização e acompanhamento de uma missão técnica de Angola a Portugal, no âmbito do Observatório de Investimentos, a qual incluiu a realização de uma série de reuniões com entidades do Ministério da Economia (IAPMEI) e de outros Ministérios (Finanças, Infraestruturas e Habitação).

Afigura-se também importante destacar a participação da DGAE em eventos relevantes na área económica, nomeadamente no Evento Comemorativo do Ano Novo Chinês (organizado pela Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, em parceria com a Representação Económica e Comercial de Hong-Kong em Bruxelas) e no Seminário “As Indústrias de Defesa de Portugal no contexto da América Latina”, organizado pela idD – Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais, em colaboração com a Casa da América Latina (CAL).

A DSCI (através da DRIn) participou num vasto número de reuniões ao longo de 2019, destacando-se a participação na 13.ª reunião da CIPE (Comissão Interministerial de Política Externa), bem como na reunião anual da Comissão de Acompanhamento do Grupo de Trabalho do Mercado das Multilaterais Financeiras.

No que se refere ao Fórum de Macau, a DSCI participou, enquanto Ponto Focal Nacional, na 14.ª reunião ordinária do Secretariado Permanente.

Igualmente no âmbito do Fórum de Macau, a DSCI assegurou a gestão da participação de Portugal nos 5 Colóquios de Formação de Recursos Humanos realizados em 2019 (Cooperação Financeira; Turismo; Investimento; Medicina Tradicional; Madeiras Tropicais e Produtos Florestais), tendo ainda garantido as seguintes atividades:

- (i) Preparação da missão oficial do Secretariado Permanente a Portugal e articulação com o IAPMEI na organização (em colaboração com a AICEP) de um Seminário Empresarial subordinado ao tema "Plataforma de Macau - Elo de ligação entre a China e Portugal";
- (ii) Almoço de trabalho com o Diretor-Geral do Departamento dos Assuntos de Taiwan, Hong-Kong e Macau do Ministério do Comércio da R.P. da China;
- (iii) Reuniões de trabalho com os especialistas indicados por Portugal no âmbito do Relatório de Avaliação Externa dos 15 anos do Fórum de Macau (coordenado pela Academia Chinesa de Ciências Sociais - CASS).

A DGAE assegurou também o acompanhamento da negociação de um elevado número de instrumentos jurídicos bilaterais nas áreas de competência do Ministério da Economia (em particular, nos domínios do Turismo e da Segurança Alimentar e Económica).

De referir ainda a gestão da participação dos representantes nacionais nos 18 Seminários organizados/apoiados pelo Ministério do Comércio da R.P. da China em 2019, dirigidos aos Países de Língua Portuguesa.

No que respeita à preparação da participação dos membros do Governo da área da Economia em Cimeiras, Comissões Mistas e outras reuniões de alto nível, salientam-se as seguintes: Cimeiras bilaterais com Cabo Verde e Moçambique; Comissões Mistas com os Emirados Árabes Unidos e Angola; 2.ª Reunião Ministerial do Observatório de Investimentos com Angola (e 1.ª Reunião ao nível de Secretários de Estado); 1.ª Reunião do Observatório de Investimentos com

Marrocos (ao nível de Secretários de Estado); Fórum Portugal-*Southern Africa Development Community* dia 30 de maio; Business Forum da União para o Mediterrâneo, no Cairo, em 18 de junho; Preparação da visita de S. Exa. o Primeiro Ministro à Índia nos dias 19 e 20 de dezembro; 5.ª reunião do Comité de Comércio e Investimento com os EUA, acrescentando um número significativo de contributos remetidos ao MNE neste âmbito. Na vertente multilateral, destaca-se a participação de S. Exa. o Ministro Adjunto e da Economia na Reunião Ministerial do Conselho da OCDE e de S. Exa. o Secretário de Estado de Defesa do Consumidor na XIV Cimeira da Aliança do Pacífico - Reunião com os Países Observadores.

De referir ainda a participação de S. Exa. o Ministro Adjunto e da Economia no Fórum Económico Mundial de Davos, e de S. Exa. o Secretário de Estado da Economia no Fórum Económico Internacional de São Petersburgo e no evento “*Collision 2019*”.

Salienta-se ainda a organização e acompanhamento de uma missão técnica de Angola a Portugal, no âmbito do Observatório de Investimentos, a qual incluiu a realização de uma série de reuniões com entidades do Ministério da Economia (IAPMEI) e de outros Ministérios (Finanças, Infraestruturas e Habitação).

A DSCI (através da DRIn) participou num vasto número de reuniões ao longo de 2019, destacando-se a participação na 13.ª reunião da CIPE (Comissão Interministerial de Política Externa), bem como na reunião anual da Comissão de Acompanhamento do Grupo de Trabalho do Mercado das Multilaterais Financeiras.

No que se refere ao Fórum de Macau, a DSCI participou, enquanto Ponto Focal Nacional, na 14.ª reunião ordinária do Secretariado Permanente.

Igualmente no âmbito do Fórum de Macau, a DSCI assegurou a gestão da participação de Portugal nos 5 Colóquios de Formação de Recursos Humanos realizados em 2019 (Cooperação Financeira; Turismo; Investimento; Medicina Tradicional; Madeiras Tropicais e Produtos Florestais), tendo ainda garantido as seguintes atividades:

- (iv) Preparação da missão oficial do Secretariado Permanente a Portugal e articulação com o IAPMEI na organização (em colaboração com a AICEP) de um Seminário Empresarial subordinado ao tema "Plataforma de Macau - Elo de ligação entre a China e Portugal";
- (v) Almoço de trabalho com o Diretor-Geral do Departamento dos Assuntos de Taiwan, Hong-Kong e Macau do Ministério do Comércio da R.P. da China;
- (vi) Reuniões de trabalho com os especialistas indicados por Portugal no âmbito do Relatório de Avaliação Externa dos 15 anos do Fórum de Macau (coordenado pela Academia Chinesa de Ciências Sociais - CASS).

A DGAE assegurou também o acompanhamento da negociação de um elevado número de instrumentos jurídicos bilaterais nas áreas de competência do Ministério da Economia (em particular, nos domínios do Turismo e da Segurança Alimentar e Económica).

De referir ainda a gestão da participação dos representantes nacionais nos 18 Seminários organizados/apoiados pelo Ministério do Comércio da R.P. da China em 2019, dirigidos aos Países de Língua Portuguesa.

QUADRO XXVII
ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIVISÃO DAS CONTRAPARTIDAS (DC)

Matriz de objetivos e atividades da DC									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
1	Analisar os Pedidos de Creditação dentro dos prazos contratualmente fixados	30%	I1	% de pedidos de creditação analisados dentro dos prazos fixados nos diversos Contratos de Contrapartidas	100%	100%	Analisar toda a prova documental de suporte a um pedido de creditação, nos domínios da conformidade e elegibilidade.	R	Não houve novos pedidos de creditação, mas foram efetuadas as contabilizações no quadro da revogação do contrato com a ADS e analisada a valorização de um novo projeto no âmbito do contrato com a NGIT.
							Contabilizar as contrapartidas executadas.	R	
							Assegurar a pronúncia do Estado Português dentro dos prazos estabelecidos nos diversos contratos de contrapartidas para efeitos de análise e contabilização dos pedidos de creditação.	R	
2	Assegurar a participação da DGAE nas reuniões de trabalho desenvolvidas no âmbito da Comissão Nacional de Proteção Civil e do Planeamento Civil de Emergência	20%	I2	N.º de reuniões participadas /N.º de reuniões agendadas	[85%-90%]	50%	Agendar as reuniões aquando das convocatórias.	R	A DGAE participou nas reuniões da CNPC no âmbito da greve de motoristas de mercadorias.
							Preparar as reuniões com base nas agendas de trabalho remetidas.	R	
							Assegurar a participação nas reuniões agendadas.	R	

Matriz de objetivos e atividades da DC									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			13	Prazo médio para apresentação dos relatórios das reuniões efetuadas nas estruturas nacionais e internacionais (n.º de dias úteis)	5	50%	Elaborar relatórios das reuniões realizadas com as principais conclusões e com eventuais propostas de atuação por parte da DGAE.	R	
3	[O4] Garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DC	30%	14	% de pareceres relevantes emitidos dentro do prazo (QUAR DGAE - Ind 8)	95%	50%	Preparar os relatórios e pareceres dentro do prazo estabelecido, assegurando a conformidade da informação prestada.	R	Foram cumpridos todos os prazos de resposta, quer no âmbito do acompanhamento dos contratos de contrapartidas, quer de outras solicitações dirigidas à DC.
			15	% de relatórios emitidos dentro do prazo (QUAR DGAE - Ind 9)	95%	50%	Preparar os relatórios dentro do prazo estabelecido, assegurando a conformidade da informação prestada.	R	
4	Inventariar o Acervo Documental das Contrapartidas.	20%	16	N.º de programas de Contrapartidas Inventariados	2	60%	Inventariar o conteúdo da informação digitalizada por tema e tipo de documentação.	R	O arquivo dos Programas de Contrapartidas está estabilizado e sistematizado e todos os programas da responsabilidade da DGAE estão em formato digital.
			17	N.º de programas de Contrapartidas Digitalizados	2	40%	Digitalizar a documentação.	R	

QUADRO XXVIII AUTOAVALIAÇÃO PELA DIVISÃO DE CONTRAPARTIDAS (DC)

No âmbito da atividade desenvolvida pela Divisão das Contrapartidas no ano de 2019, a matéria relacionada com o acompanhamento dos contratos de contrapartidas ainda em execução foi a que demonstrou maior pertinência relativamente ao grau de exigência e empenho dos serviços, sobretudo no que respeita ao acompanhamento do Contrato de Contrapartidas pela Aquisição das Aeronaves C-295.

Assim, em 2019, foi celebrada a 5.ª e a 6.ª alterações contratuais, as quais tiveram como objetivo, exclusivamente, a prorrogação do prazo de negociação, com vista à revogação por mútuo acordo do referido Contrato, que se viria a concretizar em maio de 2019, com a assinatura do Acordo Global entre o Estado Português e a *Airbus Defence and Space (ADS)* e respetivos Acordos conexos.

Ainda no que se refere aos contratos de contrapartidas, o Estado Português concordou com a proposta de projeto adicional apresentada pela *Northrop Grumman International Trading* no âmbito do Contrato de Contrapartidas relativo ao fornecimento de *targeting pods* destinados às aeronaves F-16 da Força Aérea Portuguesa.

Em 2019, a DC assegurou ainda a participação nas reuniões da Comissão Permanente de Apoio ao Investidor, competência transitada em janeiro de 2018.

QUADRO XXIX
ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS NO ÂMBITO DA DIVISÃO DE PLANEAMENTO E APOIO (DPA)

Matriz de objetivos e atividades da DPA									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
O1	Assegurar a coordenação e o apoio na elaboração dos instrumentos do ciclo anual de gestão	20%	I1	Prazo para apresentação do QUAR e do Plano de Atividades	[20 a 30 Nov]	50%	Solicitar, com pelo menos 45 dias de antecedência, informação aos serviços para a elaboração do QUAR e o Plano de Atividades para 2020	R	Foram enviados aos serviços da DGAE, em 18-10-2019, os quadros para preenchimento com a informação necessária à elaboração do QUAR e do Plano de Atividades para 2020.
							Analisar a informação disponibilizada pelos serviços e elaborar o QUAR e o Plano de Atividades para 2020	T	Atendendo à data de entrega do OE 2020, esta atividade foi transferida para 2020, já que, por decisão da Senhora Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, o prazo de entrega do QUAR e do Plano de Atividades para 2020 foi excepcionalmente alterado para o dia 14 de fevereiro de 2020.
			I2	Prazo para apresentação do Relatório de Atividades	[1 a 15 Abr]	50%	Solicitar, com pelo menos 45 dias de antecedência, informação aos serviços para a elaboração do Relatório de Atividades de 2018	R	Foram enviados aos serviços, em 16-01-2019, os quadros e as indicações necessárias para a elaboração do Relatório de Atividades de 2018 da DGAE.

Matriz de objetivos e atividades da DPA									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Analisar a informação disponibilizada pelos serviços e elaborar o Relatório de Atividades de 2018	R	O Relatório de Atividades da DGAE de 2018, com a respetiva autoavaliação dos serviços, foi elaborado e enviado, em 15-04-2019, para parecer do GEE e para despacho da Tutela.
O2	Assegurar a monitorização dos objetivos e indicadores de gestão	10%	13	N.º de quadros de monitorização elaborados	[6 - 8]	60%	Elaborar os quadros para monitorização dos indicadores e objetivos de gestão	R	Foram elaborados todos os quadros previstos para monitorização dos indicadores de gestão, incluindo também, entre outros, os quadros do Registo de Serviços Externos (RSE), do custo médio das deslocações, do Sistema de Controlo de Execução e dos produtos e solicitações dos diversos serviços, e do controlo do consumo de papel.

Matriz de objetivos e atividades da DPA									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			I4	Prazo para apresentação do quadro com a monitorização do QUAR	[17 a 30 Jun]	40%	Elaborar o quadro com informação semestral sobre os objetivos e indicadores do QUAR	R	Foi elaborado, antes do prazo previsto, o quadro com informação semestral sobre os objetivos e indicadores do QUAR, enviado ao GEE em 27-07-2019, no prazo estabelecido pelo referido Gabinete.
O3	Avaliar a qualidade dos serviços prestados pela DGAE	10%	I5	N.º de inquéritos de satisfação dos utilizadores dos serviços da DGAE elaborados, disponibilizados e analisados	[1-2]	100%	Elaborar o(s) questionário(s) de satisfação	R	Foi elaborado um único questionário para apuramento do nível de satisfação de todos os utilizadores dos serviços.
							Conceber a metodologia de divulgação do(s) questionário(s) e proceder à sua implementação	R	Foi divulgado aos utilizadores dos serviços, através de e-mail enviado no início de fevereiro, o questionário de satisfação.
							Analisar os resultados do(s) inquérito(s) de satisfação dos utentes dos serviços	R	Foi feito o apuramento e a análise dos resultados do inquérito, que foram divulgados no Relatório de Atividades de 2018.
O4	Implementar o questionário de satisfação	10%	I6	N.º de inquéritos de satisfação dos trabalhadores da DGAE	1	100%	Elaborar o questionário de satisfação	R	Foi preparado o questionário de satisfação dos trabalhadores da DGAE.

Matriz de objetivos e atividades da DPA									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
	interno dos trabalhadores da DGAE			elaborados, disponibilizados e analisados			Conceber e implementar a metodologia de divulgação e de resposta aos inquéritos de satisfação	R	Foi distribuído aos trabalhadores da DGAE o questionário da satisfação interno e feita a respetiva divulgação, com indicação das instruções de preenchimento e do prazo de resposta.
							Analisar os resultados do inquérito de satisfação dos trabalhadores da DGAE	R	Foi feito o apuramento e a análise dos resultados do inquérito de satisfação dos trabalhadores da DGAE.
O5	Implementar o sistema de gestão documental	10%	17	Prazo para a implementação do sistema de gestão documental	[1 a 17 Jul]	100%	Desenvolver processos e elaborar circuitos para a documentação	R	Foram definidos os procedimentos e as regras de criação e de acesso aos documentos e aos processos no sistema de gestão documental e estabelecidos os circuitos dessa documentação.
							Coordenar a implementação do sistema de gestão documental	R	Foi coordenada a implementação do novo sistema de gestão documental, que entrou em funcionamento no dia 15 de julho, incluindo o planeamento da formação e o apoio aos utilizadores.

Matriz de objetivos e atividades da DPA									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
O6	Assegurar a gestão dos conteúdos na página eletrónica da DGAE	7%	I8	Prazo médio para a publicação de conteúdos na página eletrónica da DGAE (dias úteis)	1 dia	100%	Inserir e atualizar atempadamente na página eletrónica da DGAE os conteúdos disponibilizados pelos serviços	R	Foi feita a inserção e a atualização dos conteúdos na página eletrónica da DGAE.
O7	Assegurar diariamente a gestão da <i>mailbox</i> institucional da DGAE	3%	I9	Prazo médio para encaminhamento ou arquivamento das mensagens recebidas na <i>mailbox</i> da DGAE (dias úteis)	1 dia	100%	Encaminhar diariamente as mensagens recebidas na caixa de correio eletrónica e noutras geridas pela DPA	R	Foi feito diariamente o encaminhamento interno das mensagens recebidas na caixa de correio eletrónica da DGAE.
O8	Assegurar o apoio aos utilizadores internos ao nível de help desk	10%	I10	Prazo médio de resposta aos pedidos de <i>help desk</i> (dias úteis)	1 dia	100%	Responder atempadamente aos pedidos de apoio ao nível do help desk informático, incluindo aplicações, comunicações e <i>hardware</i>	R	Em 2019, devido à implementação do novo sistema de gestão documental, verificou-se um acréscimo significativo nos pedidos de apoio informático, aos quais a equipa foi dando resposta, com empenho e esforço acrescido para procurar cumprir com o prazo estabelecido.
O9	Gerir as necessidades e os contratos de aquisição de bens e serviços	5%	I11	% de bens e serviços necessários ao funcionamento da DGAE identificados	[90%-95%]	30%	Identificar atempadamente as necessidades de bens e serviços a enviar à SG com vista à realização dos procedimentos de aquisição	R	Identificadas, ao longo do ano de 2019, as necessidades de aquisição de bens e serviços.

Matriz de objetivos e atividades da DPA									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			I12	% de contratos acompanhados	100%	30%	Acompanhar a execução dos contratos de aquisição de bens e serviços	R	Foi feito o acompanhamento dos contratos de aquisição de bens e serviços.
			I13	% de faturas objeto de apreciação	100%	40%	Validar a faturação das aquisições de bens e serviços, remetendo essa informação à SG	R	Foi feita a análise de todas as faturas recebidas e validadas as que correspondiam aos bens entregues ou aos serviços prestados.
O10	Assegurar a cobrança das receitas próprias da DGAE	5%	I14	Prazo para a emissão das Guias de Receita	[22 a 24 h]	50%	Emitir guias de receita no prazo definido no procedimento aprovado	R	Em 2019, foram emitidas 150 guias de receita, respeitando o prazo médio de emissão.
			I15	N.º médio de mapas enviados mensalmente	[1 - 3]	50%	Enviar à SG os mapas com indicação das receitas cobradas em cada um dos regimes previstos	R	Foram enviados regularmente à SG (com uma periodicidade média mensal) os mapas com os registos das receitas cobradas.
O11	Gerir as verbas do Fundo de Maneio	5%	I16	N.º de quadros de controlo elaborados mensalmente	2	50%	Controlar os fluxos de caixa, os registos do cartão de crédito e os movimentos da conta afeta ao Fundo de Maneio	R	Foram elaborados quadros mensais com as despesas do Fundo de Maneio e com os fluxos de caixa.
			I17	% dos pagamentos aprovados efetuados mensalmente	100%	50%	Efetuar os pagamentos das despesas aprovadas por verbas do Fundo de Maneio	R	Efetuados e registados mensalmente todos os pagamentos realizados ao abrigo do fundo de maneio.

Matriz de objetivos e atividades da DPA									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
O12	Assegurar o registo e a classificação da correspondência recebida, assim como a respetiva distribuição	5%	I18	% da documentação recebida diariamente e registada no sistema de gestão documental	100%	100%	Digitalizar, numerar, registar, classificar e encaminhar toda a documentação recebida	R	Foi feito diariamente o registo de toda a documentação recebida na DGAE, num esforço significativo de adaptação por parte do Serviço de Expediente ao novo Sistema de Gestão Documental.

QUADRO XXX AUTOAVALIAÇÃO PELA DIVISÃO DE PLANEAMENTO E APOIO (DPA)

No domínio do planeamento, foi desenvolvido um conjunto de instrumentos de apoio essenciais à tomada de decisão por parte da estrutura dirigente, nomeadamente na área de recursos humanos, nas várias áreas de negócio da DGAE e, principalmente, no que se refere ao acompanhamento e monitorização dos vários indicadores de gestão, em especial os inscritos no QUAR.

De registar, igualmente, a coordenação de todos os trabalhos inerentes à preparação do Relatório de Atividades de 2018, incluindo o apuramento de resultados e a respetiva autoavaliação, assim como a realização de inquéritos junto dos utilizadores dos serviços e dos trabalhadores da DGAE, com o consequente apuramento dos respetivos resultados e o tratamento estatístico dos mesmos, indispensáveis à realização dessa autoavaliação.

De igual modo, foram apresentadas propostas para a definição dos objetivos e indicadores constantes do QUAR para 2020 e iniciados os trabalhos de preparação e coordenação do Plano de Atividades para 2020.

De salientar em 2019, a implementação do novo Sistema de Gestão Documental, que entrou em funcionamento no dia 15 de julho. Foi um processo complexo, coordenado pela DPA, que compreendeu o levantamento das atividades e macroprocessos existentes na organização, o desenho de todos os circuitos documentais e processuais, assim como a identificação dos vários tipos de documentos e de acesso a esses documentos. Foi também definido o plano de classificação da organização, identificando as séries documentais produzidas, organizando-as e contextualizando-as na respetiva atividade e processos de negócio, tendo por base a Macroestrutura Funcional (MEF). Foram definidos vários grupos de utilizadores e as funções a desempenhar na implementação do sistema de gestão documental, assim como o tipo de formação específica para esses grupos de utilizadores. A implementação do Sistema de Gestão Documental implicou também a desmaterialização de alguns dos circuitos documentais, através da digitalização de parte da documentação que era impressa e circulava em

suporte papel. A complexidade associada à entrada em funcionamento do Sistema de Gestão Documental ficou a dever-se, essencialmente, às falhas que se foram verificando na própria aplicação e que foi necessário reportar sistematicamente à empresa adjudicatária, a que acresceu a necessária assimilação pelos utilizadores do processo de mudança. Esta situação implicou um trabalho acrescido de acompanhamento e apoio por parte da equipa da DPA, para que todos os problemas fossem sendo mitigados e ultrapassados.

Foi feito o acompanhamento permanente da execução dos vários contratos de aquisições de bens e serviços, alguns dos quais, devido à sua especial complexidade, como foi o caso do contrato de aquisição de serviços de viagens e alojamentos, que implicou um sistema de controlo mais exigente devido à quantidade de deslocações e, conseqüentemente, do número de faturas emitidas. O acompanhamento da execução dos contratos é uma atividade que requiere cada vez mais tempo, preparação e dedicação, sobretudo no que diz respeito à interação permanente com a SG, à preparação da negociação/renegociação, e à identificação e correção dos desvios entre os serviços prestados e faturados.

Procedeu-se ao registo e à emissão de todas as guias de receita e ao envio dos respetivos mapas para a Secretaria-Geral com indicação dos valores apurados por tipologia de produtos/serviços.

Foi prestado o apoio interno nas várias áreas da responsabilidade desta Divisão essenciais para o funcionamento dos serviços, nomeadamente ao nível de *helpdesk* informático (com um trabalho também acrescido devido ao elevado número de entradas e saídas de trabalhadores), de manutenção das instalações e equipamentos, do registo da correspondência e sua distribuição, entre muitas outras.

QUADRO XXXI
ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS NO ÂMBITO DA DIVISÃO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS (DRI)

Matriz de objetivos e atividades da DRI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
1	[O1] Reforçar a coordenação dos assuntos europeus e internacionais do ME e garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais e internacionais	100%	11	Taxa de participação em reuniões planeadas (QUAR DGAE - Ind1)	[80%-90%]	100%	Colaborar e participar nas reuniões organizadas pelos serviços.	R	Foi assegurada a participação em todas as reuniões organizadas pelos serviços da DGAE.
2	[O4] Garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DRI	50%	12	% de pareceres relevantes emitidos dentro do prazo solicitado. (QUAR DGAE - Ind8)	[94%-98%]	50%	Elaborar pareceres especializados sobre matérias de natureza jurídica no âmbito da DGAE.	R	Foi assegurada a elaboração atempada aos pareceres solicitados.
		50%	13	% de solicitações respondidas com carácter substantivo dentro do prazo. (QUAR DGAE - Ind9)	[94%-98%]	50%	Responder às várias solicitações dirigidas à DGAE.	R	Foi assegurada uma resposta atempada às várias solicitações dirigidas à DGAE.
3	Elaborar propostas de procedimentos ou outras propostas para melhoria dos serviços da DGAE	100%	14	N.º de propostas elaboradas	3	100%	Criar e alterar procedimentos que visem a clarificação de orientações a implementar na DGAE.	R	Foram elaboradas propostas de procedimentos com vista a clarificar orientações a implementar na DGAE.

QUADRO XXXII AUTOAVALIAÇÃO PELA DIVISÃO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS (DRI)

No âmbito da atividade desenvolvida pela Divisão de Relações Institucionais, no ano de 2019, a matéria relativa à coordenação dos pareceres sobre projetos de diplomas legais em circuito legislativo adquiriu uma maior preponderância em virtude do número elevado de pareceres solicitados pelo Gabinete da Tutela.

Acresce que foram ainda solicitados diversos contributos, abrangendo várias matérias, que implicaram uma atuação conjunta de todas as direções de serviços da Direção-Geral das Atividades Económicas.

Deste modo, houve a necessidade de criar um procedimento específico com vista a, simultaneamente, harmonizar e consolidar as contribuições das várias direções de serviços e possibilitar o envio atempado dos diversos pareceres requeridos.

Foram também desenvolvidas outras ações que não se encontravam previstas, de apoio técnico jurídico, e relativas à responsabilidade social, aos auxílios de Estado, a questões respeitantes aos recursos humanos e a questões judiciais.

No âmbito da responsabilidade social, adquiriu especial relevância a elaboração do *Guia de Procedimentos para o Tratamento de Instâncias Específicas*, levantadas no contexto das *Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais*, que pretende regular e uniformizar os procedimentos a serem observados pela estrutura de Ponto de Contato Nacional em Portugal, em conformidade com o exposto nas Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais.

Em relação às restantes atividades atribuídas a esta Divisão, foram igualmente elaborados, atempadamente, vários pareceres especializados, pedidos pela Direção e demais unidades orgânicas da DGAE, sobre matérias técnicas de natureza jurídica.

Assegurou-se, ainda, uma célere resposta às várias solicitações dirigidas a esta Direção-Geral, tais como denúncias e pedidos de informação.

No quadro seguinte é feito o resumo do nível de realização das atividades por Unidade Orgânica, concluindo-se que 89,6% das atividades foram realizadas de acordo com o planeamento efetuado.

Quadro XXXIII - Nível de realização das atividades previstas por Unidade Orgânica

Serviço	Nível de realização das atividades				
	R	NR	T	CA	TOTAL
DSCSR	38	2	11	1	52
DSSE	29	3	1	0	33
DSPE	22	2	0	0	24
DSAE	18	0	0	0	18
DSCI	55	2	0	0	57
DC	11	0	0	0	11
DPA	24	0	1	0	25
TOTAL	197	9	13	1	220

2.4 Análise das causas de incumprimento de atividades ou projetos não executados

Deduz-se, a partir do quadro XXXIII, que apenas um número reduzido de atividades não foi realizado, correspondendo a cerca de 4,1% do total das atividades planeadas, sendo de sublinhar que a sua não realização não comprometeu a concretização dos objetivos previstos no QUAR.

Os principais fatores para a não realização das atividades prenderam-se com a falta de recursos humanos face ao crescente volume de solicitações, à não apresentação dos relatórios nos prazos internamente estipulados e, no caso de algumas reuniões, à sobreposição de calendário.

2.5 Avaliação dos trabalhadores e dos dirigentes intermédios

A audição de dirigentes intermédios e dos demais trabalhadores no âmbito da autoavaliação do serviço é obrigatória, nos termos da alínea f) do n.º 2 do Art.º 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro.

Essa avaliação foi efetuada recorrendo-se ao preenchimento de um questionário de satisfação, tendo-se utilizado, à semelhança do verificado nos anos anteriores, um modelo disponibilizado no website da DGAEP, com ligeiras adaptações¹², o qual foi distribuído a todos os dirigentes intermédios e trabalhadores, que tiveram a possibilidade de se pronunciar, no período de 27 de janeiro e 14 de fevereiro de 2019, acerca das seguintes dimensões: satisfação global com a organização; satisfação com a gestão e sistemas de gestão; satisfação com as condições de trabalho; satisfação com o desenvolvimento da carreira; satisfação com os níveis de motivação; satisfação com o estilo de liderança de topo; satisfação com o estilo de liderança de nível intermédio; satisfação com as condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços; satisfação com o (seguimento dado aos resultados do) questionário de 2018.

Para cada um desses itens, foi utilizada uma escala de *Likert*, com cinco níveis de satisfação, em que as hipóteses de avaliação foram as seguintes:

- 1 - Muito Insatisfeito
- 2 - Insatisfeito
- 3 - Pouco Satisfeito
- 4 - Satisfeito
- 5 - Muito Satisfeito

Os inquiridos tinham, ainda, a possibilidade de optar por não responder às questões que entendessem, por falta de informação, ou por não terem uma opinião formada sobre alguns dos temas constantes do questionário.

¹² Anexo IV – Questionário de satisfação interno.

Registaram-se 38 respostas, o que, tendo em conta o universo de inquiridos no período em causa (94), representou uma taxa de participação de 44,2%. De entre os que responderam, 3 indicaram que pertenciam ao grupo dos “dirigentes intermédios”, 25 ao grupo dos “outros trabalhadores” e os restantes 10 não identificaram o grupo a que pertenciam.

Os resultados globais do inquérito, considerando as percentagens por grupos de questões, constam do quadro XXXIV.

Quadro XXXIV - Resultados do questionário de satisfação interno

Grupos	MI	I	PS	S	MS	NS/NR
1. Satisfação global dos trabalhadores com a organização	12,28%	11,11%	24,56%	35,38%	6,43%	10,23%
2. Satisfação com a gestão e o sistema de gestão	11,99%	10,53%	23,68%	30,41%	11,11%	12,28%
3. Satisfação com as condições de trabalho	8,88%	4,61%	17,76%	34,87%	25,33%	8,55%
4. Satisfação com o desenvolvimento da carreira	16,32%	6,84%	24,74%	35,26%	8,42%	8,42%
5. Níveis de motivação	8,95%	2,63%	16,32%	36,32%	33,16%	2,63%
6.1. Satisfação com o estilo de liderança de topo	13,64%	7,66%	17,70%	31,58%	14,35%	15,07%
6.2. Satisfação com o estilo de liderança de nível intermédio	12,44%	2,39%	18,18%	37,80%	25,60%	3,59%
7. Satisfação com as condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços	5,70%	7,89%	22,81%	47,81%	8,33%	7,46%
8. Satisfação com o questionário de 2018	6,14%	14,91%	20,18%	19,30%	0,00%	39,47%
Total	11,27%	7,19%	20,50%	34,88%	15,79%	10,37%

MI - Muito Insatisfeito, I - Insatisfeito, PS - Pouco Satisfeito, S - Satisfeito, MS - Muito Satisfeito, NS/NR - Não Sabe/Não Responde

Da leitura destes resultados globais resulta que a apreciação dos inquiridos foi positiva, já que 50,7% dos que responderam consideraram-se globalmente satisfeitos ou muito satisfeitos

relativamente às questões colocadas, enquanto 18,5% referiram estar insatisfeitos ou muito insatisfeitos. Numa posição intermédia ficaram 20,5% dos inquiridos e registaram-se 10,4% de respostas incluídas na opção “não sabe/não responde”.

Do conjunto de respostas, assinalam-se aquelas que apresentam resultados percentuais mais elevados em cada um dos níveis de aferição:

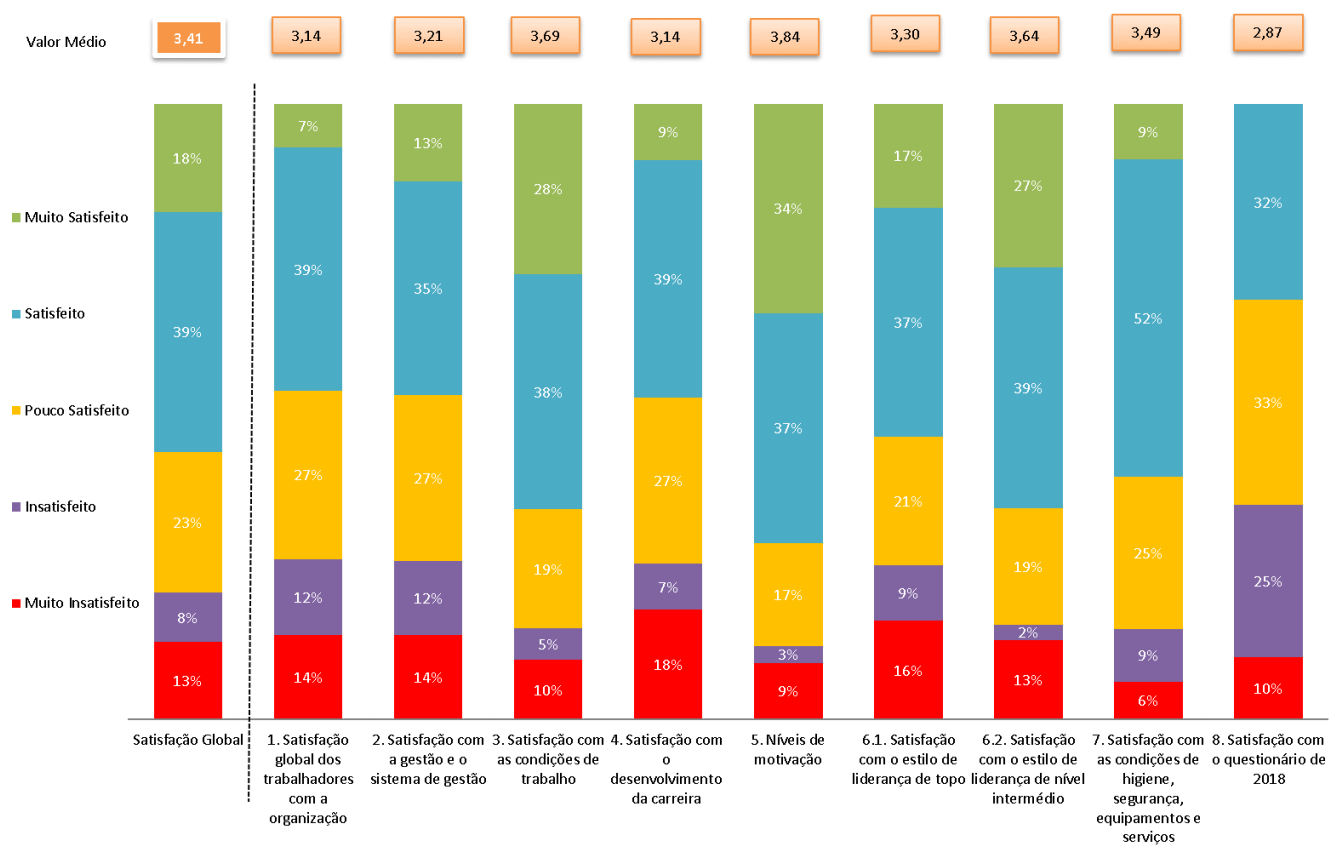
- Muito satisfeito: a percentagem mais elevada (33,2%) verificou-se com os *níveis de motivação*, tal como no ano passado, em que o nível de satisfação tinha sido de 26,9%;
- Satisfeito: 47,8% dos trabalhadores consideram-se satisfeitos com as *condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços*, quando o nível mais elevado no ano passado tinha sido com o estilo de liderança de nível intermédio, com 41%;
- Pouco satisfeito: o fator que teve uma percentagem mais expressiva foi o da satisfação com o *desenvolvimento da carreira*, com 24,7%, seguido de muito perto com a satisfação global dos trabalhadores com a organização (24,6%);
- Insatisfeito: o resultado mais elevado registou-se na *satisfação com a atenção dada ao questionário de 2018*, com 14,9%;
- Muito insatisfeito: os inquiridos manifestaram-se muito insatisfeitos com a com o desenvolvimento das respetivas carreiras, com 13,6%, sendo essa, aliás, uma das preocupações constantes dos trabalhadores.

No questionário havia a possibilidade de serem apresentadas sugestões de melhoria, situação que foi aproveitada por 16% dos que responderam, tendo sido focadas questões como o reforço da formação, a renovação do equipamento informático, a promoção da presença da DGAE no digital e a compensação do mérito.

Analisando a média aritmética ponderada da pontuação obtida em cada um dos 8 grupos de questões, constata-se que, com exceção do nível de satisfação com o encaminhamento dado aos resultados do questionário de 2018, que registou uma pontuação de 2,87 (na escala de 1 a 5), todos os restantes grupos de questões tiveram uma pontuação superior a 3,1. As mais baixas pontuações seguintes verificaram-se *ex aequo* na *satisfação com o desenvolvimento da carreira*

e na *satisfação global dos trabalhadores com a organização*, com uma pontuação média de 3,14. As mais elevadas ocorreram *com os níveis de motivação* (3,84) e com as condições de trabalho (3,69).

Gráfico 6 - Satisfação Global por Áreas



2.6 *Relatório de Formação*

O Plano de Formação 2019 (PF) foi elaborado conforme estipula o art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 86-A/2016, de 29 de dezembro, tendo sido aprovado em 11-03-2019. A dotação inicialmente aprovada para despesas com formação somou 29.100 € e a dotação corrigida após cativações, resultante da aplicação da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, reduziu essa dotação para 16.457 €.

No universo de trabalhadores da DGAE, foram aprovados 79 pedidos de formação individual, referentes a 6 dirigentes, 35 técnicos superiores e 7 assistentes técnicos - refira-se que 29 trabalhadores apresentaram mais de um pedido de participação em formação, 4 pedidos de formação para 4 dirigentes (FORGEP) e 1 pedido de formação em grupo para 37 trabalhadores.

Num total previsto de 2341 horas de formação em 2019, os pedidos de formação individual totalizaram 1621 horas de formação, a formação para 4 dirigentes originou um total previsto de 600 horas de formação e a formação em grupo previu 120 horas de formação, distribuídas por 3 níveis de inglês (40 horas por grupo). De referir que o custo total inicialmente apurado para a formação apontava para 21.895 €, acima da dotação disponível para o efeito.

A título indicativo, refere-se que o INA foi a entidade formadora mais procurada para a contratação de formação individual (74 pedidos de formação), tendo os trabalhadores identificado necessidades de formação nas seguintes áreas:

- Governação e gestão pública – 31 pedidos de participação
- Comunicação, liderança e desenvolvimento pessoal – 22 pedidos de participação
- Assuntos jurídicos - 9 pedidos de participação
- Línguas estrangeiras - 6 pedidos de participação
- Tecnologias de informação – 5 pedidos de participação
- Assuntos europeus e cooperação - 3 pedidos de participação
- Gestão de pessoas - 1 pedido de participação

- Contabilidade e Finanças – 1 pedido de participação
- Formação de dirigentes – 1 pedido de participação

Refira-se que a maioria dos pedidos de formação ficaram sem execução pelo facto de a entidade formadora INA (Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas) não ter disponibilizado em 2019 as formações que constavam na sua oferta formativa no final de 2018, data em que foram apuradas as necessidades de formação dos trabalhadores para o ano seguinte. A DGAE foi alheia a esta decisão da parte do INA e apenas foi informada junto às datas a que a formação deveria ter início.

Da formação anunciada pelo INA, apenas foram realizadas as formações “PowerPoint - Iniciação” integrada em “**Tecnologias de informação**”, frequentada por um técnico superior (14 horas), e o “Curso de Especialização em FORGEP - Formação em Gestão Pública” integrado na área de formação relativa a “**Formação de dirigentes**”, tendo sido frequentado por um dirigente e a concluir em 2020. Os horários, em período laboral, que foram disponibilizados pela entidade formadora não permitiram a frequência pelos restantes dirigentes.

Ainda assim, com vista a prover o maior número de trabalhadores com formação em 2019, foram realizadas várias formações extraplano, considerando a Direção da DGAE a formação dos seus trabalhadores como muito importante.

No que diz respeito à formação extraplano, em 2019, realizaram-se as seguintes formações, aqui se incluindo as ações de formação promovidas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros no quadro da preparação da Presidência Portuguesa do Conselho da UE (PPUE2021):

1. Formação no “*Código do Procedimento Administrativo*”, desenvolvida pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (ICJP) – Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. A formação teve a duração de 15 horas e participaram 9 dirigentes e 20 técnicos superiores (equivalendo a um total de 435 horas de formação (29 trabalhadores X 15 horas));

2. Formação em Inglês, ministrada pela Oxford School – Instituto de Línguas. A formação teve a duração de 120 horas, divididas pelos níveis Pre-Intermediate, Intermediate e Advanced. Concluíram 40 horas de formação 23 técnicos superiores (equivalendo a um total de 920 horas de formação (23 trabalhadores X 40 horas));
3. “Curso sobre Responsabilidade Civil das Entidades Públicas”, desenvolvido pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (ICJP) – Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. A formação teve a duração de 18 horas e contou com a participação de 1 dirigente.
4. Curso de formação “Primeiros socorros - suporte básico de vida”, desenvolvido pela Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Transição Digital. Participaram nesta formação de 4 horas, um técnico superior e um dirigente (total de 8 horas de formação).
5. Formação “II Workshop – A lei nacional de execução do RGPD: o que esperar?”, desenvolvido pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (ICJP) – Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. A formação teve a duração de 7 horas e contou com a participação de 3 dirigentes (equivalendo a um total de 21 horas de formação (3 dirigentes X 7 horas));
6. Formação no âmbito do Programa de Preparação para a PPUE2021 - “O papel do Conselho (incluindo regras de procedimento) e da Presidência; o Secretariado Geral do Conselho”, desenvolvido pelo Centro de Formação do Instituto Diplomático. Contou com a participação de 8 dirigentes e teve a duração de 3 horas e 30 minutos (equivalendo a um total de 28 horas de formação (8 dirigentes X 3,5 horas));
7. Formação no âmbito do Programa de Preparação para a PPUE2021 - “*Awareness raising on UE presidency*”, desenvolvido pelo Instituto Diplomático. Com a participação de 8 dirigentes e 1 técnico superior, teve a duração de 3 horas e 30 minutos (equivalendo a um total de 31,5 horas de formação (9 pessoas X 3,5 horas));
8. Formação no âmbito do Programa de Preparação para a PPUE2021 – “*Shifting power institutions in Brussels, EU working culture, challenges and opportunities for EU rotating presidencies*”, desenvolvido pelo Centro de Formação do Instituto Diplomático. A formação teve a duração de 14 horas com a participação de 3 dirigentes e 1 técnico superior (equivalendo a um total de 56 horas de formação (4 pessoas X 14 horas));

9. Formação no âmbito do Programa de Preparação para a PPUE2021 – “*Preparing for working parties, Coreper and Council and working with other institutions*”, desenvolvido pelo Centro de Formação do Instituto Diplomático. A formação teve a duração de 3 horas e 30 minutos e a participação de 10 dirigentes e 18 técnicos superiores (equivalendo a um total de 98 horas de formação (18 pessoas X 3,5 horas)).

Adicionalmente, realizaram-se 8 workshops e 3 seminários promovidos pela própria DGAE e realizados nas suas instalações, subordinados aos temas:

1. Workshop “*A China e os Países de Língua Portuguesa*” – com a participação de 27 trabalhadores pertencentes a várias entidades da A.P. (AICEP, ASAE, DGAE, TdP) bem como representantes da CCILC (Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa);
2. Workshop “*Indústrias de base Florestal – Economia Circular e Digitalização*” – com a participação de 30 trabalhadores pertencentes a várias entidades da A.P. (AICEP, ICNF, gabinete MAEC, gabinete SEDC, GPP, Parpública) e associações empresariais (AIMMP);
3. Workshop “*Centros Comerciais – Um Mundo em Mudança*” – contou com a presença de 28 trabalhadores (DGAE, GEE);
4. Workshop “*BID – Business Improvement Districts: uma oportunidade para as PME*” – com a participação de 31 trabalhadores da A.P. (CML, DGAE, DGT, IAPMEI, gabinete SEDC, GEE) e representantes da CCP (Confederação do Comércio e Serviços de Portugal);
5. Seminário “*Integração Europeia: das origens aos desafios do presente*” – com a presença de 67 trabalhadores pertencentes a várias entidades da A.P. (ASAE, DGAE, gabinete SEDC, IAPMEI, MDN, MNE);

6. Seminário “Apresentação da Agenda Regional para a Economia Circular” – com a participação de 27 trabalhadores pertencentes a várias entidades da A.P. (ANI, DGAE, IAPMEI, TdP);
7. Seminário “Programa de Sensibilização e Treino em Cibersegurança” – contou com a presença de 47 trabalhadores da DGAE;
8. Workshop “Cibersegurança – Apresentação dos resultados do Relatório do Grupo de Trabalho” – com a participação de 40 trabalhadores pertencentes a várias entidades da A.P. (ANI, ASAE, DGAE, DGC, gabinete SEDC, GEE, IAPMEI);
9. Workshop “O desafio da Economia Azul na Era da Crise Climática” – com a participação de 42 trabalhadores pertencentes a várias entidades da A.P. (DGAE, DGC, TdP).
10. Workshop “Relacionamento UE-EUA no atual contexto de guerra comercial” – com a participação de 34 trabalhadores pertencentes a várias entidades da A.P. (DGAE, MNE, SGE).
11. Workshop “O valor da Ciência de Dados e da Inteligência Artificial para a Administração Pública” – com a participação de 32 trabalhadores pertencentes a várias entidades da A.P. (ASAE, DGAE, IAPMEI, IPAC).

Em conclusão, com uma previsão inicial de 2341 horas de formação em 2019 para 79 pedidos de participação em ações de formação, aprovadas no PF 2019, registou-se apenas 1 participação em ações de formação (individual) inseridas no PF2019, que correspondeu a 14 horas de formação. No entanto, devido à formação realizada extraplano foi possível concretizar 107 participações em ações de formação que totalizaram 1615,5 horas de formação. A formação recebida em 2019 totalizou, assim, 1629,5 horas (69,6% do total de horas de formação previsto no PF2019).

Refira-se que a diferença que se regista nas horas de formação entre este Relatório e o Balanço Social 2019, decorre dos critérios definidos para contabilização de horas de formação no Balanço Social. Assim, a formação realizada no contexto da preparação da futura Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, organizada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, bem como a formação em primeiros socorros, organizada pela SGETD, não foi contabilizada para efeitos de Balanço Social por não atender aos respetivos critérios de certificação.

A despesa total com ações de formação fixou-se em 10.602,85 € (48,4% da despesa prevista no PF2019), correspondendo 1.747,85 € a formação planeada no PF e 8.855 € a formação extraplano.

2.7 Avaliação do sistema de controlo interno

Na avaliação do sistema de controlo interno será seguida a metodologia prevista no documento do Conselho Coordenador de Avaliação de Serviços, segundo a qual essa avaliação poderá ser efetuada através da resposta ao questionário constante do quadro XXXII.

É importante referir, para efeitos de avaliação do sistema de controlo interno, que compete à Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Transição Digital (SG), em articulação com a DGAE, assegurar a prestação centralizada de serviços nas áreas dos recursos humanos, formação e aperfeiçoamento profissional, apoio jurídico e contencioso, financeira e orçamental, aquisição de bens e serviços e contratação, logística e patrimonial, documentação e informação, comunicação e relações públicas, inovação e modernização e política de qualidade e tecnologias de informação e comunicação (TIC). Deste modo, algumas das áreas relativas ao sistema de controlo interno devem ser asseguradas pela SG.

QUADRO XXXV – Avaliação do sistema de controlo interno

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
1 – Ambiente de Controlo				

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?			X	As especificações do sistema de controlo interno devem ser asseguradas pelos serviços da SG, no âmbito da prestação centralizada de serviços.
1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			É efetuada internamente a verificação da legalidade, da regularidade e da boa gestão por parte dos dirigentes. A segregação de funções e a existência de procedimentos também contribuem para que seja assegurada a legalidade, regularidade e boa gestão dos procedimentos.
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?			X	Não existe na estrutura orgânica da DGAE uma equipa de controlo e auditoria, sendo essas competências e atribuições asseguradas, no âmbito do Ministério da Economia, pela SG.
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?		X		Encontra-se em elaboração um código de ética e conduta para os trabalhadores da DGAE, que deverá ser aprovado em 2020.
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X			Foi aprovado pela DGAE um plano de formação, o qual foi implementado em articulação com a SG e que se destinava a fazer face às necessidades evidenciadas pelos técnicos e pelos responsáveis dos serviços.
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			Estão institucionalizados contactos regulares entre os dirigentes de topo e os dirigentes das unidades orgânicas, nomeadamente através da realização de reuniões de coordenação com periodicidade semanal.
1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?			X	No último ano, a DGAE não foi objeto de auditorias. As últimas auditorias foram realizadas pela IGF em 2013, tendo o relatório sido publicado em 2014, e pelo Tribunal de Contas, em 2017, abrangendo o controlo da execução dos contratos de contrapartidas - relatório do TC n.º 19/2017).
2 – Estrutura Organizacional				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			A estrutura organizacional encontra-se estabelecida em diplomas legais, nomeadamente no Decreto Regulamentar n.º 5/2015, de 20/07 e na Portaria n.º 316/2015, de 30/09.
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	X			Em 2019, foi efetuada a avaliação dos trabalhadores da DGAE relativamente ao biénio de 2017-2018.
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma ação de formação?	X			50% dos trabalhadores participaram em 2019 em pelo menos uma ação de formação, de acordo com informação constante do Balanço Social.
3 – Atividades e Procedimentos de Controlo Administrativo Implementados				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			Existe um manual com vários procedimentos aprovados, mas que não está ainda completo.

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			Sim, em articulação com a SG que faz a instrução dos procedimentos de contratação, bem como dos pedidos de pagamento, no âmbito da prestação centralizada de serviços.
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?	X			É efetuado o levantamento de necessidades, que é transmitido à SG para efeitos de elaboração dos procedimentos de aquisição de bens e serviços.
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?			X	A especificidade das funções exercidas nos vários serviços e, especialmente, a insuficiência de recursos humanos torna inaplicável a implementação de um sistema de rotação de funções entre trabalhadores.
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	X			As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas estão claramente definidas em cada Unidade Orgânica. Para além disso, existem, em determinadas áreas, procedimentos com regras claras sobre as responsabilidades e formalidades a cumprir pelos serviços.
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			Para além dos circuitos que estão definidos no Sistema de Gestão Documental, existem fluxos de processo estabelecidos através de procedimentos aprovados, principalmente nas áreas em que há interação com os agentes económicos em que é necessário emitir títulos ou efetuar registos.
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			Os circuitos estão definidos e implementados, nomeadamente, através do registo e encaminhamento de toda a documentação através do sistema de gestão documental.
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?	X			O Plano data de 2015, pelo que em 2019 foram iniciados os trabalhos de elaboração de um novo plano prevendo-se a sua implementação em 2020.
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?		X		Considerando que o Plano de 2015 carece de atualização, não foi feita a respetiva monitorização.
4 – Fiabilidade dos Sistemas de Informação				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			Existe, relativamente ao sistema de gestão documental, já que as outras áreas (contabilidade e tesouraria) são asseguradas pela SG.
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?			X	As aplicações não estão integradas, pelo que não é possível cruzar a informação.
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?			X	A fiabilidade dos sistemas de informação deve ser assegurada pela SG no âmbito das suas competências no domínio TIC.
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			O sistema de monitorização dos indicadores de gestão permite extrair informação para efeitos de decisão.

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	X			Existem requisitos de segurança que são assegurados pelos serviços de informática da SG e cada utilizador só acede aos equipamentos e às aplicações através de palavras-passe.
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de <i>backups</i>)?			X	Deve ser assegurada pela SG.
4.7 A segurança na troca de informações e <i>software</i> está garantida?			X	Deve ser assegurada pela SG.

III. BALANÇO SOCIAL

Nos termos do Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, os serviços e organismos da administração pública central, regional e local, incluindo os institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados e fundos públicos que, no termo de cada ano civil, tenham um mínimo de 50 trabalhadores ao seu serviço devem elaborar anualmente o seu balanço social, com referência a 31 de dezembro do ano anterior.

De acordo com a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, o Balanço Social deve integrar o Relatório de Atividades de cada serviço da Administração Pública, articulando-se com o respetivo ciclo de gestão.

Como a DGAE não tem uma unidade específica no âmbito dos Recursos Humanos, sendo essa área assegurada pela SG, no âmbito da prestação centralizada de serviços comuns, os quadros do Balanço Social da DGAE foram preenchidos pelos serviços da SG¹³.

Apresentar-se-ão aqui apenas os dados que se consideram mais importantes, comparando-os, sempre que possível, com os dos anos anteriores, para se ter uma ideia mais precisa da evolução que se tem verificado na DGAE, na área dos Recursos Humanos.

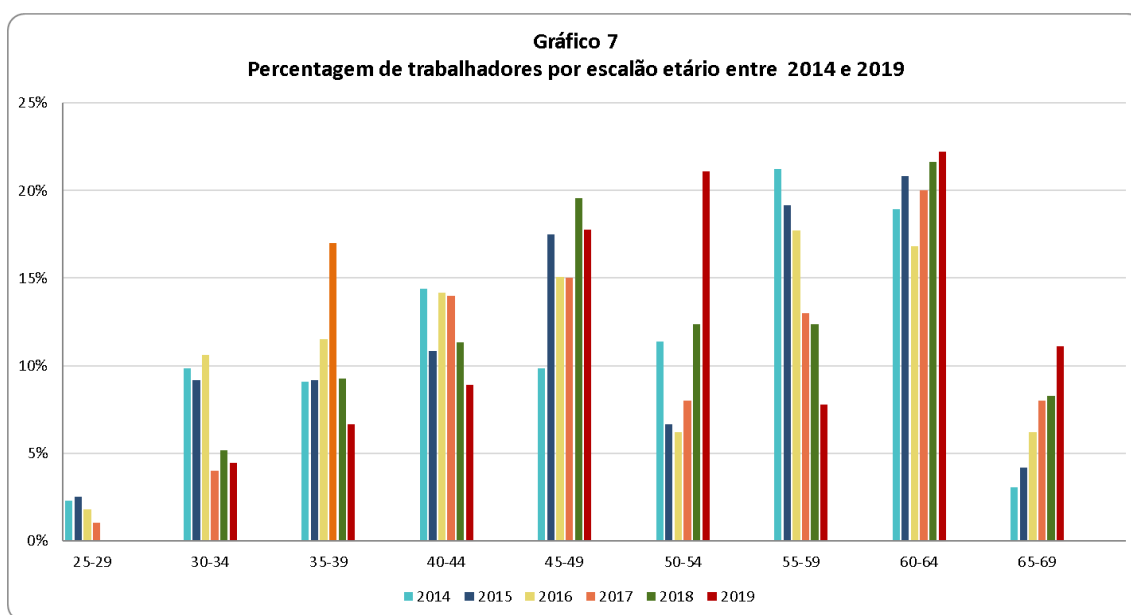
Da análise dos dados do Balanço Social conclui-se que existe uma preponderância, que se tem vindo a acentuar nos últimos anos, de trabalhadores do sexo feminino, representando 77,8% do total de trabalhadores, como se poderá verificar pelo quadro XXXII. A percentagem de dirigentes do sexo feminino aumentou significativamente nos últimos dois anos, passando de 47% em 2017 para 65% em 2018 e para 83% em 2019.

Por outro lado, quanto à modalidade de vinculação, não tem havido oscilações anuais significativas nas percentagens de trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas

¹³ Anexo V – Balanço Social.

por tempo indeterminado que, em 2018, representavam 80% (comparativamente com 79% em 2018), enquanto 20% se encontravam em comissão de serviço, nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), sendo na sua totalidade dirigentes.

Relativamente à estrutura etária dos trabalhadores, conclui-se, a partir dos dados do gráfico 7, que, em relação ao ano de 2018, se verificou um decréscimo da percentagem de trabalhadores do escalão etário dos 30-34, assim como nos três grupos etários seguintes, e continua a não existir trabalhadores no grupo etário dos 25-29 anos. Por outro lado, aumentou a percentagem de trabalhadores dos escalões etários entre os 60-64 e os 65-69 anos. Muito embora a taxa de envelhecimento (percentagem de trabalhadores com 55 anos ou mais), constante do quadro XXXVI, até tenha baixado ligeiramente, comparativamente com o ano de 2018, continua elevada (41%) e a percentagem de trabalhadores com mais de 50 é significativamente elevada (62%).



Com base na informação recolhida do Balanço Social, é apresentada no quadro seguinte uma evolução, com base nos últimos seis anos, sobre os principais indicadores relativos aos recursos humanos da DGAE.

QUADRO XXXVI – Principais indicadores do Balanço Social

Indicadores	Anos					
	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Taxa de Tecnicidade (sentido restrito)	59,09%	53,33%	59,29%	57,00%	53,61%	52,22%
Taxa de Assistente Técnico	15,91%	15%	18,58%	20,00%	20,62%	22,22%
Taxa de Assistente Operacional	4,55%	4,17%	5,30%	6,00%	5,15%	5,56%
Taxa de Feminização	71,21%	72,50%	68,14%	69,00%	73,20%	77,78%
Taxa de Feminização Dirigente	65,22%	50%	42,10%	47,06%	65,00%	83,33%
Taxa de Enquadramento	17,42%	15%	16,81%	17,00%	20,62%	20,00%
Taxa de Envelhecimento	43,18%	44,17%	40,70%	41,00%	42,27%	41,11%
Taxa de Habilitação Superior	78,03%	79,17%	76,10%	74,00%	74,23%	72,22%
Taxa de Trabalhadores Portadores de Deficiência	3,79%	2,50%	3,53%	3,00%	4,12%	3,33%
Taxa de Admissões	19,70%	8,33%	23,89%	7,00%	27,84%	31,11%
Taxas de Saídas	23,48%	16,67%	30,08%	20,00%	31,96%	38,89%
Taxa de Reposição	83,87%	50%	79,41%	35,00%	87,10%	80,00%
Taxa de Absentismo	3,33%	6,56%	7,85%	8,66%	7,27%	8,44%
Remuneração Base Média Anual	25.762,26 €	26.249,68 €	24.880,94 €	26.314,24 €	25.429,28 €	28.121,63 €
Leque Salarial Ilíquido	7,63	7,80	9,5	8,1	6,44	5,88
Taxa de Encargos Sociais	10,49%	10,18%	10,71%	11,13%	4,33%	4,18%
Taxa de Incidência de Acidentes no Local de Trabalho	0%	1,67%	0,88%	1,00%	0,00%	1,11%
Taxa de Participação em Formação	52,27%	54,17%	12,38%	12,00%	37,11%	50,00%

IV. AVALIAÇÃO FINAL

4.1. *Apreciação qualitativa dos resultados alcançados*

A DGAE inscreveu no QUAR de 2019, que foi superiormente aprovado, 7 objetivos operacionais, traduzindo, por um lado, as prioridades da sua atuação e procurando cobrir com esses objetivos as atividades desenvolvidas pelos serviços consideradas mais relevantes e com maior expressão na utilização de recursos humanos e financeiros e, por outro, as orientações constantes da Lei do Orçamento de Estado sobre a avaliação de desempenho dos serviços (SIADAP 1) para o ciclo de avaliação de 2019.

Como já foi referido anteriormente, esses resultados são positivos, já que os objetivos 1 e 2 foram alcançados e os restantes cinco objetivos foram superados. De igual modo, as metas previstas para os parâmetros eficácia, eficiência e qualidade foram superadas, registando-se assim um resultado global de 108,7%.

Neste sentido, e tendo presente o estipulado no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual, propõe-se que a menção a atribuir como resultado da autoavaliação seja de “**Desempenho Bom**”.

4.2. *Conclusões prospetivas*

Este Relatório de Atividades demonstra o exigente papel que a Direção-Geral das Atividades Económicas desempenha de forma transversal no contexto do Ministério da Economia e da Transição Digital, reafirmando-a como um serviço de referência especialmente vocacionado para apoiar e assegurar a intervenção nacional no acompanhamento e execução das medidas decorrentes das políticas públicas dirigidas às atividades económicas em Portugal.

No âmbito da organização interna, existe a preocupação contínua de reforçar a excelência técnica da equipa, tendo em vista um melhor desempenho nas áreas de intervenção deste Organismo e adequando a estrutura flexível por forma a agilizar e imprimir celeridade a determinados procedimentos considerados fulcrais.

Ao nível externo, importa posicionar a Direção-Geral das Atividades Económicas num lugar de maior destaque, promovendo uma maior visibilidade junto do tecido empresarial e de outras entidades do trabalho que aqui se faz. É este o objetivo que a Direção mantém para o futuro.

Uma vez mais se aproveita a oportunidade para agradecer todo o esforço e dedicação demonstrados pelos colaboradores da Direção-Geral das Atividades Económicas, a quem se devem os resultados alcançados.

